



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023

ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A JOÃO GRENHO E JOÃO DIOGO**
- 18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A DIANA PEDRO E LEONARDO BORREGO**
- 19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DE VOLEIBOL DE OEIRAS**
- 20 - PROPOSTA N.º. 300/23 - GCAJ - RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA A APRESENTAR NOS AUTOS DE PROVIDÊNCIA CAUTELAR A CORRER TERMOS NO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE SINTRA, COM O N.º. DE PROCESSO 328/23.1BESNT**

- 21 - PROPOSTA Nº. 202/23 - DPU - PROCº. 25/2019 - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, EM TERCENA, REQUERIDO POR “ISIFEPA, S.A.**
- 22 - PROPOSTA Nº. 248/23 - DP - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº. 04-NC/GD-2011, ESTABELECIMENTO QUIOSQUE BAR**
- 23 - PROPOSTA Nº. 249/23 - DPE - Pº. 9/DPE/2022 - POLIDESPORTIVO DO BAIRRO 25 DE ABRIL - BENEFICIAÇÃO - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**
- 24 - PROPOSTA Nº. 250/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À REABILITAÇÃO DA NOVA LOJA PARA INSTALAÇÃO DA SECÇÃO COMERCIAL DE ALGÉS DOS SIMAS, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 54-SIMAS/2023**
- 25 - PROPOSTA Nº. 251/23 - DPE - OBRA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS**
- 26 - PROPOSTA Nº. 252/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 27 - PROPOSTA Nº. 253/23 - DRU - BAIRRO 25 DE ABRIL, EM LINDA-A-VELHA - ATRIBUIÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO**
- 28 - PROPOSTA Nº. 254/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 84, R/C ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 29 - PROPOSTA Nº. 255/23 - UPGO - Pº. 2021/69-DGEP - NÓ DE LIGAÇÃO DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO - APROVAÇÃO DA 2ª. REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA PROVISÓRIA**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 30 - PROPOSTA Nº. 256/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO, MESES DE ABRIL A JULHO DE 2023**
- 31 - PROPOSTA Nº. 257/23 - DPE - GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA - OBRAS DE CONSERVAÇÃO DA SEDE SOCIAL - APROVAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**
- 32 - PROPOSTA Nº. 258/23 - DTGE - 6ª. EDIÇÃO DO OEIRAS ECO RALLY PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E APOIO LOGÍSTICO**
- 33 - PROPOSTA Nº. 259/23 - DRU - Pº. 30/DRU/19 - INFRAESTRUTURAS - LECEIA - APROVAÇÃO DO CÁLCULO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº. 2 (DEFINITIVA). -----**
- 34 - PROPOSTA Nº. 260/23 - GCAJ - PERMUTA DE PRÉDIOS EM PORTO SALVO E PAÇO DE ARCOS - ALTERAÇÃO DOS TERMOS DA PERMUTA CONTRATUALIZADA EM 2005**
- 35 - PROPOSTA Nº. 261/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA RUA JOSÉ DUARTE PEDROSO, Nº. 14, EM ALGÉS**
- 36 - PROPOSTA Nº. 262/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA RUA CÂNDIDO DOS REIS, Nº. 47, NA TRAVESSA DE SANTO ANTÓNIO, NºS. 1, 3 E 5 E NO LARGO 5 DE OUTUBRO, Nº. 19, EM OEIRAS**
- 37 - PROPOSTA Nº. 263/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 2 LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA JOSÉ DUARTE PEDROSO, Nº. 12, EM ALGÉS**
- 38 - PROPOSTA Nº. 264/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 4 LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA COSTA PINTO, Nº S. , 45 E 47 E NA TRAVESSA DO**

SALVA-VIDAS, Nº S. 5, 5A E 5B, EM PAÇO DE ARCOS

- 39 - PROPOSTA Nº. 265/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 17/2022 (TENDO COMO APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 22/2022**
- 40 - PROPOSTA Nº. 267/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL 2023 AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 268/23 - DCA - PROGRAMAÇÃO EXPOSITIVA NO PALÁCIO ANJOS - CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DAS EXPOSIÇÕES**
- 42 - PROPOSTA Nº. 269/23 - UPAG - ISENÇÃO DE TAXAS DO EVENTO “QUEIJOS PORTUGUESES NO MERCADO”, NO MERCADO DE ALGÉS, NOS DIAS 28 E 29 DE ABRIL**
- 43 - PROPOSTA Nº. 270/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO PRECOCE PARA APOIO AO PROGRAMA - WE(IN) FÉRIAS INCLUSIVAS PÁSCOA 2023**
- 44 - PROPOSTA Nº. 271/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO**
- 45 - PROPOSTA Nº. 272/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PARÓQUIAL DE SÃO PEDRO DE BARCARENA, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**
- 46 - PROPOSTA Nº. 273/23 - DCS - ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BAIRO FELIZ EM 2023 - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO (EM ADITAMENTO À PD Nº. 156/2023)**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 47 - PROPOSTA Nº. 274/23 - GMA - RELATÓRIO DO 4º. TRIMESTRE DE 2022 DA PARQUES TEJO, E.M.**
- 48 - PROPOSTA Nº. 275/23 - DRU - Pº. 25/DRU/2022 - REGULARIZAÇÃO DO TROÇO A CÉU ABERTO DA RIBEIRA DE ALGÉS - APROVAÇÃO DE PROJETO E DAS PEÇAS PROCESSUAIS E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**
- 49 - PROPOSTA Nº. 276/23 - DSA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERADOR PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DA 4ª. EDIÇÃO DO FESTIVAL "OEIRAS IGNIÇÃO GERADOR"**
- 50 - PROPOSTA Nº. 277/23 - UPGO - Pº. 2021/-DEM - PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - REQUALIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DOS ATOS DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO**
- 51 - PROPOSTA Nº. 278/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA AGA KHAN LISBOA, NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 281/23 - GATPI - APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - FORMALIZAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 30 DE MARÇO DE 2023**
- 53 - PROPOSTA Nº. 282/23 - GCAJ - REGULAMENTO DA REDE DE VELOCÍPEDES DE USO PARTILHADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO**
- 54 - PROPOSTA Nº. 283/23 - UPGO - Pº. 2021/220-DGEP - PARQUE URBANO DE VILA FRIA - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E DE TRABALHOS A MENOS**
- 55 - PROPOSTA Nº. 284/23 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARTE DELIMITADA DO MERCADO MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS, ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A**

SOCIEDADE MCO, S.A.

- 56 - PROPOSTA Nº. 285/23 - DP - PROCEDIMENTO MEDIANTE SORTEIO, COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE UM ARMAZÉM SITO NO ALTO DOS BARRINHOS - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO**
- 57 - PROPOSTA Nº. 286/23 - DHM - APROVAÇÃO DO CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O IHRU, I.P., DESTINADO À REABILITAÇÃO DE 16 FOGOS NO BAIRRO LAVEIRAS/CAXIAS**
- 58 - PROPOSTA Nº. 287/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS REFERENTE À TEMPORADA 2023, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº. 253/2014**
- 59 - PROPOSTA Nº. 288/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DE ESPETÁCULOS**
- 60 - PROPOSTA Nº. 289/23 - GCI - RENOVAÇÃO DO APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, “FORMULA STUDENT TEAM”, DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (IST) - FST LISBOA NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025**
- 61 - PROPOSTA Nº. 290/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO - BOXING SPIRIT PARA O PROJETO MULTIMÉDIA**
- 62 - PROPOSTA Nº. 291/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS DA 5ª. EDIÇÃO DOS JOGOS DE OEIRAS**
- 63 - PROPOSTA Nº. 292/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO TÉCNICO**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

SOLAR BOAT, NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025

- 64 - PROPOSTA Nº. 294/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO PROJETO AQUI HÁ HORTA 2022/2023**
- 65 - PROPOSTA Nº. 295/23 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS, NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR**
- 66 - PROPOSTA Nº. 296/23 - DP - BAIRO 18 DE MAIO, EM OUTURELA/PORTELA - DESANEXAÇÃO/ANEXAÇÃO DE TERRENOS, CONSTITUIÇÃO DE LOTES E REGULARIZAÇÃO DA TITULARIDADE DAS MORADIAS**
- 67 - PROPOSTA Nº. 297/23 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023 DA TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.**
- 68 - PROPOSTA Nº. 298/23 - DCS - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (POAPMC) - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO ALIMENTAR**
- 69 - PROPOSTA Nº. 299/23 - DCS - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL DOS PROTOCOLOS ESTABELECIDOS PELO INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, (ISS, IP) COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE E COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO**
- 70 - PROPOSTA Nº. 266/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 37/2022**
- 71 - PROPOSTA Nº. 279/23 - DGP - REQUERIMENTO DE REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 1/2022**
- 72 - PROPOSTA Nº. 280/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 24/2022**

- 73 - PROPOSTA Nº. 293/23 - DE - APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS (CMEO) - MANDATO 2021/2025**
- 74 - PROPOSTA Nº. 301/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL MENSAL AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA O 2º. TRIMESTRE DO ANO DE 2023 (ABRIL A JUNHO)**
- 75 - PROPOSTA Nº. 302/23 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À ESTRUTURA AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA O 2º. TRIMESTRE DO ANO DE 2023 (ABRIL A JUNHO)**
- 76 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JORGE VIEIRA ANJINHO**
- 77 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO ALMEIDA LOPES**
- 78 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANA PAULA DE JESUS VASCONCELOS NABAIS SANCHES**
- 79 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
- 80 - DESEJOS DE BOA PÁSCOA**
- 81 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023 -----

----- ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Arquiteto Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte e três minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata. -----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e sete de março de dois mil e vinte e três a dois de abril de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte milhões cento e oitenta e um mil setecentos e quarenta e três euros. -----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil

e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia três de abril, os quais são: -----

-----“Informações: -----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data.-----

-----Propostas de deliberação:-----

-----Adiada do Conselho de Administração de vinte de março de dois mil e vinte e três -
Abertura de procedimento para o fornecimento contínuo de combustíveis líquidos - Gasóleo, para a frota dos SIMAS de Oeiras e Amadora, através de depósito aéreo existente em Leceia, com início em maio de dois mil e vinte e três, com recurso ao Acordo-Quadro da Central Nacional de Compras Municipais CONNECT, pelo preço base de trezentos e vinte e quatro mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um período de trinta e seis meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----

-----Adiada do Conselho de Administração de vinte de março de dois mil e vinte e três -
Abate de viatura Mercedes, com a matrícula setenta e quatro-AQ-sessenta e dois e posterior doação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS; -----

-----Adiada do Conselho de Administração de vinte de março de dois mil e vinte e três -
Transferência da gestão dos bebedouros instalados nos Municípios de Oeiras e Amadora para os SIMAS - Proposta de metodologia a aplicar no fornecimento, instalação e manutenção dos bebedouros - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à manutenção de dispensadores de água em diversas instalações municipais de Oeiras e Amadora - Anos de dois mil e vinte e três-dois mil e vinte e seis, pelo preço base de dezoito mil e trezentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de doze meses (trezentos e sessenta e cinco dias) - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a aquisição por lotes de diversos itens de “merchandising” destinados à atividade institucional dos SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base total de catorze mil quatrocentos e cinco euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução, correspondente à entrega dos bens, a realizar entre trinta e sessenta dias, a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte e três - Retirada;-----

----- Abertura de procedimento por consulta prévia, com consulta a cinco entidades, para a prestação de serviços de “Recolha e Transporte de Resíduos a vazadouros autorizados, produzidos nos Serviços Técnicos dos SIMAS na Brandoa, no Concelho da Amadora”, pelo preço base de cinco mil e trezentos euros, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias - Retirada;-----

----- Aprovação de supressão de trabalhos previstos no contrato de empreitada de “Substituição de redes e ramais de abastecimento de água na Estrada da Falagueira e arruamentos confluente, na Freguesia da Falagueira-Venda Nova, Amadora” - Concurso público vinte e um mil e quarenta e seis, de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----

----- Aprovação de suspensão de trabalhos previstos no contrato de empreitada de “Alteração da câmara de manobras do subsistema da Figueirinha e renovação/substituição da

rede existente, no Concelho de Oeiras” - Concurso público vinte e um mil e noventa e dois, de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----

-----Procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada à remodelação de redes de águas residuais e pluviais no Concelho de Oeiras - anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco - Adjudicação à empresa “Olico - Materiais para Construção, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada”, pelo valor de novecentos e três mil oitocentos e setenta e nove euros e noventa cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de mil e noventa e cinco dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, ou até que a verba se esgote - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----

-----Procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada “Generalista dois mil e vinte e três de redes de águas residuais e pluviais no Concelho de Oeiras” - Adjudicação à “Olico, Limitada”, pelo valor de cento e cinco mil setecentos e setenta euros e dez cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de cento e oitenta dias - Retirada -----

-----Procedimento por consulta prévia a três entidades, destinado à contratação de serviços, no âmbito da modalidade de avença, destinada à assessoria jurídica para apoio ao Conselho de Administração - Adjudicação a “Vitor Pinho - Advogados”, pelo valor de vinte e quatro mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Prestação de serviços para elaboração do projeto de execução para construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras - Concurso público cento e vinte e um, de dois mil e dezoito - Modificação objetiva do contrato para elaboração de projeto complementar para o reforço da segurança nas áreas de acesso público - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto - Deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo décimo nono, número dois, do Regulamento da Organização dos SIMAS.”-----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

----- Número cento e sessenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre Recomendação - Pela valorização e preservação das árvores da cidade, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PAN, o qual foi rejeitado por maioria, com dezanove votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, e com catorze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza.-----

----- Número cento e sessenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, apresentado pela Assembleia Municipal, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação

Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, prestando-lhe a devida homenagem com um minuto de silêncio, bem como comunicar este Voto à família, aos munícipes de Campo Maior representados no Presidente da Assembleia Municipal, e ainda publicar o mesmo no sítio da Assembleia e em, pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Número cento e sessenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número cento e trinta e nove, de dois mil e vinte e três - GCAJ - Regulamento do Programa de Renda Acessível de Oeiras (PRAO) - Aprovação final, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o Projeto de Regulamento do Programa de Renda Acessível de Oeiras (PRAO).-----

-----Número cento e sessenta e quatro, dando conhecimento que na reunião de vinte e um de março, apreciou a proposta de deliberação número cento e oitenta e quatro, de dois mil e vinte e três - GMA - “Parques Tejo, Empresa Municipal” relatório do terceiro trimestre de dois mil e vinte e dois.-----

-----Número cento e sessenta e cinco, dando conhecimento que na reunião de vinte e um de março, apreciou a proposta de deliberação número cento e oitenta e cinco, de dois mil e vinte e três - GMA - Auditoria à “Município, Empresa Municipal, Sociedade Anónima”.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Número cento e sessenta e seis, dando conhecimento que na reunião de vinte e um de março, apreciou a proposta de deliberação número cento e oitenta e seis, de dois mil e vinte e três - GMA - “Parques Tejo, Empesa Municipal” - Plano Plurianual de Atividades e Orçamento dois mil e vinte e três - dois mil e vinte e quatro, com Parecer do Fiscal Único. -----

----- Número cento e sessenta e sete, dando conhecimento que na reunião de vinte e um de março, apreciou a proposta de deliberação número cento e oitenta e sete, de dois mil e vinte e três - GMA - “Oeiras Viva, Empresa Municipal” - Relatório do terceiro trimestre de dois mil e vinte e dois. -----

----- Número cento e sessenta e oito, dando conhecimento que na reunião de vinte e um de março, apreciou a proposta de deliberação número cento e oitenta e oito, de dois mil e vinte e três - GMA - “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal” - Plano e Orçamento de dois mil e vinte e três com o Parecer do Fiscal Único. -----

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA: -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** prestou à Câmara as seguintes informações: --

----- “Queria trazer aqui uma situação que se passou comigo na última reunião de Câmara em que cá estive, ou seja, oito de março, onde estava agendada uma proposta para uma auditoria à Municípa. -----

----- No decorrer do debate em torno da mesma eu que estava em exercício, propus uma alteração que esta auditoria versasse sobre a atividade global financeira internacional e administrativa extensível ao desempenho dos funcionários e aos membros da Administração e Direção da empresa consociada Municípa MZ em Moçambique, bem como, às relações contratuais que o Município de Oeiras estabeleceu com a Municípa - Empresa Municipal, Sociedade Anónima. -----

----- Pelo que eu percebi o Senhor Presidente tinha aceite todas as questões, mas vi que na proposta de alteração e na ata, que isso não aconteceu, vinha questionar como é que pretende

resolver esse assunto, porque eu votei uma proposta diferente daquela que eu pensei que nós tínhamos aqui votado.”-----

-----O **Senhor Presidente** mencionou o seguinte:-----

-----“A auditoria na minha perspectiva sempre foi externa, fui eu que a mandei fazer, na proposta que os Serviços fizeram inicialmente seria uma auditoria interna, isso não estava clarificado e o Senhor Vereador propôs que ficasse clarificado se era auditoria externa e assim foi, o que é que falta.”-----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Falta que envolve, conforme também ficou dito e escrito na ata, bem como as relações contratuais que o Município de Oeiras estabeleceu.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está lá tudo isso.”-----

-----Dizendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Não está lá.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está lá às relações internacionais, administradores, está lá tudo.”-----

-----Mencionando o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“E à relação com o Município, não está lá isso.”-----

-----Referindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está lá tudo.”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse:-----

-----“Não está lá isso, não está na deliberação.”-----

-----Alegando o **Senhor Presidente**:-----

-----“A auditoria vai incidir sobre toda a atividade da Município, Administradores, Diretores, pessoal, relações internacionais, está lá tudo.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A auditoria vai incidir sobre toda a atividade da Município e a sua atividade é também a atividade em Moçambique, como é óbvio.” -----

----- Dizendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

----- “E com esta Câmara.” -----

----- Atalhando o **Senhor Presidente:** -----

----- “Com esta Câmara, não estou a perceber.” -----

----- Referindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

----- “Pronto, é isso, a questão que está aqui foi essa.” -----

----- Alegando o **Senhor Presidente:** -----

----- “Toda a atividade da Município envolve atividade com a Câmara, com os clientes, atividade internacional, envolve tudo, a auditoria externa é sobre isso tudo, como não podia deixar de ser.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** prosseguiu: -----

----- “Na reunião de oito de março, alertei para umas obras que tinham começado há pouco tempo junto ao Hospital Prisão, a Vereadora Joana Baptista respondeu indicando que não tinha conhecimento e que ia averiguar. -----

----- A obra continuou, foi feita queixa pelos cidadãos à Polícia Municipal, a obra continuou na mesma e quinze dias depois a Vereadora Carla Castelo voltou a perguntar aqui e não lhe foi dada qualquer resposta, penso que um mês depois seria suficiente para termos uma resposta sobre quem é que está com aquela obra, porque não tem qualquer indicação sobre isso. -

----- Pelo que averigui hoje a obra neste momento está parada, mas aparentemente não está completada, continuam aqui dúvidas. -----

----- Sobre o aterro, já após o prazo dado pela CCDR, está neste momento a decorrer o início dos trabalhos, gostaria de saber quantos metros cúbicos ou toneladas de terra já foram retirados, quantos metros cúbicos é que estimam retirar e qual é o prazo para a conclusão destas

obras e se têm informações sobre para onde é que esta terra está a ser levada.-----

-----A Vereadora Carla Castelo nestes quinze dias, desde a última reunião tem visitado alguns pontos do Concelho onde existe algum património devoluto do Estado e também alguns prédios particulares vazios desde a sua construção, nomeadamente o edificio Tulipas, em Miraflores, as torres de Paço de Arcos, na Estrada de Paço de Arcos em frente à Tapada do Mocho, continuamos a tentar perceber o que é que o Município está disponível para fazer em relação a estes imóveis que estão vazios.-----

-----Continuamos também a insistir para que haja regras claras para a alienação do património do parque habitacional. -----

-----A propósito de algumas propostas que vieram, não se conseguiu encontrar nenhum Regulamento em Oeiras que defina os critérios de alienação pelos compradores, nomeadamente após quanto tempo pode o antigo arrendatário que passa a ser o novo proprietário revender a sua casa, que adquiriu à Câmara em condições excecionais abaixo dos valores de mercado por ter um claro direito de preferência, se quiserem assim chamar, juridicamente não é, mas percebam o que eu quero dizer, é o inquilino com capacidade de poder vender a casa e que, de facto, nada impede que ele possa pôr à venda no dia seguinte por valores maiores e isso não é um objetivo da política de habitação de Oeiras numa altura que existe tanta dificuldade em aceder a casas. -----

-----Em Lisboa há um Regulamento e há regras e ninguém pode vender a casa nos dez anos seguintes à sua aquisição, não deixando de valorizar que as pessoas tentem comprar a casa, porque é óbvio que é muito importante não haver um senhorio único com uma série de inquilinos e as pessoas passarem a estimar a sua habitação, mas é para isso que devem fazer e não para poderem vender pouco tempo depois. -----

-----Sobre o concurso para a concessão do Mercado de Linda-a-Velha, gostaria de saber se já houve concorrentes, porque foi publicado no Diário da República a vinte e quatro de janeiro com o prazo de sessenta dias, gostaria de saber qual é o ponto de situação, se houve concorrentes



Câmara Municipal
de Oeiras

e o apuramento dos resultados.” -----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia vinte de março, participei no evento nacional do périplo PT Sustentável, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros com vista a envolver os diversos atores na elaboração do Relatório Voluntário Nacional dois mil e vinte e três e a sensibilizar para os objetivos e metas da Agenda Vinte/Trinta para o Desenvolvimento Sustentável.-----

----- O objetivo é ter um retrato que o País conseguiu alcançar e perceber qual o nível de engajamento da sociedade com esta agenda, Oeiras está a colaborar e aguardará também os resultados deste inquérito nacional. -----

----- - No dia trinta de março, participei com a arquiteta Vera Freire, Chefe de Divisão do Ordenamento do Território e com o doutor Luís Macedo, da Divisão de Gestão Ambiental, na reunião anual do Pacto de Autarcas, em Bruxelas, na sessão Cidades na Linha da Frente da Crise Energética, trocaram-se boas práticas, ideias para os territórios fazerem a transição energética e adaptarem-se e sensibilizar os cidadãos para a mudança necessária. -----

----- A participação de Oeiras nestas redes é fundamental para conhecer o que os outros fazem e dar a conhecer o nosso território e as nossas políticas e em conjunto refletir sobre o caminho a seguir na concretização dos objetivos e compromissos da Europa.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Estive presente no dia vinte e oito de março, em representação do Senhor Presidente na cerimónia de entrega dos donativos do Bazar Diplomático vinte e dois, no antigo Museu dos Coches, com a presença do Presidente da República e demais entidades beneficiárias desta iniciativa. - -----

----- - No dia trinta de março estive presente em mais uma Gala do Desporto e queria aqui

fazer referência, porque já tive oportunidade de dizer ao Senhor Vereador Pedro Patacho e de lhe dar os parabéns, assim como aos Serviços, mas esta Gala está cada vez mais oleada, está cada vez mais bonita e, por isso, os meus parabéns e é muito bom que possamos reconhecer o mérito dos atletas e das coletividades do nosso Concelho. -----

----- - No dia um de abril, no âmbito da parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro e o ACESLO foram realizados o rastreio do cancro da pele e cavidade oral, no Centro de Saúde de Paço de Arcos. -----

-----Fizemos cento e catorze rastreios do cancro da cavidade oral e cento e catorze do cancro de pele. -----

-----Neste rastreio foram identificados alguns diagnósticos, que foram desde logo encaminhados e o impacto desta ação em termos de resultados finais dizem-nos que vale a pena a promoção e criar cada vez mais esta iniciativas, pois se salvarmos uma vida vale a pena. -----

----- - No dia três de abril estive com muito gosto no sorteio de Turismo Sénior nos jardins do Palácio. Tivemos a presença de perto de quinhentos idosos e foi uma grande animação e uma grande alegria. -----

-----Teve a apresentação do Carlos Malato e tivemos uma surpresa, que foi um momento musical único com a presença do Toy, onde a alegria e a dança invadiu todo o espaço. -----

-----Não posso deixar de agradecer a todos os colaboradores e técnicos da DCS, da UGPS e da CLS, que estiveram envolvidos na promoção desta atividade e todo o seu empenho e dedicação, tanto na preparação do evento, como no acompanhamento dos idosos durante a realização do evento para que tudo corresse bem. -----

-----Os passeios com a duração superior a um dia têm como destinos: Évora e Monsaraz, Guimarães e Braga, Madeira, Aveiro e Covilhã, ou seja, sorteámos perto de trezentas viagens para o Turismo Sénior. -----

-----Ao longo dos anos, o Município tem promovido Programa Turismo Sénior, que é



Câmara Municipal
de Oeiras

uma iniciativa que mais do que passeios de interesse histórico, paisagístico e cultural, representa um importante contributo para o combate ao isolamento social através da promoção da integração e da sociabilidade desta população. -----

----- - Nesse mesmo dia estive ainda presente na apresentação pública dos Planos de Acessibilidade e Mobilidade Urbana Sustentável, no Auditório Ruy de Carvalho. -----

----- Por fim, queria só dar umas notas breves, uma vez que, neste momento, o Município de Oeiras está a elaborar o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, por isso eu gostaria de partilhar convosco o Programa da Rede Social que foi implementado em Portugal em mil novecentos e noventa e sete com vista a impulsionar um trabalho de parceria alargada incidindo nas planificações estratégicas da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção.-----

----- No Município de Oeiras a implementação do Programa da Rede Social remonta a dois mil e dois e temos exatamente essa competência e compete à Rede Social promover e garantir a realização participada do Diagnóstico Social do Plano de Desenvolvimento Social e dos respetivos planos de ação. -----

----- Com o término da vigência do Plano de Desenvolvimento Social dezanove/vinte e dois, já se encontra a decorrer o processo de atualização do Diagnóstico Social de Oeiras e conseqüentemente será elaborado um novo PDS - Plano de Desenvolvimento Social vinte e três/vinte e sete. -----

----- Neste momento, obrigatoriamente, a recolha de informação para responder a um conjunto de indicadores agregados nas seguintes áreas: rendimento, emprego e desemprego, atividade económica, educação e formação, proteção e ação social, habitação, demografia, saúde, ambiente e cultura, segurança e participação, para este efeito e para que o Diagnóstico Social e o PDS apresentem uma caracterização mais profunda, foram criados três questionários: -----

----- - para as entidades do setor social para a caracterização das respostas sociais; -----

----- - para as empresas sediadas no Município de Oeiras para um maior conhecimento de atividade desenvolvida no âmbito da responsabilidade social;-----

----- - para os munícipes para a auscultação dos munícipes, que decorreu até oito de março, foi amplamente divulgada nas redes sociais e através do correio. -----

-----Foram rececionadas um total de oitocentas e quarenta e uma respostas. -----

-----À pergunta com a lista apresentada: “Qual é a sua opinião sobre as áreas de intervenção social prioritárias?” -----

----- As respostas mais votadas foram: pessoas idosas, saúde, família, comunidade e educação.-- -----

-----Neste momento, estamos no processo de reuniões com os grupos focais temáticos para a aferição das principais áreas de intervenção e respetivas medidas que irão constar no Plano Social do Concelho para os próximos quatro anos.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte:-----

-----“No dia vinte e oito de março estive presente numa iniciativa bastante interessante que teve a ver com a formação dos nossos dirigentes e decorreu na Escola de Fuzileiros. Foi um “Team Building”, que não será bem “Team Building”, mas uma formação na área da liderança e tanto quanto me foi dado conhecer da parte dos dirigentes do nosso Município foi uma formação que todos gostaram bastante, uma experiência completamente diferente do dia a dia, salvo erro motivada numa conversa que o Senhor Presidente tinha tido com o Almirante Gouveia e Melo, entretanto, nesse seguimento, foi dado caminho, irão passar ainda por essa experiência, todos os demais dirigentes do nosso Município, em particular, aqueles que são mais recentes e que ainda não tinham uma rede de sociabilidade tão grande e não tinham sido postos à prova daquela maneira e foi interessante perceber que foi também bastante frutífero para eles e ganharam



Câmara Municipal
de Oeiras

bastante com esta formação.-----

----- A esse propósito, Senhor Presidente trazer-lhe um abraço do Senhor Capitão de Mar e Guerra, Comandante da Escola de Fuzileiros Clemente Gil que, na sua pessoa manifestou todo o reconhecimento ao Município de Oeiras e o destacou a par dos demais Municípios do País na formação e na grande qualidade e empenho que temos tido ao tentar ajudar as Forças Armadas e a dignificá-las, quando muitas das vezes o próprio Estado Central não o faz. -----

----- - No dia trinta de março, estive também em representação do Município na reunião ordinária descentralizada do Conselho Metropolitano de Lisboa. -----

----- Era também a comemoração dos quatro anos do Passe Navegante e sobre essa reunião gostaria de destacar a aprovação pelos dezoito Municípios de uma carta de intenções na área da cultura, carta essa que é bastante impulsionada pela experiência que Oeiras teve aquando da sua candidatura à Capital Europeia da Cultura e que, salvo erro, em novembro dois mil e vinte, juntou todos os Municípios no Forte de São Julião da Barra e tentou que fosse uma candidatura não só de Oeiras, mas de toda a Área Metropolitana, ora, também imbuídos dessa experiência, todos os Municípios entenderam, e bem, que seria possível iniciar um caminho que não passasse só de intenções, não fosse o plasmado em cartas, mas que também na área da cultura, os Municípios se pudessem entender, nomeadamente, na área do património histórico arquitetónico, no qual Oeiras tem pergaminhos já bastante antigos nessa conservação, mas também em termos de iniciativas culturais, em vez de serem iniciativas completamente desgarradas umas das outras, porque não traçar um fio condutor. -----

----- Sobre essa matéria, julgo que será no dia dezanove de abril o tiro de lançamento dessa carta de intenções no Parque dos Poetas, com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e outros protagonistas entre os quais o nosso Diretor Municipal da Área da Cultura, doutor Jorge Barreto Xavier. -----

----- - Nesse mesmo dia, também em representação do Município de Oeiras, participei no

jantar da Rede CApt Dois promovida por iniciativa nacional Cidades Circulares. -----

-----Nesse sentido, o Município de Oeiras integra uma das quatro redes com o tema “Circularidade da água” e estavam presentes, além do Laboratório de Paisagem de Guimarães, que é quem gere a rede ou a coordena, Águeda, Lagoa nos Açores, Loulé, Mértola, Oliveira de Frades e Ponte de Sor.-----

-----Como de costume, reconheceram o papel cimeiro que Oeiras tem tido neste e noutros temas.-----

----- - No dia quatro de abril, estive presente em representação do Senhor Presidente da Câmara na cerimónia comemorativa do décimo sexto aniversário da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, iniciativa presidida pelo Senhor Ministro da Administração Interna e a presença do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, que endereçaram os mais respeitosos cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o Executivo do Município.--

-----Informações a dar na área dos recursos humanos, muito em” passant”.-----

-----Dar nota que, e porque não tinha dado estas notas, no mês de janeiro faltaram trezentos e seis trabalhadores por situações de doença, cinquenta e sete estiveram ausentes devido a acidentes de trabalho ou baixa por doença profissional, em fevereiro, trezentos e cinco faltaram por doença e cinquenta estiveram ausentes devido a situações de acidente laboral. -----

-----Isto apenas para ilustrar, porque, por vezes, nem todos têm noção de que a Autarquia tem, de facto, o número já bastante interessante de funcionários, estamos perto dos três mil, mas dez por cento, muitas das vezes estão ausentes, não se questiona a natureza dessa ausência, tem a ver com doença, mas são dez por cento a menos, mas esses dez por cento a menos obrigam a que todos aqueles que cá estão tenham que fazer um esforço adicional para cumprir aquilo que são as metas desenhadas pelo Município e muitos funcionários acabam por ficar sobrecarregados.-----

-----Neste período também foram recrutados via procedimento concursal sessenta e sete novos trabalhadores, para colmatar muitas falhas e saídas por reformas, que vamos tendo. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos meses de fevereiro e março foram realizados duzentos e trinta e dois atendimentos sociais tendo sido proposto o apoio através do Fundo de Emergência Social a vinte e nove trabalhadores. -----

----- Nós não somos uma ilha se Portugal inteiro está com graves dificuldades no pagamento das suas rendas, pagamento das suas obrigações, os funcionários do Município não são exceção e também muitos deles começam a atravessar sérias dificuldades. -----

----- Gostaria de deixar ainda um repto, Senhor Presidente, se me é permitido nesta reunião de Câmara para que fique em ata, nem todos os funcionários a leem, mas aqueles que estão mais atentos, dizer que não é vergonha nenhuma pedir ajuda e existem muitos funcionários que podem estar em dificuldades, eu vou sabendo, às vezes por aqui e por ali, não oficialmente, mas, por vergonha, acabam por não se dirigir aos Serviços do Município e eu gostava de reiterar, que este Município que tanto tem feito pelos seus habitantes, por maioria de razão tem também que fazer, e faz, já há muito tempo, por aqueles que trabalham para realizar as políticas do Município, sendo que a esmagadora maioria também são habitantes, portanto são funcionários da Câmara e são munícipes, e mesmo aqueles que não moram no nosso Município por um conjunto de razões, se necessitam de ajuda, existe um quadro de apoios que o Município tem desenhado e que tem implementado há muito tempo, portanto, não é vergonha pedir ajuda e se alguém souber de situações que, naturalmente, não infringindo nenhum segredo possa de alguma maneira sinalizar, é por aí que lá vamos, porque muitas das vezes as pessoas estão a atravessar essas dificuldades, precisam e não pedem, e as situações vão-se agravando cada vez mais e é o momento de nós conseguirmos, às vezes, na altura certa, resolvê-la e terminar com um ciclo que poderia ser um ciclo vicioso e levá-las até ao fundo do poço. -----

----- Foram realizadas quatrocentas e trinta consultas de Medicina no Trabalho, estou só a falar do mês anterior, sendo que catorze por cento foram as avaliações para admissões do Município. -----

-----O atendimento psicológico, em relação ao passado, tem registado um aumento da sua procura, sendo que nos últimos dois meses, foram realizadas duzentas e trinta e oito consultas de psicologia.-----

----- - Quanto aos resultados do Inquérito de Satisfação e do Bem-Estar finalmente estão concluídos, vão ser apresentados ao Senhor Presidente da Câmara e depois a apresentação será feita também aqui na reunião de Câmara e, se porventura for caso disso, à Assembleia Municipal.

-----Em paralelo com a apresentação destes resultados estão também a ser trabalhados um conjunto de medidas, porque de nada nos serve chegar ao diagnóstico se depois não tivermos resultados para a cura.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:-----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho informou a Câmara do seguinte:-----

-----“No dia dez de março, recebemos a visita de uma comitiva da Câmara Municipal da Maia, em Oeiras, chefiada pela Senhora Vice-Presidente, que detém o Pelouro da Educação e teve como objetivo a partilha de experiências e de práticas destes dois Municípios, que têm feito um trabalho de referência a nível nacional nesta área relativamente ao domínio da educação nas várias áreas deste Pelouro e destes Serviços nas Câmaras Municipais.-----

-----Foi uma jornada de trabalho durante todo um dia, intercalando as reuniões com visitas a vários locais no Concelho e foi bastante profícuo, julgo para ambos.-----

----- - No dia onze, teve lugar os Jogos de Oeiras - Andebol, no Pavilhão Noronha Feio e a vigésima quarta Promoção Gastronómica e Mostra de Fumeiro de Vinhais, no Mercado de Oeiras, onde acompanhei o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- - No dia doze, teve lugar a EDP Meia Maratona de Lisboa - Tiro de partida e Cerimónia de entrega de prémios, na Cruz Quebrada e Belém.-----

----- - No dia quinze, teve lugar a visita aos ensaios da Orquestra Geração, em Carnaxide com o Senhor Presidente da Câmara.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - No dia dezanove, ocorreu o quadragésimo Troféu CM Oeiras - Corrida das Localidades - Grande Prémio da Cruz Quebrada, organizado pela Sociedade de Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense.-----

----- - Nos dias vinte e dois e vinte e três, estive presente juntamente com a Diretora do Departamento de Educação e o Chefe de Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa na Assembleia Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras, em Sevilha, onde estiveram cento e vinte e uma cidades do mundo presentes e onde o tema forte em discussão foi a relação entre educação e desenvolvimento económico sustentável. -----

----- Foi também uma reunião interessante do ponto de vista da discussão daquilo que são os projetos das várias cidades presentes no que diz respeito à educação como vetor de desenvolvimento dos territórios. -----

----- - No dia vinte e quatro, teve lugar a Futurália dois mil e vinte e três, na FIL - Parque das Nações.-----

----- - Ainda no mesmo dia, ocorreu a segunda «Slam» Camilo vinte e dois/vinte e três - Concurso de palavras ditas, na Escola Secundária Camilo Castelo Branco. -----

----- - De vinte e sete a vinte e nove ocorreu a visita ao Basque Culinary Center, em Bilbao. ---- -----

----- - No dia trinta recebemos aqui em Oeiras, no Templo da Poesia, onze Municípios parceiros da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras mais concretamente do Grupo Temático Projeto Educativo Local e foi também dois dias de trabalho, um dia e uma manhã em torno da discussão deste Projeto da Cidade Educadora, a necessidade do mesmo ser vertido num documento que, por sua vez, possa ser comunicado, quer internamente, quer externamente, alinhando os vários pelouros, os vários Serviços, os vários ativos territoriais, em torno de um compromisso territorial com a educação enquanto fator de desenvolvimento económico sustentável e de coesão social. -----

----- - Também no dia trinta, assisti à Gala do Desporto de Oeiras, no Lagoas Hotel, a Senhora Vereadora disse e agradeço as palavras, um momento alto com a adesão extraordinária do Associativismo Desportivo do nosso Concelho, que esteve presente em massa e foi mais uma oportunidade para celebrar o desporto, reconhecer o trabalho dos dirigentes desportivos e o mérito das equipas técnicas, treinadores, atletas e das suas famílias, nós vivemos num País que consigna à volta de zero vírgula um por cento do Orçamento do Estado, ao desporto. -----

-----Portanto, é justo dizer que o sistema desportivo nacional assenta num tripé constituído pelas Autarquias Locais, as famílias e os clubes locais. -----

-----Esta é a coluna vertebral do desporto em Portugal dada a exiguidade de investimento do Estado Português e, portanto, nunca é demais que as próprias Autarquias Locais façam tudo e mais alguma coisa para reconhecer o trabalho da comunidade das pessoas e foi isto que fizemos na Gala do Desporto onde premiamos duzentos e dezoito atletas que conquistaram duzentos e dezanove títulos nacionais e internacionais, oriundos de vinte clubes do nosso Concelho, são vinte dos oitenta que todos os dias constroem a prática desportiva formal e informal do nosso Concelho oferecendo sessenta e duas modalidades, perto de dezoito mil praticantes regulares que todos os dias se envolvem na prática desportiva no nosso Concelho.-----

----- - No dia trinta e um, relativo ao Projeto Máquina de Reciclar, ocorreu a entrega de prémios, no Taguspark. -----

----- - Também no mesmo dia, assisti à apresentação da peça de teatro “Gil-Disseia”, organizado pela Associação de Pais e Educadores de Educação da EBUm Gil Vicente, no Auditório da Paróquia de Queijas. -----

----- - No dia dois de abril, compareci ao quadragésimo Trofeu CM Oeiras - Corrida das Localidades - Grande Prémio de Leceia, organizado pela SERUL - Sociedade de Educação e Recreio "Os Unidos de Leceia". -----

----- - No dia três, teve lugar a apresentação dos Planos de Acessibilidade e Mobilidade



Câmara Municipal
de Oeiras

Urbana Sustentável, no Auditório Ruy de Carvalho, onde acompanhei o Senhor Presidente da Câmara. --- -----

----- - Relativamente a este livro está aqui uma cópia para todos é uma edição dos livros de Oeiras e dou os parabéns à Senhora Vereadora Carla Rocha e ao Gabinete de Comunicação pela qualidade da edição. -----

----- Tem o privilégio de ter uma capa pouco vulgar, com reprodução de uma obra da artista plástica Cristina Ataíde, só possível num livro sem ambições comerciais e é isso mesmo que motiva este projeto, este livro é produzido no âmbito de um novo projeto da Divisão de Bibliotecas e Promoção da Língua, o Projeto um Livro, uma Comunidade e que pretende colocar a maior quantidade de pessoas da nossa comunidade a ler um livro, a discutir e a debater o livro e os importantes assuntos que ele nos traz durante um determinado período de tempo.-----

----- O autor escolhido para esta edição foi Valter Hugo Mãe e o que se pretende é celebrar mais do que o Dia do Livro, assinalar uma semana do livro e da leitura que antecede o Vinte e Cinco de Abril e a forma mais bonita de o fazer é a ler. -----

----- A expectativa é que seja uma experiência marcante para todos aqueles que se envolvam nela, associando a leitura do livro a um conjunto de conversas nas quais o próprio autor vai participar e que contribuirão para aprofundar os temas mencionados na obra, que são, entre muitos outros, a dignidade da e na velhice, o abandono, a problemática da solidão, a fragilidade e ainda a questão do regime de atitude ditatorial português, o colaboracionismo com a polícia política e a importância da liberdade e da democracia conquistadas em Abril----- .

----- Tudo isto é tratado neste livro, tudo isto há de ser debatido e discutido nos eventos que estão programados nos dias dezassete a vinte e um de abril e para os quais convido todos a juntarem-se e mais do que uma celebração é também uma festa do livro e da leitura e, por isso, esta programação de Um Livro, uma Comunidade, termina com um jantar literário, que é seguido por um espetáculo musical que celebra a democracia e terá lugar na Biblioteca Municipal de

Oeiras, a vinte e um de abril.-----

-----Na Revista Trinta dias, está uma entrevista ao autor Valter Hugo Mãe, que é uma entrevista absolutamente deliciosa de ler, eu já li e destacava daqui uma frase quando a entrevistadora lhe perguntou: “Tem memória de ter começado a escrever ainda em criança?”-----

-----E Valter Hugo Mãe começa a desfiar a sua infância e a determinada altura diz: “As palavras não se furtam a pertencer aos pobres e por isso, são abundantes, são generosas e podem conduzir ao infinito.”-----

-----Esta frase é também um testemunho do valor que a educação teve na vida de Valter Hugo Mãe, o poder transformador da educação e como o acesso à educação pública de qualidade foi transformadora na vida de Valter Hugo Mãe, tendo em conta as suas origens familiares e as suas vivências em Caxinas, em Vila do Conde.-----

----- Convido todos a lerem a entrevista.-----

----- - Recentemente recebi o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e dois, do Inovalley, o Gabinete Partilhado de Inovação e Transferência de Tecnologia, criado no âmbito da Agenda para a Ciência de Oeiras e este relatório dá-nos uma panorâmica daquilo que foram as atividades deste Gabinete de Transferência de Tecnologia, que envolve para já o Instituto Gulbenkian da Ciência e o ITQB, embora ele esteja aberto à participação de outras entidades.----

-----Está incluída neste gabinete a iniciativa Prova de Conceito, cuja primeira edição foi apresentada no Templo da Poesia, com a presença da Senhora Ministra da Ciência e do Ensino Superior e, este relatório explica-nos muito daquilo que foi feito, para além do lançamento da iniciativa Prova de Conceito também a criação dos regulamentos institucionais da propriedade intelectual, nos vários institutos parceiros que estão envolvidos, a criação dos procedimentos operacionais da política institucional de propriedade intelectual, as ações de capacitação dos investigadores científicos em empreendedorismo científico para criar valor a partir do resultado da sua investigação, a realização dos dias com a indústria e as ações de promoção de



Câmara Municipal
de Oeiras

transferência da tecnologia e ainda sobre o Fundo de Financiamento das Provas de Conceito, que foi um fundo pioneiro criado pelo Município de Oeiras.-----

----- Damos também a informação do impacto que a nível nacional tem criado motivando a criação de vários mecanismos semelhantes em várias instituições espalhadas um pouco por todo o País com regulamentos e procedimentos operacionais que são baseados ou praticamente idênticos nos documentos pioneiros produzidos pelo Gabinete INOVALLEY. -----

----- Além de tudo isto originou em dois mil e vinte e dois, cento e três novos contratos de inovação, seis novos projetos de registo de patente de propriedade intelectual e treze novas parcerias com a indústria da biotecnologia. -----

----- Senhor Presidente, estamos de parabéns no âmbito da nossa Agenda para a Ciência, em particular, no eixo da inovação, no que diz respeito às atividades deste Gabinete de Inovação Partilhada e, neste Fundo de Financiamento de Provas de Conceito e de Criação de Valor em Parceria com a Indústria relativamente ao trabalho pioneiro que aqui estamos a fazer e como este relatório demonstra está a ser seguido um pouco por todo o País por outras instituições. -----

----- Para terminar sugiro a atribuição de três votos de louvor. -----

----- - Primeiro - Aos jovens de apenas catorze anos, João Grenho e João Diogo, alunos do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos e que foram distinguidos com a Medalha de Prata no “Italian Contest for Young Scientists”, por terem feito uma descoberta única em Portugal: uma pegada de “dinossauro Stegopodos” no País e a segunda na Europa localizada em Alcobaça.

----- A partir das pegadas fossilizadas que identificaram, os jovens de Oeiras desenvolveram uma escala que permitiu distinguir a origem das pegadas tridáctilas de dinossauros e conseguiram confirmar o primeiro exemplo de” Stegopodos” em Portugal. -----

----- - Segundo - A Diana Pedro, aluna da Escola Básica São Julião da Barra e para o Leonardo Borrego aluno também da mesma escola, ambos se sagraram campeões nacionais no escalão de infantis de corta-mato no escalão de infantis do desporto escolar, mas são também

atletas extraordinariamente promissores da Associação Desportiva Núcleo de Oeiras e da Run Tejo. -----

-----Julgo que o louvor destes jovens é certamente um forte incentivo, não só para continuarem a ser bons estudantes, para continuarem a ser os melhores no desporto escolar nacional, mas também para continuarem a ser os melhores no desporto federado, quer no Núcleo de Oeiras, quer na Run Tejo. -----

----- - Terceiro - Ao Clube de Voleibol de Oeiras, que acabou recentemente de conquistar, embora a época desportiva não tenha acabado, mas a matemática já o permite dizer, a ascensão à primeira divisão sénior da equipa masculina de voleibol, que é um feito para aquela que é uma referência, a referência do voleibol em Oeiras, que é o CVO.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

-----“Vou começar pelo tema do desporto, pela Gala do Desporto de Oeiras e pela Run Tejo, há muitas formas de apoiar o desporto e lembrar aqui o clube a quem na última reunião nós atribuímos uma sede, às vezes não damos nota da importância das decisões que aqui tomamos, mas o impacto na comunidade é altíssimo. -----

-----A Gala do Desporto de Oeiras celebrou o espírito desportivo, os atletas, os clubes, mas celebra também aquele que é o trabalho do Vereador Pedro Patacho e da Divisão de Desporto no dia-a-dia desta Câmara Municipal e eu que acompanho um jovem atleta de sete anos, sou o motorista aos sábados quando é para ir aos jogos, quero dizer que a sensação que se tem quando participamos nestes eventos desportivos, a alegria dos miúdos é única e a mudança de mentalidade para uma vida melhor no futuro e na idade adulta é verdadeiramente impactante.

----- - Tenho andado nos últimos dias, porque o tempo tem permitido e as obras estão em curso em visitas regulares aos bairros municipais, não estranhem ver, está tudo em curso ao



Câmara Municipal
de Oeiras

mesmo tempo, os alpinistas nos prédios, as caixas de escada a serem pintadas, as portas a serem mudadas, começou agora o PRBM - Programa de Reabilitação dos Bairros Municipais em grande execução e vamos ter até dois mil e vinte e cinco obra permanente nos bairros municipais.

----- - Dar também destaque porque é um tema que me toca muito, lá em casa tenho os dois exemplos, aquele exemplo do cancro que não foi detetado e não se foi a tempo e aquele exemplo do cancro que foi detetado e, por isso, a minha mãe ainda está viva. -----

----- No rastreio cada vez que se despista uma situação é uma grande vitória, bem vai a Câmara Municipal quando promove estes e os outros rastreios todos que faz. -----

----- - Quanto ao Mercado de Linda-a-Velha e à pergunta do Senhor Vereador Duarte da Mata dizer que as coisas têm os seus trâmites legais, foi aberto concurso, já decorreu o prazo, parece que até temos boas notícias, mas grandes ansiedades vamos esperar pelo decurso dos procedimentos legais e pelo relatório do júri, porque será ele a trazer aqui aquela que será a solução para este concurso.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “No dia trinta de março, fui convidada pela equipa da Vereação do Senhor Vereador Pedro Patacho para falar sobre comunicação no Grupo de Trabalho das Cidades Educadoras e eu optei pelo tema: “Como Humanizar a Comunicação Autárquica”, porque é um tema que me diz bastante, e porque há vários tipos de comunicação e hoje em dia, o que está em voga é efetivamente a comunicação com pessoas dentro. -----

----- - Ainda no mesmo dia, estive presente na Gala do Desporto de Oeiras, parabéns, porque realmente é uma gala que dignifica quem pratica e relembra, que é a parte que ainda gosto mais, relembra quem dedicou toda uma vida em prol do Desporto. -----

----- No final havia três pessoas e um Senhor que foi receber o prémio e atrás ficou a mulher e quando ele se senta a mulher disse: “Pronto já compensou a tua ausência em casa” e

realmente é muito interessante porque ele estava muito comovido e é isto quando gostamos muito e ela como o viu tão comovido disse que já compensou e é um pouco isso, porque é uma dedicação que põe em causa o nosso tempo, ou o tempo em família e é muito dignificante e realmente vale a pena ver. -----

----- - No dia trinta e um de março, fui com a Vereadora Susana Duarte, ao Festival Queijo, Pão e Vinho da Câmara Municipal de Palmela. -----

-----E eles tinham uma imagem muito interessante de comunicação que é uma ovelha com a uma salsa na boca, não ouviram a minha parte da comunicação, mas é muito interessante e é aqui que eu quero referir que as relações de proximidade que se estabelecem neste tipo de convívio vale a pena independentemente depois da nossa cor política ser distinta.-----

----- - No dia um de abril, estive presente na Mostra Fotográfica um Carnaval fora do Carnaval, no Centro Cultural de Cabo Verde e é muito interessante perceber a tradição dos Mandingas, que no tempo da escravatura eram associados à macumba e à feitiçaria e eles estão mascarados desde o segundo domingo de janeiro e acaba no domingo após o Carnaval com o enterro. ---- -----

-----E o que é que é o enterro?-----

-----Isto em Cabo Verde, é quando a população entra no mar e se lava e deixam na água, quem foram, para sair quem querem ser.-----

-----Eu acho isto muito bonito, achei uma metáfora espetacular.-----

----- - Gostaria de falar daquilo que aconteceu aqui no Palácio, a Alice no Palácio Encantado, alguém dizia que é o “Alive” dos mais pequenos e a verdade é que ainda não tenho um relatório aprofundado para dar aqui a conhecer a todos, mas, para vos dizer que estiveram cerca de cinco mil pessoas no Palácio e foi muito gratificante, vim cá dia um e dia dois, a minha filha esteve cá no dia dois, desde as nove horas e trinta minutos até às vinte e uma horas, não a consegui arrancar de cá e a verdade é que vale a pena quando fazemos algo que as pessoas se



Câmara Municipal
de Oeiras

apropriam delas, porque é para as pessoas que nós trabalhamos.”-----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE:-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou as seguintes informações: -----

----- “Gostaria de dizer ao Vereador Armando Soares que é de louvar as iniciativas de “Team Building”, não só entre as nossas chefias, mas também entre as próprias equipas e sei que alguns se divertiram “à grande”, naqueles momentos, mas acho que é importante, até porque temos muitos dirigentes novos, conhecerem-se e trocarem impressões é sempre bom, quebra o gelo para se começarem novas etapas de trabalho e, por isso dar os meus parabéns. -----

----- - Nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de março, tivemos a segunda edição de Vinhos e Petiscos agora no Mercado Municipal de Oeiras.-----

----- Foi evento que contou com cerca de mil e oitocentos participantes, não conseguimos combater a praia, que estava cheia naquele dia, nem o jogo de futebol, que foi o nosso maior arqui-inimigo, mas conseguimos juntar ali vinte e oito expositores e sendo o mote desta edição, a mulher, conseguimos que vinte fossem cem por cento geridas por mulheres. -----

----- O inquérito final feito aos próprios expositores, embora não tenha a versão total do inquérito, soubemos que vinte e nove por cento diz que o evento superou as expectativas e sessenta e quatro por cento diz que fizeram contactos valiosos para o futuro do negócio.-----

----- Para além daquilo que é a importância dos eventos para a população em geral também os pequenos empresários e o comércio local sentiram que ali conseguiram ter uma alavanca comercial. -----

----- - No dia trinta e um estivemos no Festival de Queijo, Pão e Vinho de Palmela e aproveitámos para criar algumas sinergias e pensar também aquilo que vai ser a nossa feira das regiões.-----

----- - Gostaria de relevar a importância que foi a apresentação do Plano de Sustentabilidade, Acessibilidades e Mobilidade Sustentável, que foi na segunda-feira e dar nota

que o PSD tinha falado da importância de fazermos apresentações públicas e, por isso também louvar, e sugeríamos que fosse feita uma segunda sessão, até porque o Presidente ficou cheio de vontade de fazer uma segunda sessão, mas, agora do lado de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, uma vez que fizemos a primeira sessão em Carnaxide, por isso, deixamos esse repto. -----

-----Foi na altura da Páscoa, das férias escolares, pode não ter sido fácil para todas as pessoas participar, por isso fazia todo o sentido.-----

----- - Ontem falámos na Assembleia Municipal sobre uma petição que foi entregue, segundo a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, sobre as zonas tarifadas, um conjunto de municípios fez chegar à Assembleia Municipal que, por sua vez, fez chegar à Câmara.-----

-----O PSD gostaria de saber se era possível remeter aos Vereadores essa petição caso já esteja em condições para tal.-----

-----Eu gosto sempre de vos deixar convites, o “Indie Market” regressou, como todos sabem, no Nirvana Studios, em Barcarena, e no domingo, dia dezasseis entre as dez e as catorze horas vamos poder encontrar nesse espaço livros, fruta, legumes, pão, antiguidades e várias atividades e terá lugar ao longo dos próximos meses sempre no primeiro e no terceiro domingo do mês, por isso, são todos convidados a participar.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA:-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“No dia vinte e três de março, estive acompanhada da equipa de obras municipais em visita a duas grandes empresas, que, infelizmente, não estão sediadas em Oeiras, estão em Lisboa, a Cofidis e a Deloitte.-----

-----Tratam-se de duas empresas cujo “designer” de interiores propiciam um ambiente de trabalho absolutamente diferenciador, pelo que existe todo o interesse em que estas boas práticas



Câmara Municipal
de Oeiras

sejam replicadas para Oeiras e para a nossa futura casa, edifício Fórum, razão pela qual lá fomos.

----- - No dia vinte e quatro de março, com o doutor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo, e o engenheiro Nuno Graça, participei numa reunião nos Paços do Concelho do Município de Lisboa, com o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre o Lios, o BRT e o SATU. ---- -----

----- Relativamente ao Lios marquei uma posição firme sobre a necessidade imperativa de relançamento deste sistema de transporte na sequência das alterações políticas, entretanto, ocorridas de alteração de Pelouros na Câmara Municipal de Lisboa, tendo o Município de Lisboa concordado. -----

----- Foi ainda referida a necessidade de aferição do estado de arte do protocolo do Lios e de perceber o que poderá estar do lado de Oeiras. -----

----- Quanto ao BRT insisti na ideia de que o Município de Lisboa deveria integrar e liderar também este processo, no sentido de lhe conferir um melhor enquadramento e escala deixando de ser um processo exclusivamente de Oeiras e Amadora. -----

----- O Município da Amadora também partilha desta mesma vontade.-----

----- Relativamente ao SATU fiz uma breve apresentação, tendo referido a articulação futura desta linha com a linha do Lios permitindo a ligação entre a linha de Cascais e de Sintra passando pelos parques empresariais do Concelho, Lagoas Park e Taguspark e pelos centros urbanos que atualmente têm pouca oferta de transportes, de uma forma geral deixei clara a urgência nos projetos em causa, assim como a importância e o peso de uma ação conjunta entre Lisboa e Oeiras, para resolução de um vasto conjunto de problemas em matéria de mobilidade e transportes. -----

----- Efetivamente derivado da sua pertinência a temática dos transportes deve ser sempre vista à escala Metropolitana. -----

----- - Entre o dia vinte e sete e o dia trinta e um de março não estive presente no País,

mas o Senhor Presidente irá abordar a matéria. -----

----- - No dia três de abril estive presente na apresentação pública do Plano de Acessibilidades e do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que decorreu no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide, explanados tecnicamente pelos seus autores Professor Fernando Nunes da Silva, Professor João Figueira e Sousa e Professora Maria João Silveira, estes Planos apontam caminhos e validam a viabilidade de soluções, que permitirão a criação de melhores condições para os transportes públicos e para a utilização dos modos suaves. -----

-----Tem sido bastante questionado o período de discussão pública, que começará logo a seguir ao período da Páscoa, por trinta dias, mas pode ser ainda prorrogado. -----

----- - Está previsto logo após a Páscoa que, a partir do dia dez de abril iniciarmos a construção de uma Rotunda no cruzamento da Avenida Tomás Ribeiro e da Ruas João Chagas, com a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Francisco José Vitorino, em Linda-a-Velha. -----

-----A presente intervenção vai decorrer onde atualmente se encontra instalado um sistema semafórico de controlo dos fluxos de trânsito, tendo como objetivo a criação de melhorias significativas ao nível da segurança rodoviária tanto para os automobilistas, como para os peões. --- -----

----- - Também, e estou aqui a mencionar isto porque é caricato, vamos iniciar uma obra, agora, que foi adjudicada em setembro de dois mil e vinte e um e é uma obra tão simples, a representatividade atividade financeira e tão-só de vinte e quatro mil euros, mas em setembro de dois mil e vinte e um eu adjudiquei a instalação do sistema semafórico na saída da autoestrada, portanto, quem sai da autoestrada em direção a Porto Salvo, na Rotunda das Oliveiras, no fundo para permitir maior conforto e segurança a todos os peões e ciclistas que se dirijam de Porto Salvo para Vila Fria ou mesmo para a Quinta da Fonte ou de Vila Fria para a Quinta da Fonte. ---

-----Foi preciso ser resiliente praticamente durante dois anos com a Brisa para conseguir agora consignar esta obra e para terem uma noção de, quando dizemos, vamos revolucionar a



Câmara Municipal
de Oeiras

mobilidade, é isto, quase dois anos para introduzir um sistema semaforico à saída da autoestrada, portanto, vejam a resiliência que os Municípios não têm que ter para resolver pequenas médias e grandes ações. -----

----- - Vou-me escusar a comentar, porque o Vereador Armando Soares esteve a representar o Senhor Presidente, mas auxiliou-me nessa matéria, naquilo que foi a reunião nacional da Fase Dois do Projeto CApt Dois, mas também até porque tem articulação com o Departamento de Ambiente, informar, porque é, de facto, muito importante do ponto de vista estratégico, a Proteção Civil em colaboração com a DGAE e com o DITIC, deu início à implementação do projeto protótipo de sensorização das principais ribeiras do Município, permitindo uma melhor gestão das linhas de água, contribuindo para a conservação da biodiversidade. -----

----- O projeto protótipo desenvolvido pela empresa Eli Óticas inclui a instalação de dez sensores de inundação e vinte sensores de caudal de conduta, interligados através da tecnologia lora, com o sistema de alarmística e motorização no Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

----- Serão instalados sensores de caudal nas Ribeiras da Laje, Porto Salvo, Barcarena, Jamor e Algés e ainda sensores de inundação nas zonas mais críticas de Algés, Dafundo e Tercena.-----

----- - Também vamos avançar com a instalação de desfibriladores um pouco por todo o Concelho e, naturalmente, este projeto tem um objetivo muito claro, que é permitir nos primeiros minutos, após a ocorrência de uma paragem cardiorrespiratória, seja possível socorrer a vítima até à chegada da equipa de emergência médica. -----

----- Vamos instalar estes equipamentos nas quatro praias do Município: Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro e Torre. -----

----- Vamos instalar em todas as escolas e vamos instalar também em locais estratégicos do Concelho, sejam eles interfaces, nos centros histórico, nos parques empresariais, entre outros.

----- - Uma questão que já foi em várias reuniões de Câmara corrigida e esclarecida, mas de qualquer das formas, o Senhor Vereador Duarte da Mata insiste novamente no pedido de esclarecimentos, relativamente às obras no estacionamento do Hospital-Prisão, mas esclarecer que estamos perante um terreno cuja titularidade é da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e que, naturalmente, é simultaneamente responsável por aquela obra, a Polícia Municipal esteve no local e os trabalhos tiveram como objetivo a ampliação do parque de estacionamento, mas, no fundo, estamos a falar de trabalhos paliativos, que é a introdução de brita no terreno e a empresa que executou os trabalhos foi a JCD, é isto que temos a informar. ---

----- - Também o Senhor Vereador Duarte da Mata questionou no que respeita à questão da remoção das terras do Casal das Chocas, é verdade, Senhor Vereador, estamos a dar cumprimento ao projeto apresentado à CCDR, igualmente aprovado por aquela entidade, presentemente estamos a dar cumprimento à primeira fase dos trabalhos e já foram retirados cerca de dez mil metros cúbicos de terra, portanto, mais ou menos metade das terras que têm que efetivamente sair e, em seguida, vamos dar rapidamente e ainda no mês de abril, início ao paisagismo com a plantação de árvores: Zambujeiros, Carvalhos e com arbustos e, portanto, eu espero até ao final de abril ter uma informação mais pragmática daquilo que é o término daqueles trabalhos e que estão a ser devidamente acompanhados pela CCDR. -----

----- - Eu não tive conhecimento na reunião de Câmara e não tive conhecimento como nenhum Vereador tem conhecimento, tem-se o conhecimento à “posteriori”, quando o NAOM-CM nos envia as declarações de voto da Senhora Vereadora Carla Castelo. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo nas declarações de voto que teceu sobre a TGR, teceu uma série de considerações de natureza objetiva, de natureza mais subjetiva e eu não tecerei considerações, nesta reunião de Câmara, irei adotar a mesma metodologia, que é remeter para o NAOM-CM e depois a Senhora Vereadora lerá a minha declaração de voto: -----

-----“Declarações de voto da reunião de vinte e dois de março de dois mil e vinte e três



Câmara Municipal
de Oeiras

sobre a TGR:-----

----- “O que importa saber é o que de concreto está a fazer o Município de Oeiras para baixar os custos com a TGR e sobre isso a Senhora Vereadora Joana Baptista, que insiste em mandar-me “estudar e vir capacitada para as reuniões”, nada disse. Talvez tenha a Senhora Vereadora com o pelouro do Ambiente de aprofundar o seu conhecimento sobre gestão de resíduos, que é uma das áreas que tutela, perceber a importância ambiental da TGR e que políticas e medidas deve o Município de Oeiras adotar para reduzir esses custos. Quanto menos resíduos se produzirem em Oeiras, quanto mais forem desviados de aterro, para reciclagem e compostagem, menos custará. Sabemos que a ERSAR determina que os custos da gestão de resíduos devem ser internalizados na tarifa praticada.-----

----- Ora, a Câmara de Oeiras tem de fazer o que lhe compete, não apenas na sensibilização dos cidadãos para a prevenção, reutilização e reciclagem, mas também na concretização de políticas e medidas que promovam esses comportamentos. Oeiras, que há muitos anos até já foi pioneiro na recolha seletiva de resíduos porta-a-porta, ficou a marcar passo, e tem de fazer mais e melhor.-----

----- Por exemplo, investindo na recolha seletiva porta-a-porta dos biorresíduos e na introdução do sistema Pay-As-You-Throw (PAYT) com a aplicação de uma tarifa de resíduos aos cidadãos que tenha em conta a quantidade de resíduos que põem no lixo, em vez de estar indexada ao consumo da água”.-----

----- Resposta - Fazendo uma comparação entre os anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, verifica-se no ano de dois mil e vinte e dois um acréscimo de sete vírgula um por cento de resíduos seletivos, e uma diminuição de zero vírgula noventa e um por cento de resíduos indiferenciados. Para tal, contribuíram o alargamento da recolha seletiva dos biorresíduos e a instalação de novos equipamentos enterrados de deposição de resíduos, que vieram aumentar a capacidade de deposição instalada na via pública. Por outro lado, foram ainda

instalados novos pontos de deposição seletiva em locais que se encontravam deficitários. -----

-----Implementação de dois sistemas de deposição seletiva de biorresíduos - sacos verdes unicamente para o setor doméstico, e instalação de vinte e três equipamentos enterrados de deposição coletiva instalados em zonas de elevada densidade populacional e de atividades económicas, tem apresentado resultados bastante positivos, aumentando os quantitativos de resíduos orgânicos recolhidos seletivamente em mais de oitenta e três por cento de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois. -----

-----Entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, o investimento direto dedicado aos biorresíduos foi de cerca de seiscentos e sessenta mil euros, e inclui o sistema de sacos verdes, a instalação de vinte e três ilhas dedicadas em exclusivo a resíduos orgânicos, e a aquisição de uma viatura de recolha exclusiva de resíduos orgânicos. Atualmente, são abrangidos cerca de vinte e nove mil habitantes e duzentos e cinquenta estabelecimentos comerciais. Mas estamos a trabalhar para que, até final de dois mil e vinte e quatro, todo o território esteja abrangido. - -----

-----Para se ter uma ordem de grandeza dizer que, no ano de dois mil e vinte e dois, Cascais recolheu duas mil cento e quarenta e três toneladas de resíduos orgânicos, Oeiras mil cento e setenta e seis toneladas, Sintra quinhentos e sessenta e sete toneladas e Mafra quinhentas e quinze toneladas. -----

-----De referir que das setenta e sete mil seiscentas e setenta e duas toneladas de resíduos recolhidas em dois mil e vinte e dois em Oeiras, menos de cinquenta por cento, ou seja, trinta e um mil duzentas e quatro toneladas foram depositadas em aterro. As restantes foram valorizadas.

-----De referir também que Oeiras é o Município do Sistema Tratolixo que produz menos resíduos. Em dois mil e vinte e um, cada habitante de Oeiras produziu quatrocentos e cinquenta e nove quilogramas/habitante por ano de resíduos, Cascais seiscentos e cinquenta e quatro quilogramas/habitante por ano, Sintra quatrocentos e noventa e quatro quilogramas/habitante por



Câmara Municipal
de Oeiras

ano, e Mafra quinhentos e noventa e cinco quilogramas/habitante por ano. Bem abaixo da média nacional para dois mil e vinte e um, que foi de quinhentos e onze quilogramas per capita. -----

----- Mais, relativamente ao peso da recolha seletiva multimaterial face ao total de Resíduos Urbanos recolhidos, o Município de Oeiras é o que tem maior percentagem de entrega de resíduos oriundos de recolhas seletivas, face ao total de resíduos entregues (doze vírgula oito por cento vs a média de nove vírgula três por cento do Sistema - dados de dois mil e vinte e um). Aguardamos os dados de dois mil e vinte e dois, mas estamos certos que terá aumentado. -----

----- Relativamente à compostagem, desde mil novecentos e noventa e dois que o Município disponibiliza gratuitamente um compostor a todos os residentes em habitações com jardim. Hoje contabilizamos três mil duzentos e cinquenta e dois recipientes distribuídos, e estimamos que, com esta ação, se desviam do aterro cerca de quinhentos e trinta e cinco toneladas por ano. -----

----- Senhora Vereadora Carla Castelo, é muito fácil para quem não tem responsabilidades, atirar umas ideias para o ar, falar no PAYT e dizer que Oeiras está a marcar passo. Muito ainda há, com toda a certeza, a fazer. Mas muito se tem feito, e não estamos a marcar passo. Estamos sim a caminhar com passos certos e num cenário de sustentabilidade do sistema de recolha, em todos os pontos de vista. A sustentabilidade económica é um requisito fundamental para se implementar um sistema PAYT, e, no nosso caso, estamos já a preparar a contratação de um estudo que nos ajude a perceber qual o melhor sistema a implementar em Oeiras, por peso ou por volume, mas, sobretudo, que vise avaliar o impacto de uma reconversão do atual sistema de recolha coletiva para um sistema de recolha porta-a-porta.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

----- O Senhor Vice-Presidente prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “No dia vinte e três de março, estive presente, enquanto Presidente do Conselho do Executivo da Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento, para a primeira

Assembleia Intermunicipal ordinária da mesma, que foi para aprovar o Relatório do ano anterior e o Plano de Atividades do ano corrente.-----

----- No mesmo dia, a propósito dessa reunião, tive uma audiência com a Senhora Presidente da Associação de Municípios Portugueses com vista a fazer desta rede intermunicipal um braço da Associação Nacional de Municípios para a cooperação do desenvolvimento na sequência do que já tinha transmitido aqui da audiência com o Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.-----

----- - No dia vinte e sete, estive presente, representando o Senhor Presidente, na inauguração da exposição de fotografia de Ruy de Carvalho, no Dia Internacional do Teatro, no Auditório Ruy de Carvalho, um momento sempre emocionante, o ator Ruy de Carvalho, provavelmente, é o autor português mais conhecido das últimas gerações, porque é uma presença da nossa vida coletiva há muito tempo e está no ocaso da sua vida, pelo que cada momento com o Ruy de Carvalho é um momento marcante.-----

----- - No dia vinte e oito, estive presente, em representação do Senhor Presidente, na Área Metropolitana de Lisboa, com o Senhor Ministro da Administração Interna, para apresentação da Estratégia Integrada de Segurança Urbana seguida de reunião extraordinária do Conselho Metropolitano. -----

----- - Na reunião, da EMEL, com o Ministro da Administração Interna esteve presente a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, doutora Isabel Oneto e nessa reunião tive a oportunidade de reafirmar o alinhamento do Município de Oeiras com as autoridades policiais e o apoio tem sido prestado dos últimos anos, além da nossa disponibilidade para assim continuamos a fazer.-----

----- - No dia trinta estive na Gala do Desporto de Oeiras e aproveitei para congratular todos os vencedores e salientar o trabalho de todos os atletas no nosso Concelho, que são largas dezenas de milhares que fazem um trabalho extraordinário conjuntamente com as suas famílias e



Câmara Municipal
de Oeiras

com os seus treinadores, além dos dirigentes das Associações, que por carolice, muitas vezes dando o seu tempo e com a sua generosidade fazem muito pelo desporto no Concelho de Oeiras e no desporto do País.” -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

----- “No dia vinte e quatro de março, fiz uma visita à República de São Tomé e Príncipe, acompanhado pela Vereadora Joana Baptista, pelo arquiteto Baptista Fernandes, pela doutora Sílvia Breu, pelo Presidente do Taguspark, pelo Presidente do Grupo Vila Galé, no contexto da comemoração dos vinte e cinco anos das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, que, como sabem tem a sede da Congregação em Linda-a-Pastora e decorreram várias atividades e aproveitámos para assistir, porque já tinha ocorrido o lançamento da primeira pedra, da obra do arruamento, pois como sabem a Câmara contribuiu com trezentos e cinquenta mil euros para essa obra, é uma estrada com cerca de seiscentos metros e que permite a circulação entre os diferentes equipamentos das Irmãs, que consistem em apoio à infância, juventude e terceira idade numa comunidade de cerca de três mil crianças e trezentos idosos, portanto, é realmente um trabalho notável que elas estão a fazer e a Câmara Municipal está a financiar esse arruamento.-----

----- - Depois, tivemos oportunidade de no Príncipe assistirmos ao início das obras do Liceu. -----

----- Como sabem o Liceu é um projeto financiado pela Câmara de Oeiras, a Câmara de Lisboa e a Câmara da Amadora, em partes iguais seiscentos mil euros cada um desses Municípios e tivemos oportunidade de nos reunir com as entidades oficiais, designadamente o Presidente da República, o Primeiro Ministro, o Presidente do Governo Regional do Príncipe e terminou com um jantar oferecido pelo Senhor Presidente da República, aliás, ambos quiseram expressar o reconhecimento da República de São Tomé e Príncipe à Câmara Municipal de

Oeiras. -----

-----O relatório depois será distribuído pelos Senhores Vereadores que queiram aprofundar mais aquilo em que consistiu esta visita. -----

----- - No dia vinte e dois, teve lugar uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia, no que respeita ao chamado Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas, no fundo, trata-se de um banco alimentar da Segurança Social e é para as Freguesias assumirem essa responsabilidade e carecem igualmente de apoios extra, cerca de cinquenta e tal mil euros para afetar técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais, que facilitem na recolha e na distribuição junto das famílias. -----

-----Serão as Freguesias a assumir esse trabalho ou então perdia-se essa oportunidade e são cerca de oitocentos mil euros o custo dos bens alimentares.-----

-----Chegámos todos a acordo, aliás as Freguesias estão sempre disponíveis particularmente quando há financiamento, desde que haja uma participação da Câmara está sempre o problema resolvido, embora tenha que salientar a disponibilidade dos nossos Presidentes de Junta sempre que são solicitados. -----

----- - No dia dois de abril, tivemos uma reunião com o Bispo Auxiliar, Dom Américo Aguiar a propósito das Jornadas Mundiais de Juventude, que, no fundo, veio transmitir que vai ser alargado o âmbito da presença, digamos assim, de atividades aqui no nosso Município, isto era para ser apenas a recessão do Papa aos jovens voluntários e ao que parece há a necessidade de haver aqui atividades durante quatro dias na receção a grupos de países, aos catecúmenos, ou outros grupos organizados, que têm atividades próprias e que irão decorrer também ali. -----

----- - Também no dia dois, foi feita a apresentação pública do PMUS - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Acessibilidades, portanto, foi o início da discussão que decorreu no Auditório Ruy de Carvalho de uma forma geral, enfim, penso que foi uma exposição muito exaustiva relativamente aos dois planos: o Plano de Mobilidade Urbana



Câmara Municipal
de Oeiras

Sustentável e o Plano de Acessibilidade, hora e meia de apresentações, notei o entusiasmo extraordinário na sala na medida em que as pessoas estiveram ali atentas, apesar de algumas pessoas dizerem que só se falou de mobilidade, na verdade, durante hora e meia todos estiveram a falar de mobilidade e acessibilidades, nem toda a gente gosta. -----

----- Mas na verdade, foi uma sessão extraordinária na medida em que as pessoas presentes ficaram muito satisfeitas e praticamente nenhuma pôs qualquer questão sobre mobilidade ou sobre acessibilidades. As questões foram colocadas sobre comércio, sobre saúde e, portanto, significa que o esclarecimento dado pelo Professor Nunes da Silva, pelo Professor Figueira de Sousa e a Professora Maria João foram absolutamente elucidativas, porque as pessoas ficaram e não é fácil manter a atenção da plateia durante hora e meia, mas a verdade é que eles conseguiram. -----

----- A partir de agora estará em discussão pública. -----

----- - Hoje, às dez horas da manhã, teve lugar a reunião com o Senhor Secretário de Estado do Turismo para abordarmos a questão do hotel que foi adjudicado ao Grupo Turim há três anos, no âmbito do Programa Revive. -----

----- Durante três anos não avançou, foi aberto um novo concurso e parece estar a patinar e é indiscutível a Câmara Municipal já fez investimentos de mais de cinco milhões de euros no Jardim de Buchos, na recuperação do Paço Real de Caxias, na recuperação das esculturas de Machado de Castro e nos Jardins da Quinta do Ministério da Justiça e, neste momento, aquilo está com um péssimo aspeto e é aquilo que já é habitual, quer dizer, edifícios do Estado, da responsabilidade do Estado, a cair de podres e quem passe em frente à estação de Caxias o espetáculo que tem é aquele, da degradação, de maneira que, estando o processo adjudicado a um operador turístico não faz sentido a morosidade que parece haver neste processo, de modo que o Senhor Secretário de Estado do Turismo transmitiu-nos que iriam tentar acelerar o processo para ver se se resolve. -----

----- - Na última reunião fiquei de apresentar aqui, a propósito da evolução do preço da habitação, porque agora fala-se muito em habitação, mas em Oeiras já falamos há trinta anos na habitação, mas há pessoas que descobriram agora o discurso da habitação. -----

-----Ainda ontem tive a oportunidade de dizer, e não me canso de referir, é uma coisa extraordinária, no último fim de semana, houve manifestações que eu olhava e pareciam-me saídas de um quadro fantasmagórico, de um País que não o nosso. -----

-----Um grupo significativo, de milhares de pessoas, a reclamar por habitação, a pedirem habitação, que é preciso habitação, mas, ao mesmo tempo, contra a habitação. É curioso, fico com a sensação que a maior parte dos que lá estavam não precisam de casa para nada, estavam ali mais a protestar. -----

-----O que eu estou a dizer é violento, mas é preciso ter coragem para dizer estas coisas e a ideia que eu tenho é que os políticos têm todos medo, há aqui uma atitude cobarde extraordinária que, perante uma manifestação, encolhem-se, mas as manifestações nem sempre têm razão e temos que saber bem o que está por trás das manifestações. -----

-----Aquelas manifestações têm uma agenda política não tem nada a ver com a habitação.

-----São manifestações contra o Governo, manifestações de protesto na medida em que não é possível, não é compatível, exigir habitação, mas, ao mesmo tempo, dizer que não pode haver habitação nova, que são contra habitação nova, portanto, a agenda política daquelas manifestações é uma agenda mais ambientalista, fundamentalista, do que propriamente uma agenda a reclamar habitação e estas coisas têm que ser denunciadas. -----

-----Na realidade, não há possibilidade de fazer e dar habitação aos pobres, às pessoas mais carenciadas, à classe média baixa, se não se fizer habitação nova. -----

-----Não há nada como os factos, mas dá a impressão que há pessoas que só descobriram isso agora.- -----

-----Eu tive oportunidade de dizer que a Câmara Municipal, entre dois mil e oito e dois



Câmara Municipal
de Oeiras

mil e doze, numa altura em que as casas estavam por preços muito baixos, aumentaram a partir de dois mil e quinze, nós compramos vários prédios a duzentos euros o metro quadrado, de potencial construtivo.-----

----- Quanto custam agora? -----

----- Segundo informação da Divisão de Projetos Especiais, um edifício aqui no centro da vila encontra-se nos parâmetros definidos para Programa Habitação Jovem tendo sido elaborado um cenário onde se assumia o pressuposto de desenvolvimento de um projeto imobiliário de reabilitação que permitiria dispor de sete fogos habitacionais (três fogos T Zero mais quatro fogos T Um).-----

----- O presumível valor de mercado do imóvel, reportado a fevereiro de dois mil e vinte e três, corresponde ao intervalo de valores de setecentos e quarenta e três mil cento e noventa e oito euros e setecentos e cinquenta mil euros, no seu estado físico atual. -----

----- Em reunião realizada no DPERU em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três com o consultor imobiliário e um representante da proprietária, foi explicado o interesse na aquisição do imóvel para integração no Programa Habitação Jovem nos Centros históricos. -----

----- Através de email de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três o mediador imobiliário solicitou a proposta de valor por escrito a pedido da proprietária.-----

----- De acordo com a análise de potencialidades, apresenta-se um quadro síntese com os valores apurados:-----

----- Aquisição: setecentos e quarenta e três mil cento e noventa e oito euros (...)",
Senhores Vereadores tomem bem nota, "(...) setecentos e quarenta e três mil cento e noventa e oito euros; área: quatrocentos e cinquenta metros quadrados; número de fogos: sete; valor por metro quadrado: mil seiscentos e cinquenta e um euros; valor por fogo: cento e seis mil cento e setenta e um euros e catorze cêntimos.-----

----- Reabilitação: novecentos e trinta e oito mil duzentos e cinquenta e oito euros. No

total, um milhão seiscentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta e um euros. (...)” -----

-----Logo, com a reabilitação, o valor por fogo rondaria os duzentos e quarenta mil euros, ou seja, os fogos T Zero ficariam a duzentos e vinte e oito mil e seiscentos euros e os fogos T Um a trezentos e vinte e dois mil euros. Vejam bem, com trezentos e vinte e dois mil euros, a Câmara faz três apartamentos T Um. Com trezentos e vinte e dois mil euros nós fazemos habitação pública a cem mil euros cada um. -----

-----Faz algum sentido estar aqui dizer que se vai recuperar prédios degradados? -----

-----Se fizerem as contas, quatrocentos metros quadrados saem a quatro mil trezentos e oitenta e seis euros o metro quadrado, quando nós fazemos habitação social a mil e seiscentos.---

-----Portanto, esta é a demonstração clara! O que importa salientar aqui é que de duzentos euros o metro quadrado, entre dois mil e oito e dois mil e doze, passou para mil seiscentos e cinquenta e um euros em dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três. Em dez anos aumentou apenas oito vezes.-----

-----O preço final das casas, obviamente que aqui já seriam caras, mas, como sabem, agora está toda a gente surpreendida dizendo que as casas duplicaram, aumentaram cento e quinze por cento de dois mil e quinze a esta parte, é o que todos os dias estão a anunciar. -----

-----Mas aumentaram cem por cento nalguns sítios, noutros aumentaram duas e três vezes mais, que é o caso aqui de Oeiras.-----

-----Tenho aqui um relatório muito interessante, que irá circular para verem, sobre o Projeto de Combate ao Isolamento do Idoso “Marias & Maneis” no Bairro dos Navegadores, no âmbito do Contrato Local de Segurança. -----

-----Tenho aqui uma informação sobre a participação dos Bombeiros do Dafundo numa ação em Lisboa, que passo a ler:-----

-----“O Gabinete de Saúde e Segurança no Trabalho da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, com a coordenação da Técnica Superior Tânia Rita Paiva, vem por este



Câmara Municipal
de Oeiras

meio agradecer reconhecidamente a todos os envolvidos e que se empenharam no acolhimento e acompanhamento de um animal de raça “Galgo” de seu nome “West”, residente na Cidade de Lisboa. -----

----- Tivemos um pedido de ajuda para um colaborador nosso, residente na Cidade de Lisboa no seu domicílio, no passado dia nove de março, pelas dez horas e trinta minutos, onde uma equipa nossa com três elementos se deslocou ao local e acionou meios de socorro, via CODU Lisboa, sem sucesso. -----

----- Após o insucesso de pedido de ajuda para o CODU, solicitou-se um pedido posterior aos Bombeiros Voluntários de Lisboa, os quais deslocaram para o local uma abertura de porta com socorro com uma ABSC mais VUCI para o local. -----

----- Assim, e ao longo das últimas horas do dia nove de março de dois mil e vinte e três, foram efetuados alguns procedimentos de acordo com o internamento do nosso colaborador por uma situação de emergência, onde estiveram presentes mais de doze operacionais, a saber:-----

----- - Duas viaturas (ABSC mais VUCI) dos Bombeiros Voluntários de Lisboa-----

----- - Uma equipa do Gabinete de Saúde e Segurança no Trabalho, ANSR-----

----- - Proteção Civil de Oeiras - Coordenador Municipal-----

----- Bombeiros Voluntários do Dafundo - Comandante Carlos Jaime e Segundo Comandante Edgar Cassamo. -----

----- Desde os Bombeiros Voluntários Lisboa e de todas os outros agentes de proteção civil, à Proteção Civil de Oeiras, todos contribuíram para um desfecho com sucesso, tendo o cão sido acolhido e acompanhado pelo Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil de Oeiras e Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, Carlos Jaime Fonseca Santos, ao fim do dia nove de março, estando apático ficou à guarda do Bombeiro Luís Rijo, o mesmo pertence aos Bombeiros Voluntários do Dafundo, o qual ficou no hotel de animais particular, de modo voluntário e gratuito. -----

-----No âmbito da ausência de resposta favorável dos Serviços Municipalizados da Proteção Civil de Lisboa e do posto móvel da esquadra da PSP do Hospital de São José, sem capacidade de resposta solicitamos ajuda ao Concelho de Oeiras, que enaltece a disponibilidade, prontidão, eficácia e foco para o sucesso da missão atribuída a Todos. -----

-----Por último, um agradecimento muito especial ao Comando dos Bombeiros de Dafundo e aos seus homens, que desde o primeiro momento se esforçaram no acolhimento e acompanhamento do “West”, continuando a honrar o Concelho de Oeiras e a prestar um contributo essencial na defesa de pessoas e bens. Bombeiro Luís Rijo. -----

-----Mais informamos, hoje o colaborador teve alta hospital, o mesmo junto com a família foi buscar o cão na presença do Senhor Comandante Carlos Jaime e Bombeiro Luís Rijo.

-----Apenas deixamos um Obrigado a Todos pelo excelente trabalho de destaque que o Concelho de Oeiras abraçou.”-----

-----Ora, nas notícias, no Correio da Manhã, “mais de vinte e três à espera de casas que ainda não saíram da gaveta”. Como está na moda, mostram uma fotografia do estado de abandono de um Convento em Setúbal. “O valor das rendas leva milhares a pedir apoios”. Estão a descobrir isso agora.-----

-----Oeiras, são apresentadas aqui três mil quatrocentas e setenta casas, ou seja, Oeiras é o Município da AML com o maior número de fogos em parque de habitação pública, depois de Lisboa, quer dizer Lisboa e a seguir Oeiras. -----

-----É importante nós dizermos estes números, porque, na realidade, temos uns hipócritas que, de vez em quando, vêm falar de habitação, querem ser arautos da habitação e a querer dar lições ao Município de Oeiras na habitação. Não há nada com os números. Os números são estes. O segundo Município com mais habitação pública, a seguir a Lisboa, é Oeiras.-----

-----Para verem, Oeiras tem neste momento, em arrendamento, três mil quatrocentas e setenta casas. Vamos ver o panorama em Lisboa: Alcochete tem cinquenta e uma, Cascais tem



Câmara Municipal
de Oeiras

duas mil quinhentas e vinte e seis, Lisboa tem vinte e três mil seiscentas e noventa e duas, Loures tem mil quatrocentas e cinquenta, Moita tem cento e sessenta e cinco, Montijo tem quatrocentas e cinquenta e uma, Odivelas tem quinhentas e setenta e seis, Oeiras tem três mil quatrocentas e setenta, Palmela tem trinta e cinco, Setúbal tem mil oitocentas e setenta e cinco e Sintra tem mil setecentas e quinze. -----

----- Ora, vejam bem a distância, o que está mais próximo de Oeiras é Cascais, Cascais está conduzido com duas mil quinhentas e vinte e seis e Oeiras tem três mil quatrocentas e setenta.-

----- Curiosamente, quais são os Municípios que têm mais casas?-----

----- São precisamente aqueles que foram menos tempo liderados pela esquerda. Aqueles que foram liderados pelo Partido Comunista é onde há menos casas, porque o Partido Comunista, e eu disse isso ontem na Assembleia Municipal, sempre foi contra a construção de habitação pública pelos Municípios, acham que os Governos, o IHRU, é que devem fazer. -----

----- Portanto, quando nos vêm para aqui, reafirmo, a querer dar lições de habitação, a resposta está aqui e quero-vos dizer o seguinte, não estão aqui as habitações jovens. Nós consideramos habitação pública apenas de renda social, não está a habitação pública de renda acessível, porque, na realidade, a habitação jovem não é mais do que renda acessível. -----

----- Por outro lado, da página 'Sapo', "Em Portugal reforçou-se a litoralização, fenómeno que já acontece no País há vinte anos, com um interior cada vez mais desabitado, partilhou o INE na apresentação do estudo "O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais?". Para já que há menos habitantes, num País dividido pelo rio Tejo, e os que há andam mais de carro." ----

----- Portugal, tem cada vez menos habitantes e cada vez mais a andar de carro. Não há maneira de eliminarmos o carro. Claro que pode haver uma ditadura em que se diz que é proibido andar de carro. Contra os arautos que sistematicamente nos querem impingir um modelo de vida, a resposta é dada pelos portugueses. -----

----- Temos que ter menos carros? De acordo. Temos de ter mais transporte público? De

acordo. Temos que andar mais de bicicleta? Certo, mas atenção, os hábitos das pessoas não mudam de um dia para o outro, nós temos de sensibilizar as pessoas, temos que viver na realidade. -- -----

-----Todas estas informações são fundamentais para não nos deixarmos condicionar pelos arautos da desgraça, por aqueles que não querem que se faça nada e não há nada como os números.--- -----

-----Nós temos de nos orgulhar do Concelho que somos, daquilo que temos, daquilo que fazemos, batemos todos aqui na área, só Lisboa está à nossa frente, só a capital.-----

-----Eu vou-vos mostrar estes dados, reparem, Oeiras cresceu demograficamente, nos últimos dez anos, cerca de dois por cento, o que significa que, tendo tido um crescimento natural na ordem de um por cento, que houve aqui um “upgrade”, que nós temos conhecimento até empiricamente. -----

-----Houve uma classe média ascendente, nós temos a classe média mais forte do País, e houve muita gente que mudou de casa dentro do próprio Concelho, houve alguns que saíram, sobretudo os mais jovens, mas houve muita gente que vivia, por exemplo, em Carnaxide e passou para Miraflores, viviam no Dafundo e passaram para Linda-a-Velha, viviam aqui em Oeiras e passaram para Porto Salvo, viviam em Porto Salvo e passaram para Barcarena, quer dizer, há aqui uma mudança de natureza geográfica dentro do próprio Concelho que traduz também a evolução do poder de compra das famílias. -----

-----Obviamente que houve algumas, por via da valorização do património, venderam aqui e compraram noutros locais, sabemos de pessoas que venderam apartamentos T Um ali no Bairro Joaquim Matias, a cento e cinquenta mil euros, e compraram por cento e cinquenta mil euros T Três e T Quatro em São Marcos. -----

-----A dita pressão imobiliária em Oeiras, consistiu, essencialmente, dos imóveis para escritórios, para empresas, o grande crescimento de Oeiras é esse, é na área das empresas,



Câmara Municipal
de Oeiras

demograficamente nem tanto. -----

----- Isto significa que, comparativamente com outros Concelhos, Oeiras tem muito menos habitação e essa também é a razão porque as casas aumentam, porque a escassez gera um aumento dos preços significativo. -----

----- Há coisas que tem que ser no momento certo. Alguns dados. Quando se diz que não se sabe nada, que há dificuldade em fazer o levantamento das casas devolutas, não há dificuldade nenhuma, aqui em Oeiras sabemos tudo. -----

----- Eu vou-vos dar apenas alguns elementos que me parecem fundamentais, constantes do Destaque Estatístico número seis “Censos dois mil e vinte e um - Habitação por freguesia de Oeiras”. Alguns dados a nível de Freguesia. -----

----- Em dois mil e vinte e um, Barcarena tem dois mil quatrocentos e oitenta e quatro edifícios, seis mil seiscentos e quarenta e três alojamentos, entre familiares e coletivos, o que representa uma taxa de variação de cinco vírgula três por cento e três vírgula seis por cento face a dois mil e vinte e um. -----

----- Barcarena, provavelmente, é a Freguesia que mais cresceu, que é a menos densa. -----

----- Densidade de alojamento: setecentos e trinta e sete alojamentos por quilómetro quadrado. - -----

----- Um total de trinta e três casas de residência secundária, como veem, está aqui tudo. --

----- Quanto aos fogos vagos, tem cento e noventa e seis vagos para venda ou arrendamento e trezentos e catorze estão vagos por outros motivos. -----

----- No conjunto dos dois mil oitocentos e oitenta e quatro edifícios, apenas dezassete têm sete ou mais pisos, vinte e nove vírgula nove por cento dos edifícios foram construídos entre mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e oitenta, ou seja, é o maior crescimento de sempre no Concelho de Oeiras, depois vamos ver qual foi o crescimento nas décadas seguintes.--

----- O índice de envelhecimento dos edifícios (rácio entre o número de edifícios

construídos até mil novecentos e sessenta e o número de edifícios construídos após dois mil e onze) em Barcarena é de duzentos e trinta e seis vírgula seis. Têm uma média de quatro vírgula três pisos por edifício. -----

-----Tem cinco mil setecentos e noventa alojamentos, sendo que destes, mil setecentos e três não dispõem de sistema de aquecimento, o que corresponde a vinte e nove por cento. -----

-----Verifica-se que cinco por cento de alojamento são de uso sazonal.-----

-----Cinquenta e sete por cento dos edifícios em Barcarena não necessitam de reparação, setenta e seis vírgula três por cento dos alojamentos são ocupados pelo próprio, vejam bem, um país pobre, teoricamente, com proprietários ricos, é uma coisa estranha. Um país pobre e setenta e seis por cento dos alojamentos em Barcarena são do próprio. Exatamente o contrário do que acontece Viena de Áustria, países nórdicos. -----

-----Alojamentos ocupados pelo proprietário em que não existiam encargos, quarenta e cinco vírgula quatro por cento. Dos dois mil quatrocentos e onze alojamentos em que os seus ocupantes tinham encargos financeiros devido à sua aquisição, verifica-se que a percentagem mais elevada, dezassete vírgula quatro por cento, situava-se no escalão de “quatrocentos a quatrocentos e noventa e nove euros”, mas cinco vírgula quatro por cento pagava mil euros ou mais. -----

-----Dos mil e vinte e oito alojamentos de residência habitual que foram recenseados como arrendados em Barcarena, o escalão do valor mensal da renda com maior representatividade é de “trezentos a trezentos e noventa e nove euros”, dezasseis vírgula seis por cento. -----

-----Eu vou passar por cima da Freguesia de Porto Salvo e vamos para a Freguesia, por exemplo, de Oeiras, vimos uma mais rural e agora uma urbana. -----

----- O parque habitacional da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, é constituído por seis mil cento e setenta e um edifícios e trinta e um mil



Câmara Municipal
de Oeiras

trezentos e quarenta e cinco alojamentos, valores que, face a dois mil e onze, representam aumentos de apenas zero vírgula seis por cento e zero vírgula trinta e sete por cento, respetivamente. E isto estamos a falar em dez anos. Tem sido uma construção de habitação neste Concelho! Betão, mais betão e mais betão, é extraordinário onde vão inventar o betão.-----

----- A densidade de alojamento era de dois mil trezentos e dezasseis vírgula sete alojamentos por quilómetro quadrado.-----

----- Havia, em média, três vírgula cinco pisos por edifício, sete vírgula três por cento dos alojamentos são de uso sazonal, em Barcarena eram cinco por cento.-----

----- A menor dinâmica de construção da última década reflete-se no índice de envelhecimento dos edifícios que em dois mil e vinte e um era de setecentos e setenta e cinco vírgula sete, o que significa que, por cada cem edifícios construídos depois de dois mil e onze existiam setecentos e setenta e cinco vírgula sete construídos até mil novecentos e sessenta.-----

----- Em dois mil e vinte e um, a maioria dos edifícios nesta União de Freguesias não necessitava de reparações: setenta e sete vírgula quatro por cento dos edifícios destinados à habitação não necessitam de reparações. Dos vinte e dois vírgula seis por cento dos edifícios que necessitam de intervenções, quinze vírgula quatro por cento necessita de reparações ligeiras, cinco vírgula dois por cento de reparações médias e dois por cento de reparações profundas.-----

----- Residência habitual é a forma dominante de ocupação dos alojamentos na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias: em dois mil e vinte e um, oitenta e dois vírgula dois por cento dos alojamentos eram ocupados como residência habitual. As residências secundárias representavam sete vírgula três por cento do total de alojamentos e os alojamentos vagos dez e meio por cento.-----

----- O número de alojamentos arrendados aumentou na última década, pois que, em dois mil e vinte e um, sessenta e cinco vírgula quatro por cento dos alojamentos são ocupados pelos proprietários, menos que em Barcarena, vinte e seis vírgula sete por cento são arrendados e as

restantes situações correspondem a sete vírgula oito por cento. -----

-----A crise da habitação está aqui, setenta por cento das pessoas são obrigadas a comprar a sua casa, foram obrigados a comprar a sua casa porque não havia no mercado de arrendamento.

-----A maioria dos proprietários não tem encargos financeiros relacionados com a aquisição de habitação. No que diz respeito aos alojamentos ocupados pelo proprietário, cinquenta e oito vírgula quatro por cento, a maioria, mesmo assim ainda há muitos, não existem encargos financeiros decorrentes da aquisição de habitação.-----

-----Nos quarenta e um vírgula seis por cento de alojamentos com encargos de compra, o escalão com maior representatividade é de “quatrocentos a quatrocentos e noventa e nove euros”, os tais que vão passar agora para setecentos ou oitocentos euros e, portanto, muitos deles vão ter dificuldade em pagar.-----

-----Nos seis mil oitocentos e oitenta e quatro alojamentos de residência habitual arrendados que foram recenseados em dois mil e vinte e um, o escalão do valor mensal da renda com maior representatividade é o dos “seiscentos e cinquenta a novecentos e noventa e nove euros”, com vinte e dois e meio por cento do total de alojamentos arrendados.-----

-----Havia quatrocentos e oitenta e três alojamentos que, em dois mil e vinte e um, os encargos com rendas passam os mil euros, aliás, dos mil e oitenta e cinco alojamentos arrendados no Município de Oeiras, que em dois mil e vinte e um pagavam mil ou mais euros de renda, quarenta e cinco por cento situava-se na União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, portanto, a maioria dos mais caros estavam aqui.-----

-----A área média útil dos alojamentos em Portugal é de cento e doze vírgula cinco metros quadrados. Em dois mil e vinte e um, dos seis mil oitocentos e oitenta e quatro alojamentos familiares clássicos de residência habitual nesta União de Freguesias, o escalão de área útil com maior representatividade é “de oitenta metros quadrados a noventa e nove metros quadrados”, com vinte e um vírgula cinco por cento do total de alojamento neste escalão.



Câmara Municipal
de Oeiras

Reparem, oitenta metros quadrados a noventa e nove metros quadrados quer dizer que a maior parte dos prédios foram construídos até mil novecentos e oitenta, em que as tipologias eram mais pequenas, a partir daí começar a ser tipologias maiores. -----

----- A maioria dos alojamentos nesta União de Freguesias encontra-se sublotado, ao contrário do que acontece nos bairros municipais. De acordo com o resultado dos Censos de dois mil e vinte e um, cinquenta e sete por cento dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, estavam sublotados, com divisões excedentes, vinte e oito por cento foram considerados com lotação normal e quinze por cento estavam sobrelotados, com divisões em falta. -----

----- Agora, quanto ao Município no seu todo. -----

----- Segundo os resultados dos Censos de dois mil e vinte e um, o parque habitacional em Oeiras é constituído por dezoito mil quatrocentos e oitenta e oito edifícios e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e um alojamentos, valores que, face a dois mil e onze, representam aumentos de um vírgula três e zero vírgula setenta e nove por cento, respetivamente. -----

----- Em dez anos, os alojamentos aumentaram zero vírgula setenta e nove por cento, mas que quantidade de betão foi feita entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um! Estão a ver como a história da betonização é um mito urbano neste Concelho? -----

----- Dos oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e um alojamentos existentes em Oeiras, oitenta e quatro por cento eram ocupados como residência habitual (setenta e três mil e treze), as residências secundárias representavam seis por cento e os alojamentos vagos dez por cento (vagos para venda ou arrendamento ou por outro motivo), o que significa menos dois vírgula um pontos percentuais da percentagem registada para o país, doze vírgula um por cento, portanto, ainda menos pontos percentuais do que a percentagem do país. -----

----- A maior parte dos edifícios existentes em Oeiras tem dois ou três pisos, trinta e um por cento tem dois pisos e com três pisos são vinte e seis por cento. -----

----- A maioria dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual eram ocupados

pelo proprietário, sessenta e sete vírgula três por cento, sendo que sessenta e um vírgula seis por cento destes não tinha encargos financeiros relacionados com a aquisição da habitação.-----

-----Isto é uma coisa importante, a maioria já não tem encargos com a habitação, o que também é significativo, quer dizer que nos últimos anos não têm sido compradas casas com recurso ao crédito no Concelho. De sessenta e sete por cento de proprietários, sessenta e um por cento não tem qualquer encargo financeiro, apenas cinco por cento tem encargos financeiros. ----

-----Em Oeiras, nos dezoito mil oitocentos e dezanove alojamentos de residência habitual arrendados, o escalão de valor mensal da renda com maior representatividade é o dos “seiscentos e cinquenta a novecentos e noventa e nove euros”, com dezanove por cento do total de alojamentos arrendados. -----

-----Recorde-se que em Portugal o escalão do valor mensal da renda com maior representatividade é o dos “duzentos a trezentos e noventa e nove euros”, com quarenta vírgula quatro por cento dos alojamentos arrendados. Em Portugal, duzentos a trezentos e noventa e nove euros, em Oeiras é seiscentos e cinquenta a novecentos e noventa e nove euros, estão a ver a diferença também no poder de compra?-----

-----A maior parte dos contratos de arrendamento celebrados em Oeiras, mais precisamente quarenta e dois por cento, ocorreu entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e um. Antes de mil novecentos e oitenta e sete encontra-se dezasseis por cento dos contratos de arrendamento. -----

-----Isto é extraordinário, significa que, apesar de não haver crescimento de casas, houve uma alteração significativa no número de arrendamentos, isto também se pode traduzir em novos arrendamentos, quer dizer, contratos que cessaram e que foram feitos novos arrendamentos, também pode ser isso. Como veem, isto pode ir a uma malha mais fina ainda. -----

-----Tendo em conta os alojamentos por existência de apoio ao arrendamento, verifica-se que somente sete vírgula seis por cento dos alojamentos arrendados em Oeiras se encontravam



Câmara Municipal
de Oeiras

nesta categoria, sendo que setenta e três por cento com “Renda social ou apoiada”, dezassete por cento com “Subsídio de renda da administração central” e, finalmente, dez por cento com “Subsídio de renda do Município”, ou seja, em Oeiras, a maioria dos arrendatários são mesmo os da habitação social, vejam bem o peso que a habitação pública já tem aqui em Oeiras. -----

----- Somente dois vírgula sete por cento do parque habitacional foi construído na última década: do parque habitacional recenseado pelos Censos de dois mil e vinte e um em Oeiras, de facto, um total de quinhentos e seis edifícios foi construído entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um, valores significativamente inferiores aos verificados em décadas anteriores. -----

----- A menor dinâmica de construção da última década, reflete-se no índice de envelhecimento dos edifícios que, em dois mil e vinte e um, era de quinhentos e cinquenta. Tal significa que, por cada cem edifícios construídos depois de dois mil e onze, existiam quinhentos e cinquenta construídos até mil novecentos e sessenta. -----

----- Em dois mil e vinte e um, a maioria dos edifícios em Oeiras não necessitava de reparações: segundo os Censos de dois mil e vinte e um, sessenta e oito vírgula nove por cento dos edifícios destinados à habitação não necessitam de reparações. Em Portugal o valor é de sessenta e quatro vírgula dois por cento.-----

----- Dos trinta e um vírgula um por cento dos edifícios que necessitam de intervenções, vinte e três vírgula três por cento necessita de reparações ligeiras, cinco vírgula sete por cento de reparações médias e dois vírgula um por cento de reparações profundas. -----

----- O número médio de alojamentos em Oeiras, por quilómetro quadrado, é de mil oitocentos e noventa e dois vírgula nove. Em Barcarena era à volta dos setecentos. -----

----- Na última década, em Oeiras, a proporção de alojamentos regime de propriedade passou dos setenta e três por cento para os sessenta e sete por cento, o que significa que aumentou o número de arrendatários. -----

----- A maioria dos proprietários em Oeiras não tem cargos financeiros relacionados com a

aquisição de habitação. De facto, no que diz respeito aos alojamentos ocupados pelo proprietário, em sessenta e um vírgula seis por cento não existem encargos financeiros decorrentes da aquisição da habitação.-----

-----O número de alojamentos arrendados aumentou na última década, claro, está aqui já a leitura, em dois mil e vinte e um, sessenta e sete vírgula três por cento dos alojamentos são ocupados pelos proprietários, vinte e cinco vírgula oito por cento são arrendados e as restantes situações correspondem a seis vírgula nove por cento. A importância relativa dos proprietários decresceu face a dois mil e onze. Decresceram os proprietários, aumentou o número de arrendatários. -----

----- Aumento do valor médio mensal da renda na última década: o valor médio mensal de renda situa-se nos quatrocentos e cinquenta e seis euros, valor que representa um acréscimo de quarenta e quatro vírgula três por cento face ao valor registado em dois mil e onze (trezentos e dezasseis euros). Face ao valor médio mensal de renda registado em Portugal, em Oeiras o valor é superior em cento e vinte e dois euros e quarenta e quatro centímetros.-----

-----A área média útil dos alojamentos em Oeiras é de cento e dois vírgula setenta e dois metros quadrados. Em dois mil e vinte e um, dos setenta e três mil e treze alojamentos familiares clássicos de residência habitual existentes neste Município, setenta e três por cento tinha uma área útil inferior a cento e dezanove metros quadrados.-----

-----Pelos dados dos Censos de dois mil e vinte e um, verifica-se que em Oeiras a maioria dos alojamentos encontra-se sublotado: cinquenta e oito por cento dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual estavam sublotados (com divisões excedentes), vinte e oito por cento foram considerados com lotação normal e catorze por cento estavam sobrelotados (com divisões em falta). -----

-----Em dois mil e vinte e um, em Oeiras, havia onze mil novecentos e vinte e oito agregados que residiam no mesmo alojamento há quarenta e mais anos. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Outros indicadores que caracterizam os alojamentos em Oeiras: vinte e nove por cento não tem sistema de aquecimento, o que, no contexto nacional, não é mau; dezasseis por cento possui ar condicionado; dezassete por cento tem elevador; trinta e seis vírgula três por cento tem lugar de estacionamento ou garagem, contra trinta e quatro vírgula oito por cento em dois mil e onze, portanto, alguma coisa tem sido feita em matéria de estacionamento uma vez que houve um aumento de estacionamento de dois por cento. -----

----- Sessenta e oito vírgula oito por cento dos alojamentos não são acessíveis a cadeira de rodas. Isto é que é mau, é mau e tem que ser corrigido. -----

----- São números que interessam, este relatório está composto por Freguesia, comparação com Portugal, está muito pormenorizado. -----

----- Por exemplo, dados curiosos, pisos por edifício, por Freguesia do Município de Oeiras: Barcarena dois vírgula sete pisos, Porto Salvo dois vírgula quatro, União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada Dafundo quatro vírgula três, União de Freguesias de Carnaxide e Queijas três vírgula dois, União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias três vírgula cinco. Oeiras, Município, a média é de três vírgula dois pisos. -----

----- É interessante verificar o crescimento de habitação nas últimas décadas, basta olhar para o parque habitacional e vê-se isso, por exemplo, entre mil novecentos e quarenta e seis e mil novecentos e sessenta, o crescimento foi de seis vírgula quatro por cento. -----

----- Com o início da guerra colonial, que coincide de alguma forma com a demanda do interior para o litoral, começou a litoralização, entre sessenta e um e oitenta temos um crescimento de trinta por cento. -----

----- A partir de oitenta e um a noventa baixou logo para onze vírgula sete por cento. De noventa e um a dois mil, treze por cento nessa década. Entre dois mil e um e dois mil e cinco houve crescimento de nove vírgula oito por cento, de dois mil e seis a dois mil e dez, foram dezasseis por cento. -----

-----De dois mil e doze a dois mil e quinze, foi apenas um vírgula três e de dois mil e dezasseis a dois mil e vinte e um o aumento foi de quatro vírgula cinco por cento. -----

-----Isto era Barcarena, já agora vamos ver as Freguesias todas. -----

-----Porto salvo. No período entre sessenta e um e oitenta, quarenta e cinco vírgula oito por cento; entre oitenta e um e noventa, dezasseis vírgula dois por cento; entre noventa e um e dois mil, treze vírgula cinco por cento; entre dois mil e um e dois mil e cinco, nove por cento; entre dois mil e seis e dois mil e dez, seis vírgula dois por cento; entre dois mil e onze e dois mil e quinze, zero vírgula três por cento e entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e um, dois vírgula cinco por cento, portanto, o crescimento na última década é quase zero. -----

-----União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo: entre sessenta e um e oitenta, um crescimento de quarenta e seis vírgula sete por cento; entre oitenta e um e noventa, dez vírgula dois por cento; entre noventa e um e dois mil, sete vírgula oito por cento; entre dois mil e um e dois mil e cinco, quatro vírgula cinco por cento; entre dois mil e seis e dois mil e dez, dois vírgula quatro por cento; entre dois mil e onze e dois mil e quinze, zero vírgula quatro por cento e entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e um, zero vírgula oito por cento. -----

-----Onde é que está o betão? -----

-----Estão a ver o mito? -----

-----Há uma série de burgueses que vivem muito bem neste Concelho e que já não querem mais ninguém, nem sequer querem casa para os filhos deles! Meia dúzia de portugueses da esquerda caviar que vivem bem, criámos este ambiente fantástico e então já querem que mais ninguém venha para cá viver, designadamente os filhos, que vão para Vila Franca de Xira ou para Loures. -----

-----Tenham paciência, isto é política, a Câmara Municipal e os seus Vereadores têm que saber, têm que conhecer a realidade, porque eu cada vez me confronto mais com pessoas na



Câmara Municipal
de Oeiras

Assembleia Municipal, fora da Assembleia Municipal, que falam, falam, falam, falam e não têm a mínima noção do que é este Concelho. -----

----- Ainda ontem a Assembleia Municipal aprovou, e bem, uma moção qualquer sobre desporto e na área social que há trinta anos que se faz aquilo tudo. Não é de agora com o Vereador Pedro Patacho, está-se a fazer muito e aumentou, mas há trinta anos que se faz tudo aquilo que está naquela moção e as pessoas apresentam aquilo como se fosse uma novidade. -----

----- Não é novidade nenhuma, as pessoas desconhecem é a realidade do Concelho, eu compreendo que um cidadão desconheça, agora que é Deputada Municipal ou Vereador tem obrigação de conhecer o Concelho. Se não conhecem, que se calem é tão simples como isso, mas fazer má figura é que não.-----

----- Mas vamos à União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, entre sessenta e um e oitenta, um crescimento de trinta e nove vírgula seis por cento; entre oitenta e um e noventa, vinte vírgula seis por cento; entre noventa e um e dois mil, quinze vírgula sete por cento; entre dois mil e um e dois mil e cinco, oito vírgula quatro por cento; entre dois mil e seis e dois mil e dez, cinco vírgula dois por cento; entre dois mil e onze e dois mil e quinze, zero vírgula oito por cento e entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e um, dois vírgula um por cento. -----

----- É claro que a mim isto dá-me um consolo extraordinário, porque isto tudo baixou desde que eu sou Presidente da Câmara. Atenção, baixou aqui na habitação, mas subiu na riqueza, nas empresas, nós gerámos riqueza, criámos emprego, valor acrescentado. -----

----- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, entre sessenta e um e oitenta, um crescimento de trinta e um vírgula seis por cento; entre oitenta e um e noventa, vinte vírgula um por cento; entre noventa e um e dois mil, quinze vírgula quatro por cento; entre dois mil e um e dois mil e cinco, seis vírgula nove por cento; entre dois mil e seis e dois mil e dez, seis vírgula sete por cento; entre dois mil e onze e dois mil e quinze, um vírgula dois por cento e entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e um, um por cento, por sinal a

Freguesia que mais cresceu. Baixou brutalmente na última década, um vírgula dois por cento e um por cento, mas com tendência crescente, mas mesmo assim, manteve o número. -----

-----E, finalmente, a média do Concelho. Entre quarenta e seis e sessenta, um crescimento de oito vírgula sete; entre sessenta e um e oitenta, trinta e sete vírgula nove por cento; entre oitenta e um e noventa, dezasseis vírgula seis por cento; entre noventa e um e dois mil, treze vírgula quatro por cento; entre dois mil e um e dois mil e cinco, sete vírgula quatro por cento; entre dois mil e seis e dois mil e dez, seis vírgula oito por cento; entre dois mil e onze e dois mil e quinze, zero vírgula oito por cento e entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e um, um vírgula nove por cento.-----

-----Na última década houve um crescimento em termos de construção de edifícios que rondou os dois por cento. -----

-----Temos a necessidade de reparação, a proporção de alojamentos familiares clássicos com lugar de estacionamento, vejam bem o pormenor. -----

-----Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio por localização geográfica: Portugal, setenta por cento; Área Metropolitana de Lisboa, sessenta e três vírgula sete por cento; Oeiras, sessenta e sete vírgula três por cento.-----

-----Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados por localização geográfica: Portugal, vinte e dois vírgula três por cento; Área Metropolitana de Lisboa, vinte e nove vírgula dois por cento e Oeiras, vinte e cinco vírgula oito por cento.-----

-----Depois, temos a densidade de alojamentos, a forma de ocupação dos alojamentos, o regime de propriedade.-----

-----Em Portugal o número de alojamentos arrendados aumentou na última década, apesar de tudo aumentou, em dois mil e vinte e um, setenta por cento dos alojamentos são ocupados pelos proprietários, ainda é muito, vinte e dois por cento são arrendados e as restantes situações correspondem a sete vírgula sete por cento. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Temos também os encargos financeiros, alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por existência de apoio ao arrendamento, áreas úteis, índice de lotação, anos de residência. -----

----- Este relatório fica à disposição dos Senhores Vereadores para poderem consultar, porque é muito elucidativo relativamente a certas atoardas que se dizem por aí. As pessoas falam tudo e de nada, é interessante. -----

----- Eu aprendi uma nova expressão, recentemente. Até há pouco tempo, havia os “achadores”, as pessoas achavam, achavam que, achavam isto, achavam aquilo, toda a gente acha qualquer coisa. Eu agora descobri, em São Tomé, uma nova expressão que eles inventaram justamente para aquelas pessoas que acham que sabem tudo, são os chamados “tudólogos”, já ouviram falar? -----

----- Eu não conhecia essa expressão, “Tudólogos”. -----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

----- “O Senhor Vereador Duarte da Mata colocou aqui a questão dos edifícios vazios e que a Senhora Vereadora Carla Castelo teria andado a visitar e a fazer o levantamento, está tudo feito, não nos trazem novidade nenhuma. -----

----- Sobre o edifício de Paço de Arcos, há informação sobre o assunto. Esta Câmara e a Assembleia Municipal até já deliberaram comprar aqueles edifícios, que estão abandonados há dez anos, naquele caso não é preciso grande esforço toda a gente vê que estão abandonados, a Câmara quis comprá-los, a Assembleia Municipal aprovou, e depois desistimos da compra, porque é um processo que está em Tribunal e enquanto o Tribunal não resolver o problema, não há hipótese. -----

----- E como esse há outros, há em Miraflores dois prédios abandonados, têm dono, mas

há vários anos, dez ou quinze anos conflitos entre herdeiros e o certo é que não há maneira de chegar a bom porto.-----

-----Quanto a esses processos, a Câmara Municipal ainda não tem poder legislativo para resolver e o Governo, apesar do pacote de habitação que lhe foi apresentado também não apresentou nenhum instrumento que permite às Câmaras Municipais intervir nessa matéria e, portanto, fala-se muito, mas, na verdade, não há forma de intervir enquanto não houver mecanismos adequados para o fazer.-----

-----Relativamente a regras relativas à alienação há regras, as casas não podem ser vendidas se não cinco anos após a alienação, poderá alargar-se, já falámos disso várias vezes, podemos passar para dez anos, porque ao fim de cinco anos compensa perfeitamente vender, porque os preços a custos controlados ficam sensivelmente a metade do preço e, portanto, faz todo o sentido que se alargue o prazo, é uma questão a considerar nas próximas alienações e, portanto, alterar o regulamento de cinco para dez anos.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** disse o seguinte:-----

-----“Eu induzi em erro, há pouco na informação, relativamente às vendas das habitações compradas ao Município, são cinco anos para casas feitas antes do PER, dez anos no âmbito do PER e vinte e cinco anos no âmbito do PRR.”-----

-----Respondeu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Então está bem.”-----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Carla Rocha**:-----

-----“Não está no Regulamento, mas está nas condições de financiamento.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Responde à dúvida que o Senhor Vereador Duarte da Mata tinha. Eu ia sugerir outra coisa, mas se responde à dúvida, tudo bem.”-----

17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A JOÃO GRENHO E JOÃO DIOGO:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor aos jovens, de apenas catorze anos, João Grenho e João Diogo, alunos do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, que foram distinguidos com uma medalha de prata no “Italian Contest for Young Scientists”, por terem feito uma descoberta única em Portugal: uma pegada de “dinossauro Stegopodos” no País e a segunda na Europa, localizada em Alcobaça.-----

----- A partir das pegadas fossilizadas que identificaram, os jovens de Oeiras desenvolveram uma escala que permitiu distinguir a origem das pegadas tridáctilas de dinossauros e conseguiram confirmar o primeiro exemplo de” Stegopodos” em Portugal.-----

----- Este voto deverá ser transmitido ao Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos.-----

18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A DIANA PEDRO E LEONARDO BORREGO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor a Diana Pedro e Leonardo Borrego, alunos da Escola Básica São Julião da Barra. -----

----- Ambos se sagraram campeões nacionais de corta-mato, no escalão de infantis do desporto escolar, mas são também atletas extraordinariamente promissores da Associação Desportiva Núcleo de Oeiras e da Run Tejo. -----

----- Julgo que o louvor destes jovens é certamente um forte incentivo, não só para continuarem a ser bons estudantes, para continuarem a ser os melhores no desporto escolar nacional, mas também para continuarem a ser os melhores no desporto federado, quer no Núcleo

de Oeiras quer na Run Tejo.-----

-----Este voto deverá ser transmitido à Escola Básica São Julião da Barra, à Associação Desportiva Núcleo de Oeiras e à Run Tejo.-----

19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DE VOLEIBOL DE OEIRAS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor ao Clube de Voleibol de Oeiras, que acabou recentemente de conquistar, embora a época desportiva não tenha acabado, mas a matemática já o permite dizer, a ascensão à Primeira Divisão Sénior da equipa masculina de voleibol, o que é um feito para aquela que é uma referência, ou a referência do voleibol em Oeiras. -----

-----Este voto deverá ser transmitido ao Clube de Voleibol de Oeiras.-----

20 - PROPOSTA N.º. 300/23 - GCAJ - RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA A APRESENTAR NOS AUTOS DE PROVIDÊNCIA CAUTELAR A CORRER TERMOS NO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE SINTRA, COM O N.º. DE PROCESSO 328/23.1BESNT:-----

-----I - O **Senhor Presidente** alegou o seguinte:-----

-----“Trata-se de uma resolução fundamentada relativamente a um prédio de habitação social, na Junça, em que foi apresentada uma providência cautelar e a Câmara Municipal, obviamente que reage com uma resolução fundamentada, justamente para evitar os prejuízos que a suspensão de uma obra destas acarreta para o Município, pergunto se alguém se opõe a que ela conste desta ordem de trabalhos.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu: -----

-----“Só recebi a proposta esta manhã, não tive oportunidade de a ver em condições e, portanto, não estou preparado para a aceitar.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Referindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Esta proposta tem que ver com um projeto financiado pelo PRR e todo o tempo aqui é pouco, isto é, qualquer dia que se perca tem consequências, pergunto à doutora Verónica Maia se em termos de prazo de tempo se podemos adiar esta decisão dois ou três dias.”-----

----- A **doutora Verónica Maia** esclareceu: -----

----- “É uma decisão que terá as suas consequências, começo por dizer que nós só ontem tivemos condições de apresentar a proposta de deliberação, porque apenas na sexta-feira fomos citados na providência cautelar, portanto, nós temos noção dos prazos regimentais da necessidade da proposta ter de entrar até à quinta-feira anterior à reunião de Câmara, acontece que a Câmara apenas foi citada desta providência na sexta-feira, era impossível termos acautelado o cumprimento do prazo regimental. -----

----- Por força da citação da providência cautelar fica a Câmara impedida de dar execução ao ato, esta providência cautelar, o que veio pedir foi a suspensão do contrato de empreitada e a suspensão da obra. -----

----- Nos termos da lei com a citação fica a entidade administrativa impedida de prosseguir com a execução do ato a menos que apresente uma resolução fundamentada em que declara ao Tribunal que a paralisação do ato causa grave prejuízo para o interesse público. -----

----- Esta resolução fundamentada pode e tem de ser apresentada durante o período de resposta ou durante o período da oposição à providência, significa que teremos dez dias úteis para a apresentar, caso não se apresente a Câmara não pode prosseguir com a execução, significa que não pode dar continuidade à empreitada, isto é uma empreitada que tem candidatura a fundos comunitários, caso nós Município não consigamos cumprir os prazos calendário que contratualizámos com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, a Câmara não irá receber os fundos que nos permitem esta construção.” -----

----- Inquirindo o **Senhor Presidente**: -----

-----Até segunda-feira esta decisão pode ser tomada?-----

-----Retorquindo a **doutora Verónica Maia**: -----

-----“Pode ser até segunda-feira, apenas enquanto não for tomada, a Câmara não pode avançar com a obra, é apenas isso.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Se a Câmara aprovar isto na segunda-feira está resolvido o problema.”-----

-----Dizendo a **doutora Verónica Maia**: -----

-----“Sim, exatamente.”-----

-----Referindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“O que eu estou aqui a ver e isso não tem nada que ver com o voto de cada um, eu até sei de antemão qual é o voto, mas obviamente, do ponto de vista do funcionamento da Câmara temos como prática e está no Regimento da Câmara que sempre que uma proposta é agendada em cima da hora ela só pode ser discutida, se porventura, houver unanimidade. -----

-----Ora, não há aqui propriamente unanimidade, porque o Vereador Duarte da Mata diz que não conhece a proposta, é claro que esta proposta não tem que ter conhecimento, mas isso cada um tem os seus argumentos, é assim, ou se está de acordo com a resolução fundamentada ou não está, ou se está de acordo que a obra pare ou não, a questão é apenas esta, isto não exige qualquer estudo, foi apresentada uma providência cautelar, todos nós sabemos o que é uma providência cautelar, todos nós sabemos que tem efeito suspensivo e todos nós sabemos que para combater uma providência cautelar é uma resolução fundamentada. -----

-----Para mim, não há qualquer dúvida, porque até considero que se a Câmara não avançasse com uma resolução fundamentada teria que demitir a Diretora do Departamento de Habitação, todos os Dirigentes e Técnicos dessa área, até do Planeamento, do Gabinete Jurídico e, por aí fora, porque arquitetos, engenheiros, juristas, etc., todos eles dizem que a lei é respeitada.- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Qualquer cidadão para fazer uma providência cautelar basta levantar a suspeição de ilegalidade e o Tribunal em princípio dá andamento, decreta a suspensão e dá andamento à providência cautelar.-----

----- O problema é que se não houver resolução fundamentada daqui a dez anos ainda estamos à espera e, nessa altura, já acabou o PRR, portanto, ou nós confiamos nos nossos técnicos, nenhum me disse que havia violação do artigo quinquagésimo nono e sexagésimo, do RGEU, para mim a realidade é esta, assim sendo, se são dez dias úteis, a proposta fica adiada até segunda-feira para uma reunião extraordinária.”-----

----- II - Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

----- Neste momento saiu definitivamente da sala o **Senhor Vice-Presidente**.-----

21 - PROPOSTA Nº. 202/23 - DPU - PROCº. 25/2019 - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, EM TERCENA, REQUERIDO POR “ISIFEPA, S.A.:-----

----- I - O **arquitecto Baptista Fernandes** frisou o seguinte:-----

----- “Não estive presente no período em que se discutiu esta proposta, que foi na última reunião de Câmara, mas tenho a ideia que a Senhora Vereadora Carla Castelo estava presente e terá levantado questões sobre o ruído e julgo depois de ter falado com a arquiteta que estava aqui presente que tem duas naturezas distintas.-----

----- O que está aqui em causa é a proposta de aprovação de uma operação de loteamento, mas a Vereadora Carla Castelo terá colocado duas questões, penso que complementares, uma relativamente ao cumprimento desta operação de loteamento com o regime do ruído e outra referente ao número três, do Regulamento do PDM, que refere que no solo urbano as áreas identificadas como zonas de conflito fora das áreas de influência das grandes infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário são objeto de Planos Municipais de Redução do Ruído, de acordo com o regime jurídico em vigor, mas não sei exatamente que questão foi colocada neste

âmbito.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** argumentou:-----

-----“A questão é que isto está em conflito com o ruído e o facto de dizer que é um Plano de Redução do Ruído a pergunta é: quais são as medidas que estão a ser feitas para a redução do ruído numa via com aquela dimensão e com os edifícios mesmo encostados?-----

-----Quais são as medidas concretas do Plano de Ação do Ruído?-----

-----E, já agora, como é que está o Plano de Ação de Redução do Ruído?”-----

-----O **arquiteto Baptista Fernandes** explicou:-----

-----“São duas questões distintas, no caso de operações de loteamento que aparentem estar em conflito com a Carta do Ruído, existe uma disposição no regime, uma vez que a escala de elaboração da Carta de Ruído é feita sobre cartografia do PDM, (existem muitas extrapolações de comportamento ruidoso com base nesses dados, são muito menos pormenorizados), admite-se que técnicos habilitados possam fazer estudos de detalhe e foi feito.-----

-----Existe uma declaração do responsável sobre responsabilidade técnica que garante que a operação não viola o regime, não violando o regime e havendo uma declaração técnica habilitada, a Câmara aceita-o sob responsabilidade, desse ponto de vista, resolve-se a questão da permissão de submeter a operação de loteamento à Câmara. -----

-----A segunda questão, o que eu posso dizer sobre o plano, nós elaborámos desde a última vez que foi feito o chamado Mapa Estratégico do Ruído, está concluída a sua utilização porque já passaram alguns anos é este o novo documento que me foi distribuído a semana passada e que irá ser brevemente aprovado e com base nesse se fará a elaboração do novo Plano de Mitigação do Ruído.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou o seguinte:-----

-----“Porque o arquiteto Baptista Fernandes, não esteve presente, mas ficou em ata, não sei se teve oportunidade de ver que o PSD fez uma nota relativa àquela zona em Tercena, porque



Câmara Municipal
de Oeiras

ainda existem ali na periferia e junto àquele loteamento alguns arruamentos sem passeio, nomeadamente na Rua David Mourão Ferreira que está adjacente a esta operação de loteamento e deixo aqui o repto, apesar de nem todas serem confluentes com este loteamento ter atenção a isso e já que vai haver uma intervenção na zona, a Câmara ter aqui também cuidados redobrados com esta questão.” -----

----- Observando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Mas isso está fora do loteamento, por isso, é um problema que terá que ser com as obras, se há algum loteamento antigo em que há alguma obra que não terá sido feita, terá que ser a Câmara a fazê-la, tem que se ver qual é a situação.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** aludiu o seguinte: -----

----- “Temos a mesma situação na Rua David Mourão Ferreira, a sul do IC Dezanove e a norte do IC Dezanove, na Rua Comendador Álvaro Vilela, em que o Departamento de Obras tem essa incumbência e responsabilidade de efetuar os passeios, porque são extremidades do Concelho e não estavam legalizadas e com habitação.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pedido de licenciamento de operação de loteamento, para uma parcela de terreno localizada junto ao cruzamento da Rua David Mourão Ferreira e a Rua João Vasconcelos, em Tercena, com uma área total de quatro mil novecentos e sessenta metros quadrados, requerido por “Isifepa, Sociedade Anónima”, na qualidade de proprietária. -----

----- Notificar a requerente. -----

----- Nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD quer apenas deixar aqui uma nota, uma vez que nesta zona de Tercena ainda existem alguns arruamentos sem passeio, nomeadamente em parte da Rua David Mourão Ferreira, que é adjacente a esta operação, deixamos assim o repto para que seja revista esta situação”.-- -----

22 - PROPOSTA Nº. 248/23 - DP - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº. 04-NC/GD-2011, ESTABELECIMENTO QUIOSQUE BAR:--

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Só para confirmar, portanto, há um adiamento por um ano, porque, entretanto, vai ainda chegar, ou vai ser construído, um apoio de praia novo e depois é que se lança o concurso. -

-----O apoio de praia só vai chegar daqui um ano, é isso?” -----

-----Esclareceu o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

-----“Não, Senhor Vereador, os apoios de praia não vão chegar, têm que ser construídos. -

-----Nós recebemos esta gestão dos espaços ribeirinhos há poucos meses. Temos a intenção que os apoios de praia sejam requalificados e de melhorar significativamente a oferta, para isso, a Senhora Vereadora tem estado a desenvolver projetos, estudos para modelos de apoio de praia adequados a cada uma das praias, à dimensão de cada uma das praias e isso tem depois que ver com a fase de projeto, autorizações da APA, CCDR, etc., e nós, património, precisamos de lançar o concurso para que os concessionários os venham a instalar. -----

-----Isto demora algum tempo e, para não privar os veraneantes dos apoios de praia este ano, estamos a esticar este contrato por mais um ano, para nos dar tempo de tomar todas estas diligências.”-----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

-----“Estamos, de facto, a fazer esta prorrogação, mas estamos comprometidos com este assunto, de o resolver definitivamente através de concurso público, portanto, ou na próxima



Câmara Municipal
de Oeiras

reunião ou na primeira de maio, a Divisão de Património lançará o concurso público para o equipamento de apoio de praia de Paço de Arcos e de Santo Amaro de Oeiras, já com a aprovação das entidades competentes ou seja, fizemos um trabalho de casa, que é o estudo prévio, e esse estudo já foi aprovado pelas entidades competentes o que permitirá à Divisão de Património lançar o respetivo concurso público para estas duas praias.” -----

----- Retorquiu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

----- “O Vereador disse que não, mas era sim, foi isso que eu perguntei e acabou por confirmar, era só isso.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Há pouco não respondi à Senhora Vereadora Susana Duarte, a propósito de uma petição de estacionamento que terá sido entregue na Assembleia Municipal, parece que já veio para a Câmara, não sei se foi para a Vereadora Joana Baptista, mas a mim não me chegou ainda, de modo que vou solicitar à doutora Irina que veja onde está a petição que veio da Assembleia Municipal e em princípio ela terá que seguir para a Vereadora Joana Baptista, que por sua vez deverá pedir esclarecimentos à Parques Tejo.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a prorrogação do contrato de concessão de um estabelecimento Quiosque Bar, constituído por uma área de implantação coberta de vinte e cinco metros quadrados e uma área de implantação descoberta Esplanada a jusante do Quiosque Bar de vinte e cinco metros quadrados, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, sendo que se entendeu que é inoportuno ou inconveniente para o interesse público que o espaço em causa seja atribuído por afixação de Edital e que podem existir mais interessados na exploração do mesmo, devendo o mesmo ser submetido ao mercado

mediante abertura de concurso público, desse facto sendo dado conhecimento à requerente.-----

-----Os termos da prorrogação do contrato número zero quatro-NC/GD-dois mil e onze.--

-----Nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo nono e alínea c), do artigo sexagésimo primeiro, da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e cinco, de vinte e nove de dezembro. Artigo décimo, números cinco a oito, do artigo vigésimo primeiro, número um, do artigo vigésimo terceiro, números dois, cinco e seis, do artigo vigésimo quarto, números um e três, do artigo sexagésimo terceiro, do Regime de Utilização dos Recursos Hídricos.-----

23 - PROPOSTA Nº. 249/23 - DPE - Pº. 9/DPE/2022 - POLIDESPORTIVO DO BAIRRO 25 DE ABRIL - BENEFICIAÇÃO - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a adjudicação à entidade “RUCE - Construção e Engenharia, Limitada”, pelo valor de quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e um euros e setenta e três cêntimos, mais IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um valor global de seiscentos e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos, da empreitada “zero nove/DPE/dois mil e vinte e dois - Polidesportivo do Bairro Vinte e Cinco de Abril - Beneficiação”, na sequência da aprovação da ata número dois, de reunião de júri, o relatório final de análise de propostas, com a seguinte programação plurianual: -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos *; -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro: cento e seis mil euros *; -----

-----*(valores com IVA). -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O prazo contratual de trezentos e sessenta e cinco dias para a execução da obra, nas condições expressas na proposta apresentada. -----

----- A notificação de todos os concorrentes da decisão de adjudicação na plataforma eletrónica Anogov, bem como notificar a entidade adjudicatária para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, no prazo de dez dias. -----

----- A minuta do contrato de empreitada de obras públicas a celebrar entre o Município de Oeiras e o Empreiteiro. -----

----- A designação de Técnico Superior, como Gestor do Contrato. -----

----- Nos termos das alíneas a), f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como nas alíneas f), bb), ee) e qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo septuagésimo sexto, artigo septuagésimo sétimo e números três e quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

24 - PROPOSTA Nº. 250/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À REABILITAÇÃO DA NOVA LOJA PARA INSTALAÇÃO DA SECÇÃO COMERCIAL DE ALGÉS DOS SIMAS, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 54-SIMAS/2023: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** questionou: -----

----- “Era só para perceber, porque não encontrei nos documentos e fiquei com esta dúvida e em relação à outra reunião, não fiquei cem por cento esclarecida. -----

----- Fiquei com dúvidas uma vez que se fala de nova loja e se é nova qual é a sua localização em Algés?” -----

----- Esclarecendo a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

----- “É a mesma loja, mas requalificada para o público e colaboradores.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de vinte de março, na qual deliberou, autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada à reabilitação da nova loja para instalação da Secção Comercial de Algés dos SIMAS, no Concelho de Oeiras, pelo preço base de quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA, a desenvolver num prazo de cento e cinquenta dias, prevendo-se que o mesmo decorra durante os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, devendo, face ao carácter plurianual da empreitada em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de trezentos mil euros, ao ano de dois mil e vinte e três e o valor de cento e quarenta e quatro mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e quatro, acrescidos de IVA. -----

-----O caderno de encargos e programa do procedimento e seus anexos. -----

-----A celebração de contrato escrito, em função do preço base e do prazo de execução. --

-----O júri do procedimento, a quem deverão ser atribuídas e delegadas competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.-----

-----A nomeação de coordenador de segurança em fase de projeto.-----

-----A designação de gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas



Câmara Municipal
de Oeiras

faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico.-----

----- A delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração o ato de liberação de caucões, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato. ---

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número setenta e cinco-B, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD questiona qual a morada desta loja uma vez que não encontramos na proposta e gostaríamos de saber, pois estas obras parecem-nos avultadas, para uma nova loja.” ---

25 - PROPOSTA Nº. 251/23 - DPE - OBRA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar os trabalhos a menos número um, da empreitada de Requalificação do Antigo Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos - Auditório José de Castro e Unidade de Saúde, adjudicada à empresa “Ressa, Sociedade Anónima”, no montante de menos quinze mil oitocentos e cinquenta e oito euros e noventa e nove cêntimos, acrescido de IVA. -----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo décimo primeiro, número dois, tricentésimo

décimo segundo, alínea b) e tricentésimo septuagésimo nono, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

26 - PROPOSTA Nº. 252/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de vinte de março de dois mil e vinte e três da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/cinco mil novecentos e cinquenta e seis, referente à quarta Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e três, no montante de três milhões trezentos e trinta mil duzentos e noventa e três euros e vinte e nove cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos ponto oito ponto três ponto um ponto cinco das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -- -----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

27 - PROPOSTA Nº. 253/23 - DRU - BAIRRO 25 DE ABRIL, EM LINDA-A-VELHA - ATRIBUIÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte



Câmara Municipal
de Oeiras

da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição do valor de cento e dez mil e quinhentos euros, à Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril, a título de indemnização compensatória, pela transferência da posse do imóvel sito na Rua Primeiro de Maio, número sete, em Linda-a-Velha.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), i) e m) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e ee), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

28 - PROPOSTA Nº. 254/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 84, R/C ESQ., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número oitenta e quatro, rés-do-chão esquerdo. - -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e um cêntimos. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

29 - PROPOSTA Nº. 255/23 - UPGO - Pº. 2021/69-DGEP - NÓ DE LIGAÇÃO DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO - APROVAÇÃO DA 2ª. REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA PROVISÓRIA: -----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** alegou o seguinte:-----

-----“Vou entregar uma declaração de voto escrita e seguindo o que combinámos, em termos gerais é aquilo que eu já tinha dito antes em relação a esta obra, nós aprovámos e mantemos a aprovação desta proposta até ao final, mas sempre com a esperança daquilo que me disse na reunião inicial sobre isto, que isto sirva para tirar o tráfego de atravessamento na Avenida dos Bombeiros Voluntários e que ia haver um projeto para isso, etc., e não há, claro que como tudo demora o seu tempo, nós esperamos, mas era nessa ideia, era pôr os carros lá para não atravessarem uma rua que é extremamente perigosa, sobretudo nos atravessamentos, eu acho que é extremamente perigosa com carros estacionados dos dois lados e duas vias em cada sentido, portanto, é nesse sentido que entregaremos uma declaração de voto.” -----

-----Referindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não estou a perceber o que é que o Senhor Vereador está a pedir?” -----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“O acesso à CRIL.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não estou a perceber qual é o problema, esse ramo é de acesso à CRIL?” -----

-----Referindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Quando se discutiu sobre aquele novo acesso à CRIL, na altura, o Senhor Presidente disse que isto era para desviar o tráfego de atravessamento da Avenida dos Bombeiros Voluntários.” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não é de atravessamento.”-----

-----Referindo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Não desvia, é preciso um desenho novo para que se torne numa avenida calma e tranquila, porque continua a ser uma avenida de tráfego de atravessamento, as pessoas não vão



Câmara Municipal
de Oeiras

pelo outro lado, até porque apanha lá imensa fila várias vezes, como se calhar sabe, não está a resolver os problemas.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse: -----

----- “Não é de repente que as pessoas mudam, eu já fiz o exercício várias vezes de acompanhar na rotunda de Oeiras junto ao Oeiras Parque o “bypass” que se fez e ainda são mais os carros que vêm de Paço de Arcos em direção à A Cinco e que vão à Rotunda, em vez de irem pelo “bypass”, cada vez há mais pessoas a irem pelo “bypass”, mas demora tempo. -----

----- No caso de Miraflores há ainda muitos que seguem pela Avenida dos Bombeiros Voluntários para irem para a Marginal ou para Lisboa e não apanham ainda o ramo, vão apanhando gradualmente.”-----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse: -----

----- “Já agora em relação a esse “turn” que o Senhor Presidente fala, em Paço de Arcos, as pessoas não conseguem muitas vezes ir, porque como estão os autocarros, as pessoas não conseguem ir porque tem um traço contínuo, precisa de ser visto.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Precisa de melhor sinalização.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a segunda revisão extraordinária de preços, no montante de quarenta e nove mil setecentos e seis euros e noventa e um cêntimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, no âmbito da empreitada “Nó de ligação da CRIL a Miraflores - Ramo de acesso sul e bolsas de estacionamento” - Processo dois mil e vinte e um/sessenta e nove-DGEP, conforme cálculo apresentado pela empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio. --- -----

30 - PROPOSTA Nº. 256/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO, MESES DE ABRIL A JULHO DE 2023: -----

-----Nesta votação não participaram os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte** devido a ausência momentânea. -----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Quanto a esta proposta, há vários documentos caducados da Autoridade Tributária, da Segurança Social, é sempre aquela situação.”-----

-----Atalhou a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

-----“Não se paga qualquer subsídio sem que os documentos estejam devidamente regularizados.” -----

-----Prosseguiu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Bem sei, mas fica registado.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição das mensalidades relativas aos meses de abril a julho inclusive, do subsídio mensal a cada uma das sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, correspondendo ao valor unitário de dezanove mil e quarenta e sete euros, perfazendo o montante de quinhentos e trinta três mil trezentos e dezasseis euros. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de



Câmara Municipal
de Oeiras

treze de agosto. -----

----- III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta. Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores.-----

----- Está caducada as declarações de não dívida à Autoridade Tributária dos Bombeiros Voluntários de Algés e dos Bombeiros Voluntários de Dafundo, e estão caducadas as declarações de não dívida à Autoridade Tributária e da Segurança Social dos Bombeiros Voluntários “O Progresso Barcarenense” e “Bombeiros Voluntários de Oeiras”. -----

31 - PROPOSTA Nº. 257/23 - DPE - GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA - OBRAS DE CONSERVAÇÃO DA SEDE SOCIAL - APROVAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte: -----

----- “Só para dizer que aqui também fica registado que falta o RCBE.” -----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Sim, mas eles só recebem se apresentarem tudo.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de treze mil quinhentos e sessenta e cinco euros e oito cêntimos, para a realização dos trabalhos de conservação da sede social, a liquidar após receção das respetivas faturas, suportadas por autos, remetidas pelo Grupo Cultural de Vila Fria. -----

----- A minuta de protocolo, onde se prevê a atribuição de comparticipação financeira ao Grupo Cultural de Vila Fria, para a realização de obras de conservação da sede. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e), f) e m), trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número, do Regime da regulação da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares. -----

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta. Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. -----

-----Está em falta a declaração de Registo de Beneficiários Efetivos (RCBE) da entidade conforme disposto no artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário”.-----

32 - PROPOSTA Nº. 258/23 - DTGE - 6ª. EDIÇÃO DO OEIRAS ECO RALLY PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E APOIO LOGÍSTICO: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de cinquenta mil euros, ao Classic Clube de Portugal, destinada a apoiar a organização do Oeiras Eco Rally Portugal. -----

-----Apoiar logisticamente o Oeiras Eco Rally Portugal. -----

-----A minuta do protocolo. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número um, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro,



Câmara Municipal
de Oeiras

conjugados com os artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos primeiro, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

33 - PROPOSTA Nº. 259/23 - DRU - Pº. 30/DRU/19 - INFRAESTRUTURAS - LECEIA - APROVAÇÃO DO CÁLCULO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº. 2 (DEFINITIVA).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a segunda revisão de preços definitiva, no montante de sete mil cinquenta e nove euros e vinte cêntimos, a favor do adjudicatário, “Plandese, Sociedade Anónima”, acrescido de IVA no valor de quatrocentos e vinte e três euros e cinquenta e cinco cêntimos, totalizando sete mil quatrocentos e oitenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos, sobre as faturas emitidas, no âmbito da empreitada “Trinta/DRU/dois mil e dezanove - Infraestruturas, Fase cinco, Leceia”, conforme cálculo apresentado.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto. -----

34 - PROPOSTA N.º 260/23 - GCAJ - PERMUTA DE PRÉDIOS EM PORTO SALVO E PAÇO DE ARCOS - ALTERAÇÃO DOS TERMOS DA PERMUTA CONTRATUALIZADA EM 2005: ---

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a permuta de dois prédios rústicos (agora urbanos), propriedade de Cabeça de Casal da Herança de Francisco Lopes Neno, sitos na Freguesia de Porto Salvo, com as áreas de mil oitocentos e vinte e quatro vírgula vinte e cinco metros quadrados e de vinte e nove vírgula setenta e dois metros quadrados, descritos na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob as fichas quatrocentos e um, de vinte e três de julho de mil novecentos e noventa e sete e quatrocentos e dois, de vinte e três de julho de mil novecentos e noventa e sete, respetivamente, ambos desta freguesia, por um prédio urbano, propriedade do Município, sito em Paço de Arcos, com a área de trezentos e dez metros quadrados, descrita na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha número seis mil cento e trinta e nove, de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.-----

-----A minuta da escritura de permuta entre o Município e os Herdeiros de Francisco Lopes Neno. -----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco,



Câmara Municipal
de Oeiras

de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não se contesta a análise patrimonial face à situação atual. Contudo, o imóvel que a CMO permuta está em área de vale, junto a uma ribeira e deve constituir uma parcela “non-aedificandi”, devendo a CMO salvaguardar a sua não edificação para alteração do PDM e salvaguarda da qualidade de vida das populações envolventes (Nova Morada e Tapada do Mocho), para o qual restam as áreas junto ao vale”. -----

35 - PROPOSTA Nº. 261/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA RUA JOSÉ DUARTE PEDROSO, Nº. 14, EM ALGÉS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** alegou o seguinte: -----

----- “No fundo, aquilo que se propõe é uma redução de cinquenta por cento do valor de compensação urbanística por não ser possível fazer um estacionamento e aquilo que eu queria perguntar, julgo que são remodelações totais de edifícios, se são para arrendamento jovem, se são para renda condicionada, porque sendo para particulares e depois o vão vender, não percebo o porquê desta redução do valor em cinquenta por cento, estamos a abrir uma exceção e depois tem que ser feita para todos os que se encontrem na mesma situação. -----

----- Parece-me que não faz sentido fazer esta redução aqui neste contexto, gostava de perceber melhor.” -----

----- A **arquiteta Sónia Cardoso** esclareceu: -----

----- “Isto são edifícios que se encontram degradados nos centros históricos, são projetos para a sua reabilitação, não é possível construir cave para estacionamento, porque não são demolidas e feitas novas construções.-----

-----Fruto de pequenas ampliações normalmente ao nível da cobertura é calculada a compensação de lugares de estacionamento, não havendo a possibilidade de existirem, será compensado o Município pelo défice do lugar. -----

-----Por norma, esta redução está prevista no regulamento municipal e tem sido proposto à Câmara deliberar, no sentido, dessa redução pela reabilitação do edificado.” -----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

-----“Na verdade, trata-se de um incentivo à recuperação, porque são edifícios em centros históricos que não têm condições de fazer o estacionamento, se é um edifício estreito no meio de outros é muito difícil estar a fazer o estacionamento, era preciso demolir os edifícios que estão ao lado, podia-se fazer através de isenção de impostos, neste caso, já que não podem fazer o estacionamento, dão um contributo para as despesas que a Câmara Municipal tem em organizar estacionamento na área, é esta a filosofia, aliás, acho que a Coligação Evoluir Oeiras a isto “chama um figo”, porque a comparticipação até devia ser de cem por cento, que é para não haver mesmo estacionamento nenhum, porque se não querem carros nos centros históricos, não se pode criar condições para haver carros e esta comparticipação de cinquenta por cento é para juntar mais cinquenta por cento da Câmara para se fazer um estacionamento correspondente àquela necessidade.-----

-----O estacionamento não vai ser ali, mas quando se fizer estacionamento na cave da Praça Verney, que serão uns trezentos lugares, se na recuperação dos edifícios do centro histórico houver vários a dar uma comparticipação facilita a construção do estacionamento.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse: -----

-----“É óbvio que a lógica tem que ser esta, gosto de ver que o Senhor Presidente já consegue ver perfeitamente como vai resolver, ótimo, excelente, ainda bem.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares,



Câmara Municipal
de Oeiras

Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal do pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pelo déficite de oferta de estacionamento, por impossibilidade de garantia física de um lugar de estacionamento, e atendendo ao interesse público associado à operação urbanística, estando em causa a reabilitação de um edifício existente, atualmente degradado, inserido no Núcleo de Formação Histórica, imóvel localizado na Rua José Duarte Pedroso, número catorze, em Algés.-----

----- Nos termos do número um, alínea b), do número dois, do artigo centésimo octogésimo sexto, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras. -----

36 - PROPOSTA Nº. 262/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA RUA CÂNDIDO DOS REIS, Nº. 47, NA TRAVESSA DE SANTO ANTÓNIO, NºS. 1, 3 E 5 E NO LARGO 5 DE OUTUBRO, Nº. 19, EM OEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal do pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pelo déficite de oferta de estacionamento, por impossibilidade de garantia física de um lugar de estacionamento, e atendendo ao interesse público associado à operação urbanística, estando em causa a reabilitação de um edifício existente, atualmente degradado, inserido no Núcleo de Formação Histórica, imóvel localizado na Rua Cândido dos Reis, número quarenta e sete, na Travessa de Santo António, números um, três e cinco e no Largo Cinco de Outubro,

número dezanove, em Oeiras.-----

-----Nos termos do número um, alínea b), do número dois, do artigo centésimo octogésimo sexto, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras.-----

37 - PROPOSTA N.º 263/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 2 LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA JOSÉ DUARTE PEDROSO, N.º 12, EM ALGÉS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal do pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pelo déficite de oferta de estacionamento, por impossibilidade de garantia física de dois lugares de estacionamento, e atendendo ao interesse público associado à operação urbanística, estando em causa a reabilitação de um edifício existente, atualmente degradado, inserido no Núcleo de Formação Histórica, imóvel localizado Rua José Duarte Pedroso, número doze, em Algés.-----

-----Nos termos do número um, alínea b), do número dois, do artigo centésimo octogésimo sexto, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras.-----

38 - PROPOSTA N.º 264/23 - DLEU - REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR IMPOSSIBILIDADE DE GARANTIA FÍSICA DE 4 LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA COSTA PINTO, N.º S. 43, 45 E 47 E NA TRAVESSA DO SALVA-VIDAS, N.º S. 5, 5A E 5B, EM PAÇO DE ARCOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal do pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pelo déficite de oferta de estacionamento, por impossibilidade de garantia física de quatro lugares de estacionamento, e atendendo ao interesse público associado à operação urbanística, estando em causa a reabilitação de um edifício existente, atualmente degradado, inserido no Núcleo de Formação Histórica, imóvel localizado na Rua Costa Pinto, números quarenta e três, quarenta e cinco e quarenta e sete, e na Travessa do Salva-Vidas, números cinco, cincoA e cincoB, em Paço de Arcos. -----

----- Nos termos do número um, alínea b), do número dois, do artigo centésimo octogésimo sexto, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras. -----

39 - PROPOSTA Nº. 265/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 17/2022 (TENDO COMO APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 22/2022): -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

40 - PROPOSTA Nº. 267/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL 2023 AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

----- “Só para deixar o registo de que há documentos caducados obrigatórios.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a

atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto no montante anual de mil setecentos e oitenta e sete euros e setenta e seis cêntimos.-----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta. Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. -----

-----Estão caducadas as declarações de não dívida à Autoridade Tributária e da Segurança Social da entidade”. -----

41 - PROPOSTA N.º 268/23 - DCA - PROGRAMAÇÃO EXPOSITIVA NO PALÁCIO ANJOS - CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DAS EXPOSIÇÕES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a fixação do preço devido pela entrada nas exposições a realizar no Palácio Anjos, em Algés, no valor de:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

- Bilhete normal - dois euros. -----
- Bilhete reduzido - cinquenta por cento (um euro).-----
- - Jovens dos dezoito aos vinte e cinco anos, inclusive. -----
- - Famílias (um adulto com dois ou mais filhos menores de dezoito anos). -----
- - Grupos de dez ou mais pessoas, cinquenta por cento do valor dos ingressos por pessoa. ---- -----
- - Professores de qualquer grau de ensino, mediante apresentação de cartão de identificação profissional.-----
- Que a venda dos bilhetes seja efetuada na bilheteira do Palácio Anjos - Centro de Arte Contemporânea, bem como através do serviço de vendas “online” da “Ticketline”. -----
- A receita proveniente da venda de bilhetes reverta na totalidade para o Município de Oeiras. ---- -----
- Cedência de bilhetes a título gratuito: -----
- - Domingos.-----
- - Dia Internacional dos Museus (dezoito de maio). -----
- - Membros de Entidades / Associações com as quais o Município tenha celebrado protocolos. -----
- - Redes no âmbito da Museologia às quais o Município tenha aderido. -----
- - Menores de dezoito anos. -----
- - Sénior a partir dos sessenta e cinco anos, inclusive. -----
- - Professores no exercício das suas funções.-----
- - Profissionais da Comunicação Social no exercício das suas funções.-----
- - Profissionais de Turismo no exercício das suas funções. -----
- - Trabalhadores do Município, SMAS e Juntas de Freguesia do Concelho. -----
- - Desempregados.-----

----- Portadores de deficiência em grau superior a vinte por cento. -----

----- Antigos Combatentes do Ultramar e respetivos viúva ou viúvo. -----

----- Visitas / Atividades organizadas pelo Município. -----

-----Que as visitas escolares, as atividades para famílias, “Workshops” e Oficinas do Serviço Educativo sejam gratuitas, devendo o bilhete gratuito a aplicar, ser o das “Visitas / Atividades organizadas pelo Município”, para as visitas guiadas, destinadas ao público geral, será necessária a aquisição de bilhete para a exposição consoante preçário.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas e) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----

-----Artigo décimo oitavo, da Lei número quarenta e seis, de dois mil e vinte, de vinte de agosto. -----

-----Artigo nono, número treze, do Decreto-Lei número trezentos e noventa e quatro-B, de oitenta e quatro, de vinte e seis de dezembro.-----

-----Artigo décimo quinto, artigos trigésimo nono, octingentésimo quinquagésimo quinto, alínea e), octingentésimo quinquagésimo sexto e noningentésimo terceiro, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras. -----

42 - PROPOSTA N.º. 269/23 - UPAG - ISENÇÃO DE TAXAS DO EVENTO “QUEIJOS PORTUGUESES NO MERCADO”, NO MERCADO DE ALGÉS, NOS DIAS 28 E 29 DE ABRIL:-

-----I - A Senhora Vereadora Susana Duarte referiu o seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Trata-se de um evento no Mercado de Algés, precisamente porque a parte da restauração também vai reabrir este mês e isto foi concertado para conseguir dar ali uma alavanca à abertura do próprio mercado e criar uma dinâmica, de modo que convido todos para estarem presentes.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para isentar o evento “Queijos Portugueses no Mercado”, no Mercado Municipal de Algés, nas datas de vinte e oito e vinte e nove de abril, no valor de duzentos e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo oitavo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas. -----

43 - PROPOSTA Nº. 270/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO PRECOCE PARA APOIO AO PROGRAMA - WE(IN) FÉRIAS INCLUSIVAS PÁSCOA 2023: ---

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à EMDIIP - Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce no valor de sete mil seiscentos e setenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos, para apoio ao Projeto We(in) Férias Inclusivas Páscoa dois mil e vinte e três. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo

terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos terceiro, número um, alínea a) e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, alterado pela Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto, e regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 271/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa



Câmara Municipal
de Oeiras

Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de trinta mil euros. -----

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba.-----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

45 - PROPOSTA N.º 272/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PARÓQUIAL DE SÃO PEDRO DE BARCARENA, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Queluz de Baixo fica depois da A Cinco, não sei se sabem. Ontem na Assembleia Municipal houve um deputado que disse que só havia festas a sul da A Cinco, é claro, levou logo com o Festival Sete Sóis Sete Luas, em Barcarena, com as festas na Praça Restani, com as festas de Porto Salvo, com a Ana Moura o ano passado no Taguspark, além das festas das Freguesias.”

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Barcarena, no montante de dois mil euros, para apoio à realização da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

46 - PROPOSTA N.º. 273/23 - DCS - ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BAIRO FELIZ EM 2023 - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO (EM ADITAMENTO À PD N.º. 156/2023): -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a minuta de Contrato de Participação Financeira, à Associação Pombal Vinte e Um - Implementação do Projeto Bairro Feliz em dois mil e vinte e três. -----

----- Designar técnico superior da DCS como gestor do contrato.-----

----- Nos termos os artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de

dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, e regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

47 - PROPOSTA Nº. 274/23 - GMA - RELATÓRIO DO 4º. TRIMESTRE DE 2022 DA PARQUES TEJO, E.M.:-----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte:-----

-----“Nós começámos agora numa fase de alargamento das áreas de tarifação de estacionamento, situação que já tivemos oportunidade de aqui conversar e com a qual nós concordamos, não é por haver pessoas contra os parquímetros que nós vamos ser contra os parquímetros. -----

-----Outra coisa era as coisas terem sido feitas de uma forma um pouco mais atempada, para dar tempo às pessoas para não serem apanhadas desprevenidas. -----

-----Sobre o relatório em que se registou a atribuição de dísticos e que foram aumentadas algumas áreas de tarifação, era importante que houvesse um trabalho de sensibilização e começar logo pelo básico, explicar às pessoas por que é que elas não devem ser contra a tarifação e que muitas vezes nos bairros a tarifação vai ser a salvação delas e isso até pode evoluir para ruas só para residentes que é uma solução muito importante para a salvaguarda dos residentes com uma discriminação positiva face ao tráfego de pressão sobre os bairros. É muito importante porque isso traz os bairros para o lado da gestão e explicar porque é que a tarifação é uma boa medida de gestão de mobilidade. -----

-----Depois também dizer que na página dezoito se fala em elevados níveis de utilização das trotinetes e bicicletas, o que nós nunca tivemos grandes dúvidas que seria sempre um bom projeto, mas sentimos sempre uma grande resistência ao longo de muitos anos para a



Câmara Municipal
de Oeiras

implementação destas medidas e continua a haver alguma dificuldade em que em muitas áreas do Concelho as pessoas, de facto, possam usar isto como meio de transporte e, para isso, basta nós imaginarmos em muitas das ruas os nossos filhos, no meu caso tenho adolescentes e imaginá-los a andar em algumas ruas, espero nunca ver, portanto, sobra-lhes os passeios para eles poderem andar.-----

----- Há um grande trabalho de acalmia de tráfego, é uma boa medida e é uma medida que deve ser ressaltada, porque é positivo.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----

----- “Na sequência daquilo que o Senhor Vereador Duarte da Mata disse, deixando a análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, que vão ter mais dias do que nós para ler o documento, mas dizer-vos que vemos com muito bons olhos esta questão da mobilidade suave, embora, mais adiante haveremos de voltar a falar dela ainda hoje, contudo, apesar do esforço de comunicação que sentimos da Parques Tejo, já notamos isso nas redes sociais, que têm uma presença muito constante e tentam até dar alguma informação explicativa aos munícipes daquilo que se vai tentando combater de desinformação, sinto e temos visto que alguns munícipes, mesmo assim, não sabem os valores dos dísticos de residente e acham que são valores enormes e não são. --- -----

----- Apelo à capacidade criativa do Presidente da Parques Tejo, Rui Rei, que sei que tem uma capacidade criativa para conseguir explicar aos munícipes ou criar uma campanha de divulgação e explicar que podem pedir os dísticos, que eles têm um valor, que não é um valor que lhes vai ocupar grande parte do seu rendimento e na reunião da Assembleia Municipal falámos de doze euros para alguns dos casos, para os carros elétricos são seis euros, são valores que o munícipe consegue suportar, mas que eu acho que por falta de informação e alguma desinformação aqui à mistura, não sabe e muitas vezes não sabe como é que vai pedi-lo, etc., e depois caem coimas que faz nascer o sentimento de antigamente, porque se dizia que o senhor

mais odiável do mundo era o senhor da EMEL, agora aqui em Oeiras é o senhor da Parques Tejo, nós não queremos isto. -----

-----Portanto, tentar, se calhar, através de uma campanha informativa, deixamos aqui a sugestão sobre os dísticos, não sei se porta-a-porta ou como faríamos isto, porque é difícil e está aqui a Senhora Vereadora Carla Rocha que bem sabe, já me aconteceu no fim de semana no evento Vinhos e Petiscos, eu estava ao lado de um cartaz que dizia Vinhos e Petiscos e as pessoas perguntaram-me se aquilo era a Feira de Vinhais, que tinha sido duas semanas antes, e estava ao meu lado o cartaz.-----

-----Às vezes a informação até está lá e é difícil de passá-la, mas não sei como, apelo à criatividade de todos, mas de alguma forma sinto que a mensagem não está a chegar às pessoas e é mau, porque há uma ferramenta ao dispor dos munícipes.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“É muito bom estarmos, no último ano, praticamente, em todas as reuniões a falar da Parques Tejo, o que significa que o trabalho da Parques Tejo, no território, tem sido mais que muito em todas as áreas, portanto, quando falamos de mobilidade, falamos de um todo, falamos de forma holística e, de facto, o trabalho da Parques Tejo neste ano, aliás, a atual Administração tomou posse no dia trinta e um de março, faz agora rigorosamente um ano. -----

-----O trabalho tem sido muito e todos nós sabemos que quando temos muito trabalho, estamos afogados efetivamente no trabalho e às vezes descaramos a área da comunicação e sensibilização, por acaso, não tem sido o caso.-----

-----Nós temos estado a par e passo a fazer uma campanha de comunicação gigantesca, tanto ao nível das redes sociais, como em campo, porque é em campo, no território, junto das pessoas, que é fundamental desmistificar o estigma que existe ainda daquilo que é a implementação das ZEDL e do respetivo tarifário. -----

-----Mas digo-lhe já Senhor Vereador Duarte da Mata, eu tive quase para o convidar para



Câmara Municipal
de Oeiras

voluntário das campanhas de sensibilização, porque nós precisamos de estar em campo no território junto das pessoas e a apelar aquilo que são as vantagens e os benefícios de regulamentar e ordenar o território.-----

----- Naturalmente, é um trabalho que nem sempre é fácil, porque as pessoas nem sempre à partida percebem, mas quando tudo isto estiver materializado não tenho a mais pequena dúvida de que as pessoas vão perceber aquilo que é as vantagens decorrentes de um bom planeamento.”-

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

----- “Eu estava a perguntar à minha colega Vereadora se o valor do selo ainda era seis euros por dois anos, ainda é, pronto, isso dá zero oito cêntimos por dia para estacionar, portanto, o valor não paga custos administrativos, não paga nada, o trabalho tem que evoluir para um valor que seja minimamente aceitável para os moradores, porque senão isto mais vale oferecer, porque o valor não paga os custos administrativos, e valorizar o estacionamento de residentes face aos outros, portanto, ruas só para residentes. -----

----- Eu acho que o caminho tem que ser esse e as pessoas vão perceber. -----

----- Quanto a fazermos esse trabalho, nem precisa de convidar, porque nós na Associação Evoluir Oeiras fazemos muito este trabalho, é uma questão de as pessoas irem seguindo as nossas coisas.”-----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Uma coisa é o ideal, outra coisa é a realidade, como em tudo na vida.-----

----- Nunca houve resistência na Câmara, isso é outro mito, qualquer dia agarro nos números, isto faz-me lembrar a redução dos CO Dois aqui no Concelho, já vamos com quarenta por cento e até ao ano dois mil e trinta ficamos à frente das dos Municípios portugueses, mas não há nada como os números e, nesta matéria, quero dizer que ainda há três ou quatro dias ia a subir a Avenida da República e iam uns jovens de trotinete, de um jovem a trotinete começou a ir abaixo, eu ia a conduzir ao lado deles, de vez em quando o que ia atrás dava ao pé para ver se

dava mais velocidade à trotinete, a verdade é que o peso era muito para aquela subida, de maneira que, eu disse a um fulano, põe-te atrás e empurra, isso precisa de um empurrão e lá foi ele a empurrar o outro. -----

-----Havia um sujeito em Caxias que andava com a bicicleta às costas, mas esse tinha um problema mental.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** interrompeu: -----

-----“Senhor Presidente, ando eu tanto de bicicleta às costas neste Concelho e não sou maluco, a rede clicável precisa que a gente ande com a bicicleta às costas montes de vezes, nem imagina, olhe que se calhar deveriam reavaliar.” -----

-----O **Senhor Presidente** continuou: -----

-----“Mas este que eu estou a dizer, mesmo nas descidas ele levava a bicicleta às costas. -

-----A propósito das resistências, em dois mil e dezoito apresentaram-nos várias propostas, eramos muito criticados, por vários fatores, o Evoluir Oeiras ainda não existia, mas grupos mais minoritários, mais defensores, ativistas da bicicleta e da trotinete também nos acusaram que nós estávamos atrasados, não tínhamos carregadores elétricos, etc., a verdade é que na altura pediram-nos um milhão e duzentos mil euros e mais quase seiscentos mil euros para a manutenção anual, e houve Municípios aqui à volta que gastaram esse dinheiro, para pôr quatrocentas ou quinhentas bicicletas. -----

-----Obviamente que a Câmara não esteve de acordo e não visamos, neste momento, temos bicicletas e trotinetas, sabe quanto é que pagamos? -----

-----Zero. -----

-----Portanto, às vezes querer levar a camisola é prejudicar o interesse público, porque há muito oportunismo nestas coisas novas, surge uma ideia, surge uma ferramenta qualquer, desde que seja o Estado a pagar, tudo bem. -----

-----Ora bem, nós apenas precisámos de esperar dois anos para termos acesso a isso tudo,



Câmara Municipal
de Oeiras

de forma gratuita, portanto, acho que fizemos bem em não ter optado por uma solução, chegámos a pensar em fazer aquilo que se fazia em Amesterdão há muitos anos, que era comprar bicicletas, valia mais a Câmara comprar mil a duas mil bicicletas, espalhá-las pelo Concelho, ter uma oficina de reparação de bicicletas e irem reparando, em vez de ter um sistema de aluguer de bicicletas e a manutenção não era das bicicletas, a manutenção era da plataforma informática que eles tinham para fazer a gestão das bicicletas. -----

----- Bastou esperar dois anos e resolveu-se o problema. -----

----- A questão de resistência, muitas vezes não é resistência, é aguardar pela melhor solução. --- -----

----- Quanto ao problema dos passeios e das ruas, eu devo dizer que Oeiras tem as ruas mais impecáveis deste País, por uma razão muito simples, é muito difícil o Senhor Vereador encontrar um buraco numa rua deste Concelho, no alcatrão é muito difícil, no pavimento às vezes ainda pode apanhar uma pedra solta, mas nós temos dos melhores arruamentos deste País e os arruamentos são o que são. -----

----- Eu até já vi gente a defender que os passeios na Rua Sacadura Cabral, no Dafundo, que não tem passeio, que o passeio é muito estreitinho, só tem vinte centímetros, para fazer passeio mais largo, só se deitar os edificios abaixo. -----

----- Há outra hipótese, fazer um sentido único e pôr outro dos sentidos pela Marginal, mas vão dizer que se vai pôr na rua em frente à Junta de Freguesia, “era pior a emenda que o soneto”. --- -----

----- Agora, pode-se fazer um circuito Aquário Vasco da Gama, Sacadura Cabral por aí abaixo até ao Estádio Nacional e à entrada do Estádio Nacional vira para a Marginal, faz a volta completa, mas enquanto tiver ali dois sentidos não é possível alargar o passeio. -----

----- Quanta às ruas que têm um grande declive, hoje evita-se fazer ruas de grande declive, há técnicas, há estudos que permitem evitar as ruas com mais percentagem de declive, mas a

verdade é que nós vamos a Algés e o que se faz àquelas ruas que ligam à Avenida dos Combatentes, à Avenida da República? -----

-----Temos muitos casos assim, portanto, às vezes dá a impressão que as pessoas se esquecem, centros históricos, etc., mas afinal os centros históricos são típicos ou não são? -----

-----O que se pode tirar de lá são os carros e as bicicletas e andar apenas a pé, a tendência dos centros históricos é essa. Esta coisa de dizer que as ruas não são próprias, pois não, porque as ruas muitas delas têm cem anos, duzentos anos, portanto, não é fácil, não vamos agora de repente, adaptar. Por exemplo, há um trabalho que se tem vindo a fazer durante anos e ainda não está concluído, o problema das barreiras arquitetónicas, o rebatimento dos lancis nas passeadeiras, todo esse trabalho é fundamental, tem vindo a ser feito, mas há sempre alguma coisa que não está feita.” -----

-----O **doutor Rui Rei** explicou o seguinte: -----

-----“Sobre esta questão em concreto, o relatório e as questões que foram aqui aduzidas, o relatório demonstra do nosso ponto de vista uma certa consolidação da empresa e a preparação que a empresa demonstra para os desafios que a Câmara quer implementar nos próximos anos e que tem condições para poder realizar esses desafios. -----

-----Quanto aos projetos de futuro com base no estacionamento regulado, mais do que tarifar o estacionamento regulado, que é esse o grande desígnio que têm os Municípios ou as empresas como a Parques Tejo, a EMEL, ou outras como tais, nas cidades do Século Vinte e Um, é regular o estacionamento, regular a oferta e a procura de acordo com as necessidades e de acordo com as políticas municipais, é isso que é fundamental fazer. -----

-----Depois a questão do preço e o custo em cima disto, de acordo com a lei, estão aqui os técnicos e os diretores que nos fiscalizam todos os dias e nos dizem que nós temos que criar condições para que a tarifa que é aprovada pelos Senhores Vereadores e pela Assembleia Municipal tem que ter uma justificação que leva àquele preço, mas esse preço tem que estar



Câmara Municipal
de Oeiras

relacionado com a rotação e a dificuldade que tem o estacionamento naquela zona. -----

----- Das zonas mais difíceis de estacionamento neste Município, o Senhor Presidente já o introduziu, é a zona do Dafundo e Algés, nós temos que ter uma regulação para que a oferta e procura vá de encontro aos interesses dos moradores em primeiro lugar e, em seguida do comércio e dos serviços daquela zona e é isso que nós procuramos fazer no dia a dia e procuramos informar.-----

----- Cometemos erros é certo, mas nos últimos alargamentos nós informámos com mais de um mês de antecedência e ninguém foi multado após um mês da implementação e muito menos moradores e muito menos os comerciantes, não foi ninguém, não há nenhuma contraordenação que possa aparecer nessa matéria, porque os nossos colegas fizeram e ainda esta semana continuavam a fazer o trabalho pedagógico junto das pessoas, isto é algo que nós fazemos e dizemos com gosto.-----

----- É a mesma coisa que dizemos sobre as multas com menos de quinze minutos, se houver alguma coima que a empresa passe a quem vá a qualquer zona deste Concelho, estacione o seu automóvel menos de quinze minutos, nós do nosso bolso pagamos o almoço onde a pessoa quiser escolher, quer dizer que o nosso colega tem que lá ir duas vezes, para multar aquele carro tem que lá passar duas vezes e para fazer um bloqueamento ou um reboque num veículo que já está a pagar tem que passar pelo menos duas horas e se houver algum caso que nós não respeitamos, nós assumimos essa responsabilidade, é direto e os Serviços sabem que é assim, não há outra hipótese, quando há erros nós temos que os assumir, pedimos desculpa e corrigimos. ----

----- Face à questão da comunicação e nomeadamente aos últimos alargamentos, há um conjunto de ruas que nos últimos tempos têm sido mais falados, nós poderíamos hoje ir à rua, aliás o Senhor Presidente passa lá todos os dias, mas se formos lá à rua, a esmagadora maioria dos comerciantes daquela zona, não digo na totalidade porque posso cometer algum erro, mas a esmagadora maioria dos comerciantes hoje diz que a rua está melhor, tem condições para

estacionar, tem condições para descarregar e carregar, inclusivamente há um comerciante que está no topo da Rua Gazeta de Oeiras, que era dos que chamava a polícia, porque não tinha condições para fazer cargas e descargas para o seu estabelecimento, que é um estabelecimento ligado às comunicações, ao material de telecomunicações e hoje tem condições. -----

-----Quando nos acusam que aplicamos tarifas diferenciadoras, a única questão diferenciadora que existiu foi para a educação, mais nada, tudo o resto respeita ao regulamento, com ajustes ao regulamento, porque se damos condições diferenciadoras não faz sentido estar a aplicar um preço máximo, aí é que éramos acusados de estar à procura do rendimento e não é isso que nos pedem, muito menos a Câmara Municipal e o Senhor Presidente.-----

-----Portanto, nós procuramos fazer acordos para beneficiar todos dentro do que é possível fazer, sendo que, a partir do momento que fazemos uma regulação não faz sentido voltar ao que é inicial, porque voltar ao início é deixar que a confusão de certa forma, se estabeleça. ----

-----Se hoje formos às ruas, nós verificamos que elas estão infinitamente melhor do que estavam, hoje em dia quem for almoçar tem um lugar para estacionar, quem for às compras tem um lugar para ir às compras, quem for à clínica tem um lugar para parar e ir à clínica, se for à escola tem um sítio para estacionar e agora estamos a trabalhar com a Câmara para resolver o problema das motas que estacionam em cima do passeio.-----

-----Ainda esta semana, com a senhora do pronto a comer, do Leitão, estávamos a conversar sobre isso.”-----

-----O **Senhor Presidente** interrompeu: -----

-----“E ela estava brava.”-----

-----Continuando o **doutor Rui Rei**:-----

-----“Mas não está e podem lá ir comigo ou sem mim, não tem problema.”-----

-----Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

-----“Eu tenho um azar tremendo com aquele estabelecimento, porque já lá fui para aí dez



Câmara Municipal
de Oeiras

vezes, não estou a exagerar, para comprar leitão e nunca tem, porque eu vou uma ou duas horas depois dela ter vendido o leitão todo, eu não faço de propósito.”-----

----- Voltando o **doutor Rui Rei**:-----

----- “Mas temos lá ido e ainda a semana passada disse-nos claramente que as condições são diferentes.-----

----- Há necessidade de fazer um ou outro ajuste, a questão das motas, a questão de um ou de outro lugar que existe ali que é preciso criar condições para haver mais cargas e descargas, eventualmente um espaço que existe mais à frente, em frente à escola pode eventualmente ser feito o estacionamento.-----

----- Não é fazer mais estacionamento que vai haver mais carros, é porque o estacionamento tem que ser ordenado, eu não retiro por artes mágicas o estacionamento da via pública, eu tenho que criar condições para o ordenar para depois impor medidas restritivas ou não, tem que haver um caminho, tem que haver uma estratégia, tem que haver um objetivo, sem isso, nós podemos dizer, mas depois é mais difícil executar e é isso que nós procuramos executar de acordo com a estratégia que o Município tem para a empresa, que a empresa não inventou nada, a empresa segue uma estratégia que o Município delineou e tem delineado e que nós vamos com muito gosto implementar.-----

----- Face à comunicação, nós nos próximos dias, aliás, começámos hoje a fazer uma ação de informação com cerca de dez a quinze jovens, pelo Concelho de Oeiras, em que estamos a fazer uma ação pedagógica, portanto, informamos, damos alguns folhetos informativos, coisas para ter a chave ao alto e outro tipo de “merchandising” que ajuda a captar a atenção das pessoas e vamos distribuir isto em todas as caixas do correio do Concelho com a informação importante, para hoje e para o futuro, ao mesmo tempo com os “outdoors” com a nova informação, porque tudo isto culminará algures no tempo onde o Município apresentará toda a sua estratégia para a mobilidade de Oeiras e a tornará efetiva, objetiva e sem margem para dúvidas sobre esta

estratégia da mobilidade. -----

-----Por último a questão da mobilidade suave, a mobilidade suave, nomeadamente a mobilidade sem doca, é algo interessante, mas que alguns se agarram ao exemplo de Paris no fim de semana, e vai de encontro ao que o Senhor Presidente disse há pouco dos políticos fracos, ele acabou por dizer há pouco e bem que em Paris estavam em condições de votar um milhão e quatrocentas mil pessoas, votaram pouco mais de cem mil pessoas, à volta de sete ponto qualquer coisa por cento das pessoas que votaram e essas pessoas não quiseram a trotinete. Há quem faça disto uma festa, eu não faço, eu faço disto uma ausência do meu ponto de vista, a maioria absteve-se de dizer a sua opinião e uma minoria que estava mobilizada e que a Senhora Presidente da Câmara de Paris, que enfrenta problemas na sua gestão, está a tentar recuperar esses problemas da sua gestão, dizendo que o mal do mundo, está nas trotinetes ou está nas bicicletas, etc..-----

-----Este não pode ser, do meu ponto de vista, uma gestão por modas para poder ter depois um objetivo maior, que é melhor a mobilidade, a mobilidade de todos nós, no município, numa região ou num País, não pode ser, porque se for assim nós nunca vamos atingir o objetivo.

-----É mais ou menos como a história do pagamento do carro elétrico, toda a gente sabe a minha opinião, eu sou um fã do carro elétrico, mas um carro elétrico é igual a outro carro, tem quatro rodas, ocupa o mesmo espaço do outro carro, faz sentido dar benefício via pagamento de estacionamento ao carro elétrico? -----

-----Em matéria de mobilidade urbana faz sentido? -----

-----Se estivermos a falar de zonas de emissões zero é outra questão, mas não é, é via estacionamento, é via circulação, é isto que nós temos que verdadeiramente discutir, se queremos discutir mobilidade a sério é discutir isto, não é fazer movimentos panfletários que não levam a lado nenhum, quer dizer dizemos umas coisas, atingimos resultados zero e, portanto, temos que objetivamente estar de acordo sobre esta matéria. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Sobre a questão da rede do Município de Oeiras de “bikesharing”, vamos começar, aliás, o Município começou esta estratégia com a construção das ciclovias, porque o Município de Oeiras está a começar pelo lado da construção da oferta de infraestrutura e depois vamos colocar a infraestrutura necessária para fazer a operação e depois é preciso fazer um misto entre a infraestrutura e as vias partilhadas e as vias agregadas, o que seja.-----

----- Vamos começar pela ciclovia empresarial, se não estou enganado, com cinco ou seis estações, elas são no total onze estações, são na ciclovia empresarial e na ciclovia da Medrosa e espera-se que possamos ter até ao mês de junho, cerca de onze estações com noventa bicicletas. -

----- Poder-se-á dizer que é pouco coisa, eu já conheci alguns projetos em que começaram por onze ou doze estações e depois transformaram-se na maior rede de “bikesharing” do País. ----

----- As coisas começam por algum sítio, porque é preciso preparar a operação, é preciso preparar os cidadãos que vão usar, é preciso criar hábitos, é preciso fazer, é preciso fazer o que se vai fazer a seguir, aprovar os regulamentos, é preciso fazer um conjunto de tarefas para chegarmos lá, mas chegando lá e tendo as condições, vamos poder dar esta oferta, oferta na rede “bikesharing” para que ela seja de lazer, mas que seja de mobilidade e transporte ligado ao transporte público. -----

----- Ainda ontem respondemos a uma pergunta que alguém fazia, se era igual à GIRA, na realidade não pode ser bem igual à GIRA, porque ainda hoje a rede GIRA não está integrada na rede de transportes públicos, se eu tiver um cartão de transporte público, chego lá e aquilo não lê, portanto, quando dizem integrado na rede de transportes públicos, isto é uma anedota, é uma brincadeira, estamos a falar de quê?-----

----- Se queremos integrar, então o sistema tem de estar preparado, que é eu compro um passe de trinta euros ou quarenta euros e digo que quero bicicletas, quer dizer que eu com o cartão, com o telefone, com o que eu quiser, chego lá e tiro uma bicicleta, isto é integração com os transportes públicos, isto é facilidade na utilização, caso contrário, tenho uma oferta, é usada?

-----É com certeza.-----

-----Devia ser melhor? -----

-----Com certeza, claro que devia ser melhor e ao fim destes anos todos já devia estar integrada.-- -----

-----É este o caminho que Oeiras quer fazer, um ecossistema de mobilidade que permita que as pessoas de Oeiras, os munícipes de Oeiras, quem cá vive, eventualmente quem cá trabalha, quem escolhe vir cá por lazer, possa com facilidade escolher a forma como se pode mover e depois podemos discutir se é mais barato, mais caro, mais rápido, mais sustentável, como é que podemos fazer e eventualmente com incentivos do Município para que se possa queimar etapas e atingirmos um objetivo com mais sustentabilidade, de forma mais rápida e mais célere.” ---- -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Eu só tenho a dizer ao doutor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo, que é um encanto ouvi-lo, é um prazer, porque acrescenta sempre algo àquilo que nós julgamos que sabemos, de maneira que, acho que a sua exposição é sempre bem ouvida nesta Câmara.”-----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente** a Câmara tomou conhecimento, do Relatório do quarto trimestre dois mil e vinte e dois, da Parques Tejo, Empresa Municipal.- -----

-----Submissão à Assembleia Municipal de Oeiras, a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD, deixará uma análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, contudo queremos deixar a sugestão à Parques Tejo, que faça uma campanha informativa aos munícipes sobre os Dísticos de Residente, uma vez que este relatório demonstra uma fraca adesão dos munícipes em Oeiras, Paço de Arcos e Caxias sendo que estas zonas têm novas Zona de Estacionamento de Duração Limitada.” -----

48 - PROPOSTA Nº. 275/23 - DRU - Pº. 25/DRU/2022 - REGULARIZAÇÃO DO TROÇO A CÉU ABERTO DA RIBEIRA DE ALGÉS - APROVAÇÃO DE PROJETO E DAS PEÇAS PROCESSUAIS E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO:-----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a abertura do procedimento na modalidade de concurso público da empreitada “Vinte e cinco/DRU/dois mil e vinte e dois - Regularização do troço a céu aberto da Ribeira de Algés”. -----

----- O preço base do concurso de quinhentos e vinte mil euros, ao qual será acrescido o valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O prazo de execução de cento e oitenta dias. -----

----- As peças do procedimento. -----

----- A designação do júri do procedimento.-----

----- A delegação de competências no júri. -----

----- A programação plurianual, que terá por base o valor contratual que resultar do procedimento que agora se inicia e cujo preço base é de quinhentos e vinte mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de seis por cento no valor de trinta e um mil e duzentos euros, totalizando quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos euros, a realizar na totalidade durante o

ano de dois mil e vinte e três. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), k) m) e n) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número dois, quadragésimo terceiro, sexagésimo sétimo, número um e artigo sexagésimo nono, número dois. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD saúda esta intervenção, contudo questionamos porque não foi feita em conjunto com a obra da Quinta do Bicho da Seda também conhecido por Quintalão”. -----

49 - PROPOSTA N.º. 276/23 - DSA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERADOR PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DA 4.ª. EDIÇÃO DO FESTIVAL "OEIRAS IGNIÇÃO GERADOR": -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição da participação financeira à Associação Cultural Gerador no valor de oitenta mil euros, correspondente a sessenta e quatro por cento do valor total do projeto (cento e vinte e cinco mil euros), com o objetivo de apoiar a realização da quarta edição do festival “Oeiras Ignição Gerador”. -- -----

-----A disponibilização de espaços físicos necessários à realização de todas as ações projetadas, designadamente o Auditório Municipal Eunice Munõz, a Livraria Galeria Municipal Verney, o Mercado Municipal de Oeiras, a Capela de Santo Amaro de Oeiras, e/ou outros espaços de apoio eventualmente necessários.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O apoio logístico solicitado.-----

----- A minuta do protocolo de colaboração. -----

----- Nomeação do gestor do contrato, Chefe da Divisão de Cultura e Artes. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com os artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número dois, alínea d) e número três, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**50 - PROPOSTA Nº. 277/23 - UPGO - Pº. 2021/-DEM - PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA
- REQUALIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DOS ATOS DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS
COMPLEMENTARES E DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa

Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar os atos praticados pelo signatário, em regime de substituição do Senhor Presidente, de aprovação dos trabalhos complementares no valor de dezasseis mil quatrocentos e oitenta euros e sessenta cêntimos (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, de seis por cento), bem como de aprovação da prorrogação do prazo de execução por mais dezanove dias, e que assim constituem a sétima e oitava modificação objetiva do contrato de empreitada número setecentos trinta e oito, de dois mil e vinte e um “Piscina Municipal de Barcarena - Requalificação” - Processo dois mil e vinte e um/quarenta e três-DEM. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

51 - PROPOSTA Nº. 278/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA AGA KHAN LISBOA, NO CONCELHO DE OEIRAS:

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** referiu o seguinte:-----

-----“O Senhor Presidente já sabe como é que nós vamos votar esta proposta.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu: -----

-----“Neste caso não sei, neste caso será uma surpresa.”-----

-----Volveu o **Senhor Vereador Duarte da Mata:**-----

-----“Já sabe como o Evoluir Oeiras vai votar uma proposta que pretende passar cinquenta e dois hectares de terrenos rústicos, a maioria deles sob o Regime de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional para Regime Urbano. -----

-----Há muito que a prática de reverter solo rústico para urbano, faz enriquecer muita gente. -----

-----Helena Roseta chamava a isto “o fenómeno dar à manivela e produzir moeda paralela”. -- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O que aqui estão a fazer, não é mais do que transformar o Órgão Colegial da Câmara num qualquer interposto de compra e venda de solos.-----

----- Ora, vejamos, uma entidade privada sem fins lucrativos que adquiriu doze por cento do património da sociedade Taguspark, da mesma forma depois de tentar instalar-se em Cascais, vem agora para Oeiras. -----

----- Porquê?-----

----- Parece que os investidores ganham aqui um especial à vontade para comprar terrenos sem capacidade construtiva e depois esperar que o Órgão Colegial eleito democraticamente pelos votos dos oeirenses vá tratar das burocracias para que o terreno passe a acomodar as ideias que eles tiveram.-----

----- Já foi assim há uns anos com as expectativas de instalação do IPO, que pelo meio deu um larguíssimo prejuízo a quem os comprou e por arrasto, ajudou a aumentar créditos malparados de um conhecido banco, aliás, um ex-banco, se tivesse corrido bem tal negócio quem ganharia com isso?-----

----- Mas correu mal e quem perdeu com isso, fomos todos nós, os portugueses. -----

----- Parece que temos aqui uma espécie de segunda temporada, mas com um enredo um pouco mais rebuscado, a segunda temporada desta série, a que eu chamo “querido, mudei a REN e a RAN”, está em marcha. É a REN sagrada, segundo as suas declarações há muito conhecidas que serve em Oeiras para fazer aterros de carros velhos na via pública serem colocados a desfazer-se em óleos hidrocarbonetos sobre áreas de REN de infiltração de águas e agora é a REN sagrada que serve para construir em cima de figuras salvaguarda de infiltração de águas e proteção da bacias hidrográficas poucas semanas depois dos tristes acontecimentos deste Inverno e a jusante da bacia servida por esta área, mas é também a saga da Reserva Agrícola Nacional que vai ser desafetada para habitação cem por cento pública.-----

----- Estou a citá-lo a si, Senhor Presidente. -----

-----Mas, afinal, nem as suas próprias propostas já consegue cumprir para a RAN já que agora vem já uma Academia repleta de edifícios de todos os tipos de usos.-----

-----Esta proposta está enferma de equívocos e omissões e se vivermos num estado de direito ela terá que ter um percurso complexo pela frente.-----

-----Vários equívocos.-----

-----Passo a citar:-----

-----Primeiro equívoco - Assinaram em dois mil e quinze, no tempo do Governo de Passos Coelho, o acordo entre a República Portuguesa e a Imamat Ismaili, com vista ao estabelecimento da sua sede em Portugal.-----

-----Em lado nenhum desse acordo se fala desse projeto que estamos a ver e em lado nenhum este projeto é referido para Oeiras, Oeiras não aparece uma vez nesse documento, nesse projeto, nem sequer se fala da Academia, que é alvo do projeto que aqui se tenta instalar.-----

-----Segundo equívoco - A Aga Khan tem plena consciência que não pode implementar o seu projeto no local para a qual adquiriu terrenos pelo que o admitem em carta escrita à CMO dirigida a si, Senhor Presidente, e que faz parte dos documentos da proposta.-----

-----Uma carta idêntica, não sei se é a mesma, já tinha dado entrada no período de consulta pública da revisão do PDM e adequação ao novo regime jurídico.-----

-----Quarenta e duas parcelas rústicas parte delas em RAN, vinte e quatro hectares e Reserva Ecológica também sobre várias figuras de REN relevantes para o ciclo hidrológico, não são pequenas áreas de condicionantes no meio de áreas com capacidade edificatória capazes de se complementarem numa harmonia urbano-rural.-----

-----Não.-----

-----É toda a área “non aedificandi”.-----

-----Terceiro equívoco - Ao contrário do que refere a Aga Khan, esta área não é uma bolsa de terrenos rústicos rodeada de solos urbanos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Trata-se de uma extensa área que tem continuidade ecológica para norte e para nascente, constituindo uma importante reserva de solo para a manutenção do equilíbrio ecológico e coesão territorial, por essa mesma razão a Aga Khan enviou recentemente, no âmbito da revisão do PDM por ajuste, uma carta que fiz referência há pouco, em que, de facto, a própria Câmara responde que não era o momento de fazer isso, porque não cumpre qualquer dos critérios para ser considerado urbano, não seria aprovado pela CCDRLVT pois nem sequer está, ao contrário do ponto treze da carta que lhe enviam, não está de acordo com o PROT, facto facilmente comprovável pela consulta do documento do PROT, que afirma isso, está, aliás, em flagrante desconformidade com o PROT, portanto está em desconformidade com o PROT e com o PDM, está em desconformidade com todos os instrumentos, resta mesmo muita fé e confiança de que a máquina das mais-valias vai funcionar.-----

----- Quarto e última equívoco - Ao contrário do ponto doze da missiva da Imamat Ismaili à CMO, não contribui para a melhoria da qualidade do desempenho ambiental, porque não se contribui para tais desideratos, destruindo quase cinquenta e dois hectares de solo rústico, grande parte deles em Reserva Estratégica de Solos RAN e área sensível de REN.-----

----- Acrescentava ainda que é um enorme gerador de tráfego numa área muito mal servida de transporte público. Bem sei que a luxuosa ciclovia de um vírgula cinco milhões de euros entre Vila Fria e Leceia, que eu aprovei há um mês, que é a mais cara ciclovia por quilómetro, que me recordo, está ali para alguma coisa, mas penso mesmo que só os carros voadores, que o Senhor Presidente falou recentemente, é que poderão vir a resolver os problemas a criar aqui, já agora que sejam elétricos.-----

----- Para além destes equívocos, tenho também quatro omissões:-----

----- Primeira omissão - Alguém acha normal que o pedido de desafetação de REN e RAN desta dimensão seja suportado num conceito e nem sequer um projeto?-----

----- Onde está o projeto?-----

-----Há um estudo prévio?-----

-----É esta imagem desbotada em PDF que está aqui em planta que suporta um pedido de interesse público desta dimensão?-----

-----Há um projeto menos desbotado que este para podermos ver com plantas cortes e índice os usos?-----

-----Há ou não há?-----

-----Segunda omissão - Alguém nesta sala acha concebível que se peça um pedido de desafetação da RAN e REN sem saber para quanto é que se vai construir?-----

-----Estão a pedir para construir quantos metros quadrados, alguém sabe?-----

-----Na proposta não está.-----

-----É um cheque em branco?-----

-----Primeiro desafeta-se com base em nada, porque não temos nada e depois logo se decide quando é que se vai construir, quanto é que se vai construir?-----

-----Terceira omissão - Há algum pré-acordo entre a CMO e a Imamat Ismaili à data em que estamos aqui a falar?-----

-----Sim ou não?-----

-----Se há partilhe e adicione à proposta, se não há, quais são as bases que explicam, o que é que poderá vir a ser feito com estes terrenos desafetados.-----

-----A Imamat Ismaili pode vender?-----

-----Pode vender uma parte?-----

-----Pode ter usos complementares?-----

-----É pedida a desafetação de uma área que mesmo para aquilo que os documentos que aqui são entregues, extravasa a extensa área onde eles pensam vir poder a instalar a Academia, há uma área a norte que nem sequer tem projeto e que também já está pedido para desafetação para passar a urbano, essa área, por exemplo, é para quem?-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- É para vender como urbano a terceiros?-----

----- Quarta e última omissão - Os pareceres técnicos dos Serviços Urbanísticos apenas põem em prática os procedimentos necessários para se desembaraçarem das condicionantes. Eu não vejo qualquer análise ao que significam essas figuras de REN e RAN para o Ambiente, para a consistência do atual PDM e para o equilíbrio ecológico, para as alterações climáticas ou para a coesão sustentável do território.-----

----- Faltarão aqui outros pareceres?-----

----- Pergunto à minha colega Vereadora onde estão os pareceres dos Serviços sob tutela da Senhora Vereadora sobre a alteração climática, num tema destes, numa área destas dimensões.

----- Em suma, o Evoluir Oeiras não vai aprovar um pedido deste tipo, não porque a Academia não seja em si mesmo um projeto de interesse, mas porquê a Academia para aquele espaço, para aquelas áreas?-----

----- Onde entenderam que poderiam comprar os terrenos e que depois “à priori” tudo se resolvia?-----

----- Não tem qualquer suporte com a realidade no terreno, não vai contribuir para dar mais valias a ninguém. Está em desconformidade com os instrumentos de gestão territoriais atuais, à escala local e regional.-----

----- É a minha declaração sobre esta proposta que considero bastante grave.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte:-----

----- “Queria dizer que também eu acho que deve haver aqui algum equívoco, porque julgo que esta proposta não é para fazer a desafetação, nem é para aqui, neste momento, tomar nenhuma decisão relativamente a isto, é apenas para declarar o interesse público municipal para a Academia Aga Khan Lisboa e, obviamente, seguir-se-ão todos os procedimentos necessários e a avaliação necessária relativamente ao projeto, portanto corrijam-me se estiver enganada, porque foi neste sentido que fiz a avaliação da proposta que agora temos aqui em cima da mesa.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“É verdade. -----

-----A Coligação Evoluir Oeiras “faz a festa, atira os foguetes e apanha as canas” e faz logo juízos, já estamos todos habituados a isso, é esse o problema e, portanto, são atitudes de intimidação pura, na realidade a Coligação de Oeiras: Bloco de Esquerda, Volt, Livre, não podemos esquecer que por trás da Coligação Evoluir Oeiras está o Bloco de Esquerda, o Livre, o Volt, grupos de extrema-esquerda que, naturalmente, não querem que se faça nada, são contra tudo, reparem que ainda ontem dei o exemplo da habitação, eles dizem que são a favor da habitação, mas nuns casos são contra porque viola o artigo quarenta e nove/cinquenta. Noutros casos são contra porque ali devia ser um jardim e não habitação, apesar de ser solo urbano, noutros casos, porque, na realidade devia ser um campo de futebol ou devia ser um jardim em vez de ser outra coisa qualquer, há sempre um argumento para estar contra.-----

-----Na realidade o que estes grupos pretendem é que não haja progresso, desenvolvimento, aquilo que pretendem é que continue a haver fome, continue a haver miséria, continue a haver pobreza, porque ainda têm aquela ideia de que os pobres é que votam neles, ainda têm ideia de que eles são os defensores dos desfavorecidos e por aí fora, o que não é verdade, porque eles são normalmente burgueses, são da casta, digamos, mais rica, são pessoas que vivem bem e podem-se dar ao luxo de dizer não isto, não aquilo, para eles não se faz nada. --

-----E isto está bem exemplificativo na intervenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, aliás, diz o ditado: “quem não tem vergonha todo o mundo é seu” e não se coíbem de dizer absolutamente alarvidades. -----

-----O Vereador começou o seu discurso com o argumento dizendo que era outro IPO. ---

-----Eu lido muito mal com a ignorância. -----

-----Os terrenos do IPO não tinham nada a ver com a história do banco, que referiu, porque os terrenos do IPO eram junto ao Taguspark, está toda a gente equivocada, os terrenos do



Câmara Municipal
de Oeiras

IPO eram terrenos que começaram por ser para o IPO, depois era para a Fundação Liga e era nos terrenos junto ao Taguspark, curiosamente, não sei porquê, mas a ignorância levou a dizer que os terrenos do IPO eram aqueles que tinham sido adquiridos pelo grupo do doutor Duarte Lima e que o IPO foi o engodo para a compra, depois o IPO desistiu de ir para ali, aliás, não foi o IPO que desistiu, foi o doutor António Costa, que foi eleito para a Câmara Municipal de Lisboa e assustou o Ministro, na altura era o Correia de Campos.-----

----- O Ministro Correia de Campos tinha falado comigo já e nós estávamos a preparar, já tínhamos tido reuniões com os proprietários dos terrenos daquela zona, mas depois foi eleito o doutor António Costa e ele bateu o pé, o IPO não sai de Lisboa, e agora confundem tudo. -----

----- O que está em causa aqui?-----

----- O Senhor Vereador falou já de tudo e mais alguma coisa, como se estivesse nas mãos da Câmara Municipal fazer tudo aquilo que diz, a Câmara não comete ilegalidades, vamos lá a ver. A Câmara Municipal o que está a fazer com esta declaração é a declarar o interesse público municipal deste investimento.-----

----- Esperemos que depois o Estado faça uma declaração de interesse público nacional, porque, na realidade o que estamos a falar, no essencial, é de uma Academia, que vai ter determinadas características, que, numa primeira fase vai até ao décimo segundo ano, mas que numa segunda fase tem Ensino Superior e o que a Câmara Municipal está a declarar é o interesse público deste projeto, ou seja, queremos este projeto aqui.-----

----- Quanto ao problema de ter estado para ir para Cascais, e não ter ficado em Cascais e ter vindo para Oeiras, eu quero dizer que, por razões de pudor, não vale a pena sequer falar nessas situações, porque há muitas instituições que estão em Cascais e querem vir para Oeiras. Não é a única. Não tenho que estar aqui a fazer alarde, ainda ontem, recebi uma instituição importantíssima de Cascais, que está sediada em Cascais e que quer vir para Oeiras, o facto da procura para Oeiras tem a ver com a nossa localização, tem a ver com a estratégia de

desenvolvimento deste Concelho, tem a ver com o “core” tecnológico, científico e de inovação, etc., aquilo que o Concelho tem e para nós é gratificante que a Fundação Aga Khan se queira instalar aqui no Concelho. -----

-----Todos os fantasmas que o Senhor Vereador apresentou, não passam de fantasmas, porque a Câmara Municipal e a Fundação Aga Khan no desenvolvimento do projeto terão que respeitar rigorosamente os termos da lei, é óbvio, se for necessário desafetar claro que se vai desafetar, mas para se desafetar é preciso que haja concordância das autoridades que gerem a Reserva Agrícola Nacional, portanto, para o Senhor Vereador e para a sua Coligação esta Câmara Municipal estaria completamente manietada, porque ou é Reserva Agrícola, ou é Reserva Ecológica ou outra coisa qualquer e, portanto, estaríamos completamente paralisados, é a vossa filosofia, a vossa perspetiva, nós não temos essa perspetiva.-----

-----Quem ganhou as eleições neste Concelho não tem a vossa perspetiva e o eleitorado também não, porque caso contrário não tinha votado em nós. -----

-----O eleitorado conhece bem qual é a nossa política e o Senhor Vereador, com certeza, é livre de dizer aquilo que entender, mas, na realidade aquilo que diz não corresponde minimamente à realidade, porque faz já suposições do que vai acontecer quando, na realidade, nós o que estamos neste momento a fazer é declarar o interesse público municipal do projeto, que é fundamental.-----

-----Disse que não se falou em Oeiras, no contrato que o Governo fez com o príncipe Aga Khan, não faltava mais nada, daqui a pouco tinha que dizer quando o príncipe vai à casa de banho, de acordo com a vossa ideia, tinha-se que explicitar ali tudo.-----

-----A atividade da Aga Khan não é conhecida por muita gente, mas a verdade é que já apoia cerca de cinquenta mil crianças neste País, tem uma ação solidária junto das populações mais carenciadas deste País, que é fundamental, mas vocês não veem, nem vos interessa, nós não olhamos aqui para a religião não é isso que está em causa, o que está aqui em causa é a qualidade



Câmara Municipal
de Oeiras

do projeto e que se trata de uma instituição com idoneidade, é isso que nós estamos aqui a provar, mais nada, o resto são tudo fantasias e fantasmas que o Vereador resolveu falar, terá oportunidade de o fazer quando projetos concretos vierem à Câmara Municipal.-----

----- Não conheço nenhum projeto concreto, o que foi apresentado foi a intenção de realizar a Academia aqui no Concelho, que adquiriram ao Estado, foi a informação que tive, que adquiriram ao Estado terreno a norte da área de serviço que, eventualmente, teriam comprado outros terrenos a outros proprietários etc., é a única coisa que sei, agora querem fazer aqui esta Academia, muito bem a Câmara em princípio disse que sim. Agora como é que vai ser desenrolado o processo, será de acordo com os procedimentos legais que é necessário dotar nestas circunstâncias, é isto, mais nada.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** observou o seguinte:-----

----- “Esclarecido então o equívoco que aqui tínhamos, neste momento, quero dizer que a proposta que hoje votamos em reunião de Câmara é de declaração de interesse público municipal para instalação da Academia Aga Khan, Lisboa no Concelho de Oeiras resulta de vários protocolos assinados entre o Estado Português e o Imamat Ismaili.-----

----- O primeiro protocolo de cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili, foi assinado em dois mil e seis, tendo sido depois realizado o acordo entre as partes e foi assinado em Lisboa em dois mil e nove e aprovada em Assembleia da República através da Resolução cento e nove, dois mil e dez. -----

----- Em junho de dois mil e quinze, e este é referido na proposta, foi celebrado novamente com o Governo Português um protocolo para a instalação da sede europeia em Portugal, mais recentemente em dois mil e dezoito, o Governo deu aval à venda dos terrenos da Caixa Geral de Depósitos, na Taguspark para a construção da primeira Academia Aga Khan na Europa.-----

----- É neste enquadramento, que resumidamente aqui apresentámos que analisamos esta

proposta que pretende declarar o relevante interesse público municipal na instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan.-----

-----Esta proposta assinala que a área prevista para a instalação da Academia Aga Khan é abrangida por um conjunto de servidões e restrições de utilidade pública REN e RAN, que obrigam a ponderação dos valores em presença de forma mais aprofundada e detalhada através da elaboração do instrumento de gestão territorial, que programe, pondere e avalie de forma pormenorizada a correta instalação do modelo urbano proposto.-----

-----O PS entende que é do interesse do Município, a instalação da Academia Aga Khan, no Concelho.-----

-----Reconhecendo a mais-valia deste projeto para o território e para o País. O trabalho realizado pelas Academias Aga Khan, no desenvolvimento da educação, bem como a excelência e inovação que estão associadas, são reconhecidamente mais valia para qualquer território e em Oeiras, esta Academia encontra o ecossistema ideal para a sua implementação, mas não pode o PS deixar de assinalar que o reconhecimento deste interesse público municipal deve estar separado das matérias relativas às servidões e restrições de utilidade pública assinaladas e que deverão ser alvo de análise e ponderação com previsão de medidas compensatórias em procedimento próprio e com o envolvimento das autoridades competentes nestas matérias. -----

-----Assim e no pressuposto que o Governo concederá o estatuto de utilidade pública nacional passo fundamental para a análise das alterações solicitadas para a execução do projeto, o PS vota a favor da declaração de interesse público municipal a instalação da Academia Aga Khan, Lisboa no Concelho de Oeiras.”-----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

-----“Eu só acrescentava que se não houver interesse público nacional, este projeto não tem viabilidade, é tão simples como isso, agora é óbvio que para ser desenvolvido em Oeiras tem que ser em zonas de Reserva Agrícola Nacional, porque não há nenhuma área urbana neste



Câmara Municipal
de Oeiras

Concelho, e que o Vereador Duarte da Mata está a dizer é rejeitar, pura e simplesmente o projeto, porque não há nenhuma zona urbana neste Concelho com capacidade para acolher aquela Academia. -----

----- Se nós queremos acolher a Academia tem de haver interesse público municipal e interesse público nacional e se o próprio Governo não estiver interessado neste projeto, é óbvio que não é a Câmara de Oeiras que tem capacidade para proceder ao desenvolvimento e desencadear todas as operações que é necessário fazer.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** observou:-----

----- “Só para completar e porque ao início também tive dúvidas e ainda bem que a Vereadora falou primeiro, porque também já pensava que estávamos a aprovar algo, de maneira que fui ler a proposta de deliberação para ver o que estava lá escrito e se eu tinha lido mal, mas lemos bem e aquilo que está em causa o PSD também se associa. -----

----- Temos ressalvas e já foram aqui faladas diversas vezes, mas até o próprio Executivo conta com questões que são para além do Município e que só tendo todas estas questões asseguradas é que este projeto vai avante, sendo que se nem o próprio Presidente ainda viu o projeto também é normal que ainda hajam aqui condicionantes. -----

----- Esperamos para ver, não duvidando assim que aquilo que está em causa é o interesse municipal, realmente esse interesse existe e nós concordamos com ele.”-----

----- O **Senhor Presidente** acrescentou:-----

----- “Aliás a razão da declaração do interesse público municipal tem justamente a ver com o desencadear deste processo, porque há todo um conjunto de procedimentos que depois têm de ser levados por diante e alguns deles são da responsabilidade do próprio Governo.”-----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** argumentou:-----

----- “Eu queria só registar as intervenções das Vereadoras que, por um lado, e corrijam-me se estiver errado, estava com muito medo que isto fosse para retirar as figuras de REN e de

RAN, mas, por outro lado, sabem que essas figuras ocupam praticamente a área toda, e é isso que vai acontecer, se o processo for declarado do interesse público nacional, não se pode ter “sol na eira e chuva no nabal”, se queremos isso. -----

-----Podemos dizer que essa área de Reserva Agrícola está mal marcada, que os critérios estão mal marcados, mas não está. -----

-----Dizem que a Reserva Ecológica está mal marcada para não fazerem aí nada, essa Ribeira nem existe ali como diz, não serve da apanhamento de águas, não vai influenciar, não, está tudo bem marcado, está no PDM, está no PROT, como corredor, portanto, tudo isso é muito importante, não podemos é querer aqui aprovar uma coisa com a esperança que depois não passe no Governo, porque se é com a esperança que passe no Governo está tudo desclassificado, por isso registo.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o envio à Assembleia Municipal, propondo que seja deliberado declarar o relevante interesse público municipal da instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan, na localização pretendida pelo Imamat Ismaili, como suporte do contexto de exceção que enquadre a subsequente elaboração de um Plano de Pormenor, com efeitos registrais, e, atendendo às especificidades da reclassificação do solo necessárias para assegurar o adequado enquadramento urbanístico da instalação da Academia Aga Khan e das infraestruturas e funcionalidades complementares, adequadas para a respetiva integração urbana. -----

-----Recomendar ao Imamat Ismaili que, com o enquadramento no Protocolo celebrado com o Governo Português em três de junho de dois mil e quinze, e tendo escolhido uma localização no território do Município de Oeiras para instalar a primeira Academia na Europa,



Câmara Municipal
de Oeiras

possa diligenciar junto da Administração Central que promova o reconhecimento do Relevante Interesse Público (Nacional) da instalação na localização pretendida, corroborando o contexto de exceção que justifica e enquadra a reclassificação do solo a promover para o efeito. -----

----- Nos termos do artigo septuagésimo segundo, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A proposta que hoje votamos em reunião de Câmara, de Declaração de Interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras, resulta de vários protocolos assinados entre o Estado Português e o Imamat Ismaili. -----

----- O primeiro Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili foi assinado a treze de fevereiro de dois mil e seis, tendo sido depois realizado o Acordo entre as partes, que foi assinado em Lisboa a oito de maio de dois mil e nove e aprovado em Assembleia da República através da Resolução cento e nove de dois mil e dez. -----

----- Em junho de dois mil e quinze, foi celebrado novamente com o Governo Português um protocolo para instalação da sede europeia em Portugal. -----

----- Mais recentemente, em dois mil e dezoito, o Governo deu aval à venda dos terrenos da CGD no Taguspark para a construção da primeira Academia Aga Khan na Europa. -----

----- É neste enquadramento, que resumidamente aqui apresentamos, que analisamos esta proposta que pretende declarar o Relevante Interesse Público Municipal da instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan. -----

----- Esta proposta assinala que a área prevista para a instalação da Academia Aga Khan é “abrangida por um conjunto de servidões e restrições de utilidade pública (REN e RAN), que obrigam à ponderação dos valores em presença de forma mais aprofundada e detalhada, através da elaboração de um instrumento de gestão territorial que programe, pondere e avalie de forma

pormenorizada, a correta instalação do modelo urbano proposto.”-----

-----O PS entende que é do interesse do município a instalação da Academia Aga Khan no Concelho de Oeiras, reconhecendo a mais valia deste projeto para o território e para o País. O trabalho realizado pelas Academias Aga Khan no desenvolvimento e educação, bem como a excelência e inovação que lhe estão associadas são reconhecidamente uma mais valia para qualquer território. E, em Oeiras, esta academia encontra o ecossistema ideal para a sua implementação.-----

-----Mas não pode o PS deixar de assinalar que o reconhecimento deste Interesse Público Municipal deve estar separado das matérias relativas às servidões e restrições de utilidade pública assinaladas e que deverão ser alvo de análise e ponderação, com previsão de medidas compensatórias, em procedimento próprio, e com o envolvimento das autoridades competentes nestas matérias.-----

-----Assim, e no pressuposto de que o Governo concederá o estatuto de utilidade pública nacional, passo fundamental para a análise das alterações solicitadas para a execução do projeto, o PS vota a favor da Declaração de Interesse Público Municipal da instalação da Academia Aga Khan Lisboa no Concelho de Oeiras. -----

-----IV - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD vê com bons olhos o interesse Público Municipal para a instalação da Academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras, e por esse motivo vai votar favoravelmente.

-----Contudo devem ser posteriormente analisados, quando remetido ao Município, o projeto para que sejam assegurados todos os pressupostos. De modo que a importância desta academia e as diligências de mitigação das alterações climáticas e de políticas ambientalmente sustentáveis do município possam estar de mãos dadas e não de costas voltadas neste futuro projeto.” --- -----

-----V - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Recuso-me a pactuar com a tentativa de transformar solo rústico em solo urbano (cinquenta e dois hectares) e alavancar as mais-valias urbanísticas deste ato para tentar acomodar um projeto para o qual os terrenos pelos atuais proprietários foram adquiridos aos seus ex-proprietários tendo por base o contexto “non-aedificandi” que sustentou o respetivo processo de aquisição, sendo agora a CMO chamada a dar o passo seguinte de, em nome de um projeto totalmente vago em matéria edificatória, permitir alterar o regime de uso do solo. A respetiva proposta é inaceitável desde logo porque a Imamat Ismaili teve sempre plena consciência que não pode implementar o seu projeto no local para o qual adquiriu terrenos, pelo que o admite até em carta escrita à CMO desde logo na recente revisão do PDM e também apenas à presente proposta. São quarenta e duas parcelas rústicas, parte delas em RAN (vinte e quatro hectares) e REN, sob várias figuras REN relevantes para o ciclo hidrológico e riscos. Ao contrário do que refere a Imamat Ismaili, não são pequenas áreas de condicionantes no meio de áreas com capacidade edificatória, capazes de se complementarem. Toda a área é “non-aedificandi”. Trata-se de uma extensa área que tem continuidade ecológica para norte e para nascente, constituindo uma importante reserva de solos para a manutenção do equilíbrio ecológico e para a coesão territorial. Por essa mesma razão a Imamat Ismaili enviou recentemente no âmbito da revisão do PDM por ajuste ao RJIGT uma carta a solicitar a passagem destes terrenos a urbano, situação que à luz da legislação de ordenamento do território, não cumpre nenhum critério para ser considerado urbano, não seria aprovado pela CCDR-LVT pois nem sequer está, ao contrário do afirmado no ponto treze. da carta que a Imamat Ismaili envia à CMO, não está de acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) em vigor, facto facilmente comprovável pela consulta deste documento, o que significa que estando em desconformidade com o PROTAML e com o PDM está em desconformidade com todos os instrumentos de gestão do território. Ao contrário do ponto doze da missiva da Imamat Ismaili à CMO, o projeto não contribui para a melhoria da qualidade do desempenho ambiental desde logo

porque não se contribui para tais desideratos destruindo quase cinquenta e dois hectares de solo rústico, grande parte deles em reserva estratégica de solos RAN e em áreas sensíveis de REN. A isto soma-se o facto de ser um enorme gerador de tráfego numa área muito mal servida por transporte público. É ainda relevante para sustentar o voto contra que um pedido de transformação de solo rústico em urbano, implicando desafetação de RAN e REN, venha suportado num “conceito” vazio, desassociado de num projeto, mesmo que numa fase preliminar. A proposta vem sem qualquer suporte de implantação sem saber sequer quanto e onde se pretende construir, significando, na ausência de um pré-acordo entre os proprietários e a CMO, um cheque em branco, permitindo primeiro transformar o solo em urbano e só depois, já com as mais-valias, decidir quanto e onde construir. -----

-----É de extrema gravidade que se peça interesse público para alterar o uso do solo de cinquenta e dois hectares sem prever o que poderá vir a ser feito com todos os terrenos desafetados que, como é possível de analisar, nem sequer ocupam a área para a qual se está a pedir alteração de uso. É pois perigoso e grave passar um “cheque em branco” à Imamat Ismaili para poder vender, admitir ter usos complementares ou admitir parcerias que nada têm que ver com o objeto. Esta afirmação destina-se também aos serviços urbanísticos na dependência do Senhor Presidente mas também os serviços que dependem da Senhora Vereadora da Ação Climática (Vereadora Filipa Laborinho - PS -) que, a propósito desta proposta não fazem qualquer análise ao que significa a transformação destas figuras de RAN e REN para o ambiente, para o equilíbrio ecológico, para as alterações climáticas ou para a coesão sustentável do território, levando a duvidar se a proposta vinha munida de todos os pareceres e apreciações dada a sensibilidade da proposta que aqui se vota.”-----

52 - PROPOSTA Nº. 281/23 - GATPI - APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - FORMALIZAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A 30 DE MARÇO DE



Câmara Municipal
de Oeiras

2023:-----

----- I - O **Senhor Vereador Armando Soares** referiu o seguinte:-----

----- “Sobre estes apoios, gostaria de dizer que já havíamos pago para vinte candidaturas, trezentos e setenta e três mil setecentos e noventa e dois euros e trinta e seis cêntimos, com estas seis aprovações agora, aprovamos mais cento e catorze mil setecentos e noventa euros e vinte e oito cêntimos, o que dá um total de quatrocentos e oitenta e oito mil quinhentos e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos, ou seja, o Município de Oeiras já pagou praticamente meio milhão de euros com estas aprovações que aqui temos.-----

----- Encontra-se ainda pendente no Gabinete de Apoio Técnico e Promoção do Investimento mais onze candidaturas.-----

----- Vamos acreditar que vão conseguir entregar os documentos todos, está em análise no Gabinete Municipal de Auditoria mais seis, existe já pelo menos mais um operador proposto também já na próxima reunião de Câmara em nova proposta de deliberação.-----

----- Gostaria de reiterar que o Município de Oeiras está a cumprir aquilo que prometeu, já libertou meio milhão de euros e todo o restante País, que está à espera dos apoios do Estado, até agora, recebeu zero cêntimos.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como ERJJ Cabeleireiro Unipessoal, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/onze mil oitocentos e trinta e quatro, referente a “stocks”, no valor de mil oitocentos e quinze euros e dezasseis cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação;-----

----- A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Light

Design de Portugal, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/doze mil cento e setenta, referente a equipamentos e “stocks”, no valor de setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove euros e oito cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação;-----

-----A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Roteiro das Palavras, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/sete mil setecentos e setenta e sete, referente a equipamentos e “stocks”, no valor de quatro mil oitocentos e dezassete euros e vinte e dois cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação;-- -----

-----A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado com a candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/dezanove mil setecentos e oitenta e seis, referente a obras, no valor de onze mil quatrocentos e trinta e nove euros, mediante assinatura de um termo de aceitação; -----

-----A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado como Ruas e Santos, Limitada, candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/dezanove mil oitocentos e dezasseis, referente a obras, no valor de dezasseis mil novecentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação; -----

-----A atribuição do apoio extraordinário ao operador económico identificado com a candidatura com o número ENT-CMO/dois mil e vinte e três/treze mil seiscentos e nove, referente a equipamento, no valor de novecentos e trinta e sete euros e trinta e dois cêntimos, mediante assinatura de um termo de aceitação; -----

-----Nos termos das alíneas o), u), ff), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Regulamento número sessenta e cinco-A, de dois mil e vinte e três, publicado em Diário da República, segunda série, de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal
de Oeiras

fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

53 - PROPOSTA Nº. 282/23 - GCAJ - REGULAMENTO DA REDE DE VELOCÍPEDES DE USO PARTILHADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO: -----

----- I - O Senhor Vereador Duarte da Mata frisou o seguinte: -----

----- “Nós achamos importante que haja uma rede de bicicletas e, na altura, aquando da outra proposta não interrompi o Senhor Presidente, nem falei nisso porque ia falar aqui, acho muito bem que o Senhor Presidente não tenha feito um sistema de bicicletas partilhadas naquela altura, porque não tem rede e fazer um sistema de bicicletas partilhadas, naquela altura, era para ter prejuízo, não vale a pena. -----

----- Agora, o facto de a tecnologia ficar mais barata, não nos vai colocar a fazer um sistema de bicicletas partilhadas com estes critérios, qual é o problema? -----

----- A rede ciclável de Oeiras não tem continuidade entre as ciclovias, elas não são contínuas neste momento e, por isso dizia eu a brincar que ando com as bicicletas às costas e é verdade, anda-se com a bicicleta às costas muitas vezes ou a andar em sítios proibidos, com horários em que só se pode andar depois das não sei quantas horas, a ter que andar em escadas

que não têm calhas, é uma questão de experimentar e, aliás, podemos fazer essa experiência, já combinámos, só tenho é que trocar contactos consigo para fazermos isso de bicicleta porque aí é que se sente e sente-se que não há uma rede. -----

-----As ciclovias estão descontínuas, temos esse problema da Medrosa que poderemos depois visitar, temos muitas ciclovias partilhadas com peões, no caso da ciclovia empresarial muitas vezes é um passeio exatamente com a dimensão de um passeio que foi passado a zona mista, temos isso também noutras circunstâncias. -----

-----No caso da Medrosa a ciclovia acaba por anular o passeio, tem lá uma sinalização perigosa para os peões, coloca-os num passeio que não é regulamentar, aí também terá que ser partilhado.- -----

-----Há várias ciclovias do Orçamento Participativo que não têm sido implementadas, existe, de facto, um grande défice. -----

-----Vamos focar-nos agora aqui naquilo que temos e no projeto propriamente dito, a escala da rede de bicicletas partilhadas pode não copiar, mas tem que ir beber do sistema de “bikesharing” que se conhece. -----

-----De facto, cinco estações e vinte bicicletas, é manifestamente insuficiente para uma cobertura de cinco quilómetros. -----

-----As boas práticas apontam para um mínimo de dez a dezasseis estações por quilómetro quadrado e o não cumprimento dos mínimos vai ter efeitos contraproducentes e há vários autores que falam disto.-----

-----A diferença entre as estações deve ser de cerca de trezentos metros e estamos com uma distância muito superior a isso, não cumpre. -----

-----Depois temos um sistema que também está abaixo dos mínimos regulamentados, porque faz um afastamento de mil metros entre estações, que é uma distância de três vírgula três vezes superior aos máximos recomendáveis e uma disponibilidade média de bicicletas muito



Câmara Municipal
de Oeiras

baixa na ordem de duas vírgula cinco a oito vezes inferior aos mínimos de prestação. -----

----- À escala municipal este sistema, que eu sei que é piloto, aí não queria que “o bebé fosse pela água do banho”, sei perfeitamente que é um projeto-piloto, ele tem que começar por algum lado, mas não começa por ciclovias lineares, tem que começar por áreas e se vir noutros municípios que implementaram com sucesso é com estações muito próximas e por áreas, era melhor ou alargar a área de intervenção, o que vai obrigar a fazer algumas intervenções, porque tirando a própria ciclovia é muito perigoso andar de bicicleta em quaisquer outros arruamentos servidos por esta ciclovia empresarial, que salvo raríssimas exceções, são vias rápidas com grande circulação, a ciclovia está quase sempre segregada dos carros o que nos parece correto, mas a implementação poderia ir para começar, e se a ideia é de testar, por uma área que tivesse um perímetro sobre ela e em que pudesse haver, independentemente de se criar zonas trinta partilhadas e não propriamente ciclovias, que haja massa crítica de utilizadores, de população e proximidade entre os postos, é isso que faz o sucesso da rede. -----

----- Aqui o que vai acontecer é o insucesso, porque a pessoa vai encontrar muitas vezes as bicicletas que não estão nos postos, não vai conseguir criar uma rotina com isso, são muito poucas e depois não consegue chegar lá, é uma coisa linear e significará, provavelmente, que não vamos ter essa solução, era mais fácil fazer esta experiência na ciclovia da Medrosa envolvendo as áreas habitacionais à volta, em que era possível fazer uma acalmia de tráfego, passava a ter um polígono e não uma linha, isto é muito importante e isso é bastante conhecido dos resultados de outros Municípios em Portugal, em Espanha, em todo o lado. -----

----- Agora, eu não queria contribuir para votar contra uma proposta que na essência tem estas fragilidades, mas que me parece uma proposta bem-intencionada.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou o seguinte. -----

----- “O PSD neste caso vê com bons olhos a regulamentação desta rede de velocípedes para uso partilhado. -----

-----No âmbito das jornadas autárquicas do PSD em dezembro deste ano falámos sobre este tema.-- -----

-----Achamos que se calhar até já devíamos ter pensado nisto antes e a Parques Tejo quando começou a desenvolver este projeto, logo no final do ano passado, como vimos ainda há pouco no projeto do quarto trimestre, fazia sentido, termos, à priori, embora eu perceba que às vezes é preciso ter a experiência para se perceber o caminho. -----

-----Julgo que faz todo o sentido, acho que há aqui algumas questões que são de fiscalização difícil, mas que com alguma dose de informação e de tentativa de regulamentação possamos antes de outros Municípios, que já estão há mais tempo a discutir este tema, ter um Regulamento que seja executado e, por isso, vamos obviamente votar favoravelmente.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu no seguinte:-----

-----“Estamos a falar do princípio, do início do procedimento, de maneira que todos os contributos serão ponderados.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento da Rede de Velocípedes de Uso Partilhado do Município de Oeiras. -----

-----Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

-----Nos termos da alínea c), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas e), k) e ee), qq) e rr), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea b), do artigo quinto, dos Estatutos da Parques Tejo, Empresa Municipal. -----

-----Artigo nonagésimo oitavo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Neste caso o PSD já previa que tal regulamento neste âmbito, até nas Jornadas Autárquicas do PSD Oeiras em dezembro de dois mil e vinte e dois, questionei sobre o tema, por já prever que tal era uma necessidade que devíamos acautelar antes e não depois de implementadas as redes de velocípedes, como estamos a fazer agora. Tendo em conta estas considerações o PSD irá votar favoravelmente”.-----

----- IV - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O voto abstenção foi sobretudo político, no sentido de salvaguardar o mérito da iniciativa da existência de um regulamento para um “bikesharing” no seu todo, mas em desacordo com a proposta que está em apreciação no momento presente, pelas seguintes razões: Uma rede de bicicletas de uso partilhado não pode arrancar apenas ao longo de uma ciclovia, num circuito linear, em contradição com as boas práticas. Parece assim tratar-se de uma proposta para que Oeiras possa afirmar-se como tendo um sistema de “bicicletas partilhadas” perante uma rede ciclável física que é caracterizada por falta de continuidade de uma forma quase generalizada, ciclovias partilhadas com peões em espaço pedonal e/ou com restrições/proibições de horários. A somar a este cenário, existem ciclovias encerradas por más condições por tempo indeterminado, como o caso da ciclovia Algés-Cruz Quebrada e Jamor - Senhora da Rocha. No caso a que se refere o projeto piloto (Ciclovia Empresarial), a mesma é executada sobre passeios pedonais, substituindo-os em prejuízo dos peões, ou anulando-os como no caso da Ciclovia da Medrosa em que a ciclovia é descontínua e, a dada altura, partilhada com os veículos sem estarem garantidas as condições para que tal aconteça. O panorama da rede ciclável, suporte para um futuro sistema de partilha de bicicletas, abrange ainda a não execução de ciclovias do Orçamento Participativo. No que respeita aos dados de base para o arranque do sistema, a escala de rede de bicicletas partilhadas aparenta demonstrar um desconhecimento de sistemas deste tipo, começando pelo número mínimo de estações e bicicletas necessárias para ter um sistema funcional: cinco estações

e vinte bicicletas conforme proposto é manifestamente insuficiente para uma cobertura dos cinco quilómetros da “ciclovia empresarial”, entre o Lagoas Parque e Paço de Arcos, tendo em consideração que as boas práticas apontam para um mínimo de dez a dezasseis estações por quilómetro quadrado, um afastamento médio de trezentos metros entre estações e dez a trinta bicicletas por cada mil habitantes e uma cobertura mínima de dez quilómetros quadrados. O não cumprimento dos mínimos pode ter efeitos contraproducentes, conforme consultável em vasta bibliografia técnica sobre o tema. Ora o sistema proposto não só não se aproxima das boas práticas como pretende implementar uma solução deficiente, muito abaixo destes mínimos recomendados, contemplando apenas cinco estações numa extensão de cinco quilómetros numa área de influência linear e afastada das áreas urbanas mais densas, um afastamento médio de mil metros entre estações (uma distância de três vírgula três vezes superior aos máximos recomendáveis), e uma disponibilidade média de bicicletas muito baixa (duas vírgula cinco a oito vezes inferior aos mínimos) por estação. À escala municipal este sistema nem chega a ter expressão (propõe um rácio de uma bicicleta por oito mil e seiscentos residentes versus um mínimo de uma bicicleta por mil residentes recomendados), nem a cobertura geográfica mínima para áreas urbanas (dez quilómetros quadrados e no mínimo). No que refere à ligação entre Paço de Arcos e o Lagoas Park também só serve como uma medida simbólica, pois ignora as áreas urbanas (os residentes) e não garante a massa crítica de estações, afastamentos entre estas e o número de bicicletas recomendável para ser um modo disponível e fiável. Conforme está proposto, este sistema tem tudo para ser um falhanço pelo que na construção do sistema propõe-se a eleição de áreas-piloto em sintonia com os números recomendados pela bibliografia técnica, podendo abranger áreas não inferiores a um polígono entre a Nova-IMS, Nova Oeiras, Estação Agronómica, Santo Amaro de Oeiras, ou Linda-a-Velha e Algés, sendo para isso necessário proceder a algumas transformações preventivas em muitas das vias cicláveis em partilha de forma a ajustar os fluxos e velocidades dos automóveis à partilha em segurança com bicicletas. O



Câmara Municipal
de Oeiras

voto abstenção é, por isso, um voto de compromisso com a participação na elaboração do melhor regulamento possível e da implantação do melhor sistema possível.” -----

54 - PROPOSTA Nº. 283/23 - UPGO - Pº. 2021/220-DGEP - PARQUE URBANO DE VILA FRIA - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E DE TRABALHOS A MENOS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a execução dos trabalhos complementares, no valor de cinquenta e cinco mil noventa e três euros e sessenta e sete cêntimos (a acrescer IVA à taxa de seis por cento), bem como a aprovação dos trabalhos a menos no montante de vinte e cinco mil duzentos e oitenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos (a abater ao valor inicial do contrato) constituindo deste modo a primeira modificação objetiva do contrato da empreitada “Parque Urbano de Vila Fria” - Processo dois mil e vinte e um/duzentos e vinte-DGEP e posterior remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de Fiscalização Concomitante. -----

----- A minuta de modificação objetiva do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo septuagésimo a tricentésimo septuagésimo nono, do Código dos Contratos Públicos, conjugados o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea d), da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. -----

55 - PROPOSTA Nº. 284/23 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARTE DELIMITADA DO MERCADO MUNICIPAL DE

PAÇO DE ARCOS, ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A SOCIEDADE MCO, S.A.:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Ficámos contentes que desta vez não tenha ficado deserto, é de louvar, apesar da guerra na Ucrânia não ter sido um objeto com que fizesse que este processo ficasse deserto como aconteceu o ano passado, vemos com muitos bons olhos que tenha interessados. -----

-----Pelo que pudemos analisar é um projeto sólido para a área envolvente, pelo que parece é alguém com alguma experiência e com alguns resultados. -----

-----Só temos duas dúvidas, mas talvez o Senhor Vereador Nuno Neto consiga esclarecer, porque não vimos nem no projeto apresentado, nem no projeto de concessão.-----

-----A primeira questão, no projeto na página catorze existe uma indicação de que há uma loja “gourmet” e uma mercearia de excelência, isto vai contra ao que indica o nosso caderno de encargos, que indica expressamente que se excluem atividades já praticadas pelos comerciantes no comércio local, no comércio do mercado tradicional, porque como sabemos e também está nos anexos há atualmente uma mercearia “gourmet”, que está no Anexo A do caderno de encargos, não sei se não haverá aqui uma sobreposição, talvez rever aqui o conceito da tal loja para perceber se vai fazer concorrência à loja já pré-existente ou não. -----

-----Quanto à segunda questão, não encontrei esta especificação no caderno de encargos, mas julgo que há hipótese com o candidato de revermos e ver uma hipótese de resolução fácil, é nas duas lojas que nós temos que se propõe o realojamento, que é a loja um e a loja dois que é atualmente a papelaria e florista, passarem para a cinco e seis que estão atualmente vazias. -----

-----A preocupação que tenho sentido com os comerciantes é o investimento que eles fizeram na loja se vão ter que fazer um segundo investimento, temos de lhes assegurar que isso não vai acontecer e que eles não vão ter encargos extra com este realojamento, mas questiono o Senhor Vereador Nuno Neto sobre estes assuntos.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** aludiu o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu já tive a oportunidade e o gosto de ter votado, votamos sempre a favor, lamentámos que tenha ficado deserto, perguntámos na altura por que é que tinha ficado deserto, depois lançou-se o concurso da mesma forma, já vi que havia expectativas de não ficar deserto, não ficou deserto, muito bem, parece-me que alguém com experiência, aliás, esta empresa tem a sigla Mercado de Campo de Ourique, é alguém que vai ao Mercado de Campo de Ourique percebe o trabalho que eles fazem. -----

----- Agora pego no que disse a Vereadora Susana Duarte e concordo em parte com o que ela disse, havia que se fazer aqui um ajuste, apenas um pequeno ajuste. -----

----- No artigo décimo primeiro, nos direitos do concessionário diz que ele tem preferência sobre lojas do mercado que venham a ficar vagas durante a execução do contrato, que são vinte e cinco anos, era importante revogar esta alínea c), porque isto é que vai permitir aprovarmos um projeto igual àquele que aprovámos na loja das massas, por exemplo, no Mercado de Oeiras. -----

----- Alguém que vem, tem uma loja vaga e a Câmara continua a ter sobre o mercado algum poder de gerir aquilo sem ser com o intermediário pelo meio, a ideia destes processos de diversificação do mercado não é a prazo as pessoas irem fechando bancas e o proprietário ir ficando com elas e ficamos com um mercado que é só o espaço, não é propriamente um mercado com capacidade, por exemplo, da Câmara decidir, valorizar pequenos negócios locais, pessoas que procuram emprego, ter programas de geração de emprego ligados à terra, a produtos diferenciados que aqui fica nas mãos do concessionário que depois pode perfeitamente dizer não já tenho aqui um contrato com não sei quem, só estava à espera que isto vagasse. -----

----- Acho que era importante que a alínea c), do artigo décimo primeiro, permita que a Câmara continue como eu acho que era o objetivo disto, manter o seu mercado, esperando que apareçam outras pessoas que renovem aquilo que são as pessoas que vão vendendo hoje, porque não são as mesmas. -----

-----Agora, cada vez que alguém sai o concessionário fica com aquilo, ficamos com um mercado faz de conta, acho que não faz muito sentido, tirando isso aprovaríamos, mas isto acho que era fundamental para o objeto global do mercado e não como um espaço que já foi mercado e que aos poucos estamos a sentenciar que vai ser algo, que usam um espaço com um pé direito grande e que tem, no fundo, um histórico de mercado, mas que já não é e há muitos mercados que já não são, em Madrid aquele mercado central não é mercado, aquilo é outra coisa e não vai voltar a ser.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu: -----

-----“Em primeiro lugar, sossegar os dois, não há nenhuma razão para alarme, porquê?---

-----Quando no contrato se diz que não se quer um conceito que faça concorrência a um conceito existente, eu lembro que uma mercearia “gourmet” pode vender queijos, vinhos e, além disso, esta proposta é uma proposta de intenção de ocupação de mercado que agora será densificada. -----

-----Por outro lado, percebendo a questão que coloca, não é verdadeiramente assim.-----

-----Porque é que é um direito de preferência? -----

-----Porque há uma expectativa, nós temos que perceber qual é o equilíbrio de interesses que temos em jogo. -----

-----Porque é que há um direito de preferência? -----

-----Porque há uma expectativa natural do concessionário conseguir ter alguma coerência na oferta que se vai fazer naquele espaço.-----

-----Um direito de preferência não retira a Câmara do jogo, atenção que estamos a falar nas lojas e não nas bancas Senhor Vereador são coisas diferentes.-----

-----Nas bancas é que há mercado, nas lojas são conceitos diferentes de mercado tradicional de abastecimento. -----

-----Nas lojas existe esse direito de preferência, porque o grande objetivo deste concurso



Câmara Municipal
de Oeiras

é criar-se uma dinâmica especial que envolva, quer o edifício mercado, quer a envolvente da praça e tudo o que existe ali à volta, no seguimento do que já é a rua que vai desde o início, desde a Casa da Dizima que passa na Hamburgueria, na Casa Gallega, nos Petiscos, no Jardim Municipal, na Marisqueira, na Casa do Fiscal, em todo aquele enquadramento as lojas são o elemento essencial de ligação à praça e, portanto, o direito de preferência mantém-se neste contrato por dois motivos, pelo elemento de ligação à praça e aquilo que pode ser a atividade dinâmica exterior que deve ser o concessionário desta grande área interior a dinamizar ou a co-dinamizar com o Município, porque ainda hoje fomos convidados para uma atividade da Câmara Municipal a ocorrer dentro do Mercado Municipal onde já há um concessionário e onde há direito de preferência na área do concessionário, uma coisa não limite a outra. -----

----- Queremos que o concessionário veja garantida a sua expectativa de crescimento para a praça, porque estamos a falar das lojas e não do negócio de abastecimento interior do mercado que esse pretende-se que se mantenha tradicional e chamo até a atenção para a sorte que tivemos neste concurso, tivemos um concorrente e o próprio Vereador Duarte da Mata deu destaque, a forma de relacionamento que soube garantir no Mercado de Campo de Ourique entre a nova atividade e a atividade tradicional de mercado, conseguiu uma coisa que, por exemplo, eu considero que em Algés não foi plenamente conseguido e que é uma relação da nova atividade com os comerciantes tradicionais, portanto, eu penso que neste concurso tivemos essa sorte e não vejo que deva ser afastada a preferência, porque não tem nada a ver com os argumentos que invocou e acredito que fará sentido como está e que vai funcionar bem desta vez, tenho essa fé.”-

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Se é direito de preferência é direito de preferência, significa que é dentro de uma atividade idêntica e se o é, tem preferência o concessionário que lá está, faz sentido.” -----

----- Atalhando a **Senhora Vereadora Susana Duarte**: -----

----- “Ficou só a parte da realocização das lojas por esclarecer, a questão do valor a

pagar.”-----

-----Explicando o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

-----“Se formos ver esta proposta é um género de um estudo prévio, um estudo de intenções, o que é que seria adequado?-----

-----Que aquelas duas lojas fossem movimentadas para outro lado para garantir os dois acessos às duas grandes áreas de passeio, é o cenário ideal, é obvio, que se houver realocização das lojas os comerciantes atuais não podem ser prejudicados e não podem ser eles a suportar essa realocização, mas se não houver realocização das lojas o conceito de ligação ao exterior e às esplanadas mantém-se com as lojas vagas existentes, não há problema nenhum, mas faz novamente sentido a ligação à praça e o tal direito de preferência.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de concessão de exploração de parte delimitada do Mercado Municipal de Paço de Arcos, entre o Município de Oeiras e a Sociedade MCO, Sociedade Anónima.-----

-----A minuta do contrato de concessão a celebrar.-----

-----A notificação do concessionário para apresentar os documentos de habilitação exigidos, prestar a caução devida e pronunciar-se sobre a minuta do contrato.-----

-----A nomeação de Chefe de Divisão de Património, como gestor do contrato.-----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto e alínea j), do artigo décimo quarto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Alíneas f), e qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo trigésimo segundo, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta



Câmara Municipal
de Oeiras

de maio.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “No geral o projeto apresentado parece-me interessante e com um plano sólido para a zona envolvente, podendo apenas existir algumas dúvidas de concretização no âmbito da capacidade de albergar todos os conceitos na área disponível, mas julgo que poderá ser melhor explicado pelos concorrentes. Apesar disso o PSD tem apenas duas questões que pretendia colocar. --- -----

----- A primeira é que no projeto apresentado (página catorze) os concorrentes indicam que pretendem colocar o conceito de Loja Gourmet/Mercearia de Excelência, e no artigo quarto, alínea um, do caderno de encargos, indica expressamente que se excluem as atividades já praticadas pelos comerciantes do mercado tradicional. Sendo do nosso conhecimento que na loja três deste mercado é atualmente uma Mercearia Gourmet (como consta no anexo A, do caderno de encargos), existindo assim uma sobreposição de conceitos á partida. -----

----- A segunda questão porque não encontrei especificamente nem no caderno de encargos nem no projeto apresentado, qual das entidades ficará responsável pelos encargos financeiros do realojamento dos comerciantes das lojas um e dois (atualmente papelaria e florista) para as lojas cinco e seis?” -----

----- IV - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O voto favorável justifica-se pelo mérito da proposta que extravasa largamente a questão colocada, embora não atendida em reunião, de extinção da alínea c), do artigo décimo primeiro “Direitos do Concessionário” anulando o Direito de Preferência sobre as lojas do Mercado que venham a ficar vagas durante a execução do contrato. Tendo em consideração que a mesma, conforme explicado pelo Vereador Nuno Neto, deixa de fora a área das bancas e aplica-

se unicamente às lojas, considerou-se esta informação como boa e o voto favorável em conformidade.”-----

56 - PROPOSTA Nº. 285/23 - DP - PROCEDIMENTO MEDIANTE SORTEIO, COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE UM ARMAZÉM SITO NO ALTO DOS BARRONHOS - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO:-----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte:-----

-----“Houve aqui uma questão que, eventualmente, até poderíamos ter votado a favor, se tivesse havido outra fase anterior, mas o que eu reparei é que o sorteio não vem referido como uma possibilidade de se fazer isto, ou seja, há várias hipóteses, os regimes procedimentais é o ajuste direto, a hasta pública e negociação, nunca se fala do sorteio, agora faz-se o sorteio e em lado nenhum se fala dele, não sei se alguém me pode explicar isto.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** explicou:-----

-----“O porquê do sorteio é o preço que é fixo, é um valor metro quadrado que está definido na tabela. -----

-----Há um anúncio público, todos se inscrevem e o sorteio é a forma de atribuição.-----

-----Foi feito o sorteio público, estavam inscritos quatro concorrentes e ficaram ordenados, ao primeiro é atribuído o direito de ajuste direto, porque a forma de contratação é o ajuste direto. -----

-----Como é que se seleciona a quem?-----

-----Por sorteio.”-----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

-----“Mas não vem na informação que isso se faz, devia-se ter dito hasta pública, etc., isso devia ser explicado.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dizendo o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

----- “Vem na primeira informação que veio à Câmara, que é a abertura do procedimento.

----- A abertura do procedimento veio à Câmara Municipal, ou seja, autorização para a abertura de procedimento, para arrendamento mediante sorteio, foi há dois meses.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de arrendamento entre o Município de Oeiras e a Strategicbridge, Unipessoal, Limitada, do denominado Armazém cinquenta e seis, sito na Rua D, lote cinquenta e oito, Alto dos Barrinhos, Outurela, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número seis mil duzentos e sessenta e nove, da Freguesia de Carnaxide e inscrito na matriz urbana sob o artigo dois mil setecentos e sessenta, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, tendo em vista o exercício, por parte da futura arrendatária no Armazém cinquenta e seis, da sua atividade, nomeadamente, consultoria empresarial, gravações audiovisuais e armazenamento de equipamentos técnicos. -----

----- Os termos do contrato de arrendamento a celebrar.-----

----- Nos termos da alínea b), do número dois, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

57 - PROPOSTA N.º. 286/23 - DHM - APROVAÇÃO DO CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O IHRU, L.P., DESTINADO À REABILITAÇÃO DE 16

FOGOS NO BAIRRO LAVEIRAS/CAXIAS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o Contrato de Participação, a celebrar entre o Município de Oeiras e o IHRU, I.P., sendo o mesmo posteriormente assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, conforme informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/seis mil quinhentos e trinta e cinco, no âmbito da requalificação do Edifício da Avenida João de Freitas Branco, número trinta e cinco, em Laveiras/Caxias.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho. -----

-----Portaria número cento e trinta e oito-C, de dois mil e vinte e um, de trinta de junho.--

-----Alínea r), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea f), do número dois, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-

-----Alínea c), do artigo quinto, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

58 - PROPOSTA N.º. 287/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS REFERENTE À TEMPORADA 2023, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO N.º. 253/2014:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de uma participação financeira à Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras no valor de cento e quarenta e cinco mil euros, pagamento a efetuar em duas prestações com valor unitário de setenta



Câmara Municipal
de Oeiras

e dois mil e quinhentos euros, durante os meses de abril e de julho. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

59 - PROPOSTA N.º. 288/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES DE ESPETÁCULOS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, fixar o preço dos bilhetes, nos seguintes termos: -----

----- Soam As Guitarras dois mil e vinte e três: -----

----- Concertos: “Tatanka convida Tiago Nacarato” e “Miguel Araújo”: Plateia A - doze

euros e cinquenta cêntimos / Plateia B - dez euros (Visibilidade condicionada); -----
-----Concertos: “Márcia convida Tiago Bettencourt” e “A Garota Não”: Plateia - doze euros e cinquenta cêntimos / Balcão - dez euros; -----
-----Concertos: “Two Brothers”; “Pedro Castro convida Jon Luz”; “Frankie Chavez convida Nuno Rafael”; “O Gajo”: Plateia - dez euros / Balcão - sete euros e cinquenta cêntimos; -----
-----Comemoração do Dia Internacional da Dança: -----
-----Espetáculos “Chico - Homenagem a Chico Buarque de Holanda”; “Como foi no início / Corrente / Almada e tudo!” e “Flamenco - Passion”: Plateia - sete euros e cinquenta cêntimo / Balcão - seis euros; -----
-----“De lés a lés saberás quem és”: Plateia e Balcão - três euros.-----
-----Comemoração do Dia Internacional do Jazz:-----
-----Concerto de Carlos Bica Quarteto / Concerto de Bernardo Moreira Sexteto: -----
-----Bilhete individual em cada concerto (plateia): dez euros; -----
-----Bilhete individual em cada concerto (balcão): sete euros e cinquenta cêntimos. -----
-----Concertos “Tudo isto é Fado”: -----
-----Concerto “Há Festa na Mouraria” / Concerto “Alfama Bairro Velhinho” / Concerto “Meu Bairro Alto”: -----
-----Bilhete individual de cada concerto (plateia): sete euros e cinquenta cêntimos; -----
-----Bilhete individual de cada concerto (balcão): seis euros.-----
-----Que a receita produzida pela venda de bilhetes para os espetáculos acima referidos, reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----
-----Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede



Câmara Municipal
de Oeiras

“Ticketline”. -----
----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---
----- Artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----
----- Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----
----- Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro.-----
60 - PROPOSTA Nº. 289/23 - GCI - RENOVAÇÃO DO APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, “FORMULA STUDENT TEAM”, DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (IST) - FST LISBOA NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025: -----
----- **I - O Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte:-----
----- “Analisando a proposta ficou por esclarecer a quem é dado o patrocínio, porque há duas entidades que estão nos documentos anexos e, assim, o RCBE - Registo Central do Beneficiário Efetivo é de outra entidade e não da entidade a quem se dá o patrocínio, gostaria de ser esclarecido sobre isso.” -----
----- **O Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu:-----
----- “Este assunto foi tratado com a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, o Núcleo de Engenharia.”-----
----- **A doutora Elisabete Brigadeiro** explicou: -----
----- “Trata-se de uma Associação do Instituto Superior Técnico que é a Associação Técnico Solar Boat, pode ter havido aqui alguma incorreção no RCBE vamos verificar, mas à partida é uma proposta que é equivalente à do ano passado da Associação do Núcleo de Engenharia do Instituto Superior Técnico.”-----
----- **II - A Câmara** deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do

Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de dez mil euros, ao IDMEC - Instituto de Engenharia Mecânica, para a renovação do patrocínio, de Nível Gold, ao “Formula Student Team”, do Instituto Superior Técnico. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um, de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

-----III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da troca de documentação nesta proposta, uma vez que a mesma se reporta a duas entidades distintas. É



Câmara Municipal
de Oeiras

necessária a clarificação dos documentos essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. Considerando que o apoio é concedido à IDMEC como indica a proposta de deliberação esta tem NIF quinhentos e dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e sete e assim sendo está em falta a declaração de Registo de Beneficiários Efetivos (RCBE) da entidade conforme disposto no artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, bem como o documento de declaração de não dívida à Autoridade Tributária está caducado. Consideramos ainda que sendo a continuidade de um apoio deveria ter sido remetido o relatório de atividades de dois mil e vinte e dois.” -----

61 - PROPOSTA N.º 290/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO - BOXING SPIRIT PARA O PROJETO MULTIMÉDIA: -----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de sete mil novecentos e oitenta euros e noventa e dois cêntimos, à Associação António Ramalho - Boxing Spirit, para apoio ao desenvolvimento da segunda fase do Projeto Multimédia.-----

----- Que na eventualidade da comparticipação não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto abstenção, não pelo mérito da proposta, mas por considerar que a proposta não é suficientemente fundamentada e não pode merecer voto favorável. É mencionado que os “os jovens voluntários participantes são desafiados a debater temáticas do seu interesse” e que “numa fase inicial, vai incluir a realização de entrevistas, a aplicação de questionários “online” e observação direta. A disseminação de conhecimentos adquiridos, vai ser realizada pelos próprios jovens a outros jovens, através dos Media e das redes sociais.” e são solicitados equipamentos multimédia no valor de sete mil novecentos e oitenta euros e noventa e dois cêntimos, sem que, contudo, seja anexada uma planificação, com sessões, número de destinatários a abranger etc. Considero ainda que para implementar este projeto não seria necessária a compra de material de marca “Apple” e que para apoio de material a Associações desportivas as mesmas devem ser concedidas conforme o regulamento no Município para esse tipo de apoio.” -----

62 - PROPOSTA N.º 291/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS DA 5.ª EDIÇÃO DOS JOGOS DE



Câmara Municipal
de Oeiras

OEIRAS: -----
----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição das participações financeiras abaixo discriminadas, num montante de vinte e cinco mil e setecentos euros: -----
----- Entidades - Modalidade - Vertentes Jogos de Oeiras - Encontros/Atividades/Ações - Subsídio Proposto: -----
----- ACKO - Clube Kempo Oeiras - Kickboxing - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Núcleo de Karaté de Oeiras - Karaté - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Minigolfe Clube de Portugal - Minigolfe - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Clube Português Orientação e Corrida - Orientação - Quatro Atividades do Experimenta Jogos de Oeiras - dois mil euros; -----
----- Clube Kayak-Polo da Barra - Kayak-Polo - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Clube Corfebol de Oeiras - Corfebol - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- ORFC - Oeiras Rugby Club - Rugby - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Clube Climb Up - Escalada - Duas Atividades do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - dois mil euros; -----

-----Associação António Ramalho - Boxing Spirit - Boxe - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil duzentos e cinquenta euros; -----

-----ADRSK8C - Associação Desportiva Rollerskate de Carnaxide Oeiras - Skate - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - oitocentos e cinquenta euros; -----

-----Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés - Patinagem - Uma Atividade do Experimenta Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - oitocentos e cinquenta euros;

-----Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada - Ténis - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil setecentos e cinquenta euros; -----

-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Futsal - Uma Encontro da Taça Jogos de Oeiras e cinco sessões Oeiras vão à Escola - mil e quinhentos euros; -----

-----Clube Futsal de Oeiras - Futsal - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras - mil euros; -

-----Valejas Atlético Clube - Futsal - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras - mil euros; -

-----Grupo Desportivo Unidos Caxienses - Futsal - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras - mil euros; -----

-----Grupo Musical Primeiro de Dezembro - Andebol - Dois Encontros da Taça Jogos de Oeiras - mil e quinhentos euros; -----

-----Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - Andebol - Dois Encontros da Taça Jogos de Oeiras - mil e quinhentos euros; -----

-----Associação de Solidariedade Social Assomada - Andebol - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras - setecentos e cinquenta euros; -----

-----PDAC - Paço de Arcos Clube - Basquetebol - Um Encontro da Taça Jogos de Oeiras - mil duzentos e cinquenta euros.-----

-----Que na eventualidade de os apoios não serem executados na totalidade, e havendo



Câmara Municipal
de Oeiras

necessidade de redução do cabimento, a Divisão de Desporto informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

----- A minuta de contrato-programa, a celebrar com cada uma das entidades elencadas, como instrumento de concretização dos apoios financeiros ora propostos. -----

----- A designação de Técnico, como gestor dos contratos, para efeitos do acompanhamento da sua execução.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo, da Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro.-----

----- Artigos segundo e terceiro, número um, alínea c), do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto e regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três,

de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta. -----

-----Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. Está em falta a declaração de Registo de Beneficiários Efetivos (RCBE) das vinte entidades conforme disposto no artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, bem como as declarações de não dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social.” ---- -----

63 - PROPOSTA Nº. 292/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO TÉCNICO SOLAR BOAT, NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025:-----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de cinco mil euros, à Associação Técnico Solar Boat, do Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade de Lisboa para a renovação do patrocínio, de Nível Bronze, ao TSB, através da Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta.-----

----- Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. Está caducada a declaração de não dívida à Autoridade Tributária da associação. Consideramos ainda que sendo a continuidade de um apoio deveria ter sido remetido o Relatório de atividades de dois mil e vinte e dois.”-----

64 - PROPOSTA Nº. 294/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO PROJETO AQUI HÁ HORTA 2022/2023: -----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do subsídio aos Agrupamentos de Escolas de Paço de Arcos e São Julião da Barra, São Bruno e à Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Centro Nuno Belmar da Costa, à Casa Nossa Senhora de Fátima, à Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas-Centro Sagrado Família, no presente ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, para a implementação e manutenção da horta pedagógica, contabilizando-se a verba no valor de trinta e cinco mil euros, de acordo com a seguinte distribuição: -----

-----Agrupamento de Escolas - Escola - Verba a atribuir: -----
-----Paço de Arcos - EB Doutor Joaquim de Barros - cinco mil euros;-----
-----São Julião da Barra - EB Gomes Freire de Andrade - cinco mil euros; -----
-----São Bruno:-----
----- EB Samuel Jonhson - cinco mil euros: -----
----- EB São Bruno - cinco mil euros; -----
-----Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - Centro Nuno Belmar da Costa - cinco mil euros;-- -----
-----Casa Nossa Senhora de Fátima - IPSS Barcarena - cinco mil euros; -----
-----Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - Centro Sagrado Família (Algés) - cinco mil euros.-----
-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.- -----
-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.
-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----
-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo



Câmara Municipal
de Oeiras

Tributário. -----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor pelo mérito da proposta, apesar de ter alertado os serviços da falta de documentação nesta proposta.-----

----- Documentos que são essenciais de suporte à decisão dos Vereadores. Está em falta a declaração de Registo de Beneficiários Efetivos (RCBE) de todas as instituições conforme disposto no artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário, bem como está caducada a declaração de não dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - Centro Sagrado Família (Algés).” -----

65 - PROPOSTA Nº. 295/23 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS, NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o início do procedimento de revisão do Regulamento Municipal de Auxílios Económicos, no âmbito da Ação Social Escolar.-----

----- Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas k) e hh), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número quarenta e seis, de oitenta e seis, de catorze de outubro. -----

----- Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de dois mil e nove, de dois de março.-----

-----Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Número um, artigo nonagésimo oitavo, do Código do Procedimento Administrativo.

**66 - PROPOSTA N.º. 296/23 - DP - BAIRRO 18 DE MAIO, EM OUTURELA/PORTELA -
DESANEXAÇÃO/ANEXAÇÃO DE TERRENOS, CONSTITUIÇÃO DE LOTES E
REGULARIZAÇÃO DA TITULARIDADE DAS MORADIAS: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, proceder à desanexação dos seguintes terrenos: -----

-----Zona A Um - vinte mil quatrocentos e quarenta e um vírgula quarenta e cinco metros quadrados: -----

-----Parcela de terreno com a área de dez mil seiscentos e noventa e quatro vírgula noventa metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo urbano quatro mil cento e quarenta e quatro (antigo artigo dez mil cento e noventa e sete), da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número cinco mil oitocentos e sete, da Freguesia de Carnaxide; -----

-----Parcela de terreno com a área de dois mil setecentos e cinquenta e três vírgula sessenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e seis, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número três mil cento e dezanove, da Freguesia de Carnaxide;-----

-----Parcela de terreno com a área de mil quinhentos e cinquenta e oito vírgula sessenta e cinco metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e sete, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número três mil cento e noventa e seis, da Freguesia de Carnaxide;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Parcela de terreno com a área de dois mil duzentos e sessenta e oito vírgula dez metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número três mil seiscentos e noventa e oito, da Freguesia de Carnaxide; -----

----- Parcela de terreno com a área de duzentos e quarenta e dois vírgula cinquenta e seis metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e sessenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número sete mil e oitocentos, da Freguesia de Carnaxide; -----

----- Parcela de terreno com a área de dois mil oitocentos e oitenta e quatro vírgula quarenta e quatro metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e sessenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número sete mil oitocentos e um, da Freguesia de Carnaxide; -----

----- Parcela de terreno com a área de trinta e nove vírgula vinte metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e oito, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número mil seiscentos e quarenta, da Freguesia de Carnaxide.-----

----- - Zona A Quatro - catorze mil trezentos e quarenta e sete vírgula dez metros quadrados: -----

----- Parcela de terreno com a área de dois mil oitocentos e sessenta e quatro vírgula cinquenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo urbano quatro mil cento e quarenta e quatro (antigo artigo dez mil cento e noventa e sete), da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número cinco mil oitocentos e sete, da Freguesia de Carnaxide; -----

----- Parcela de terreno com a área de mil setenta e cinco vírgula oitenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número três mil seiscentos e

noventa e oito, da Freguesia de Carnaxide; -----

-----Parcela de terreno com a área de nove mil novecentos e cinquenta e sete vírgula sessenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e quarenta e oito, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número quatro mil cento e oitenta e três, da Freguesia de Carnaxide; -----

-----Parcela de terreno com a área de trinta e nove vírgula quarenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e sessenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número sete mil oitocentos e um, da Freguesia de Carnaxide; -----

-----Parcela de terreno com a área de quatrocentos e nove vírgula oitenta metros quadrados, inscrita na matriz sob o artigo rústico trezentos e setenta e quatro, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, descrita sob a ficha número três mil quatrocentos e sessenta e cinco, da Freguesia de Carnaxide. -----

-----Proceder à anexação dos seguintes terrenos: -----

-----Seis parcelas de terreno, referente à Zona A Um; -----

-----Cinco parcelas de terreno, referente à Zona A Quatro.-----

-----A constituição dos lotes de terreno:-----

-----Autonomização predial dos metros quadrados dos lotes de terreno identificados na Planta Síntese e Quadro das áreas e confrontações dos lotes um a cinquenta e seis e Quadro das áreas e confrontações dos lotes cinquenta e sete a noventa e quatro.-----

-----Registo predial do edificado: -----

----- - Tendo em vista a regularização da titularidade das edificações que compõem o Bairro Dezoito de Maio, e à semelhança com o seguido no ano de dois mil e nove, para o Bairro Vinte e Cinco de Abril, de igual génese de edificado, estabeleceu-se a seguinte metodologia: -----

-----Definição de apenas uma modalidade de venda, por parte do Município, no que às



Câmara Municipal
de Oeiras

moradias diz respeito: Venda direta aos seus titulares de facto ou a herdeiro e descendente direto, com ónus de usufruto a favor do titular; -----

----- Aplicação, a título de preços de venda, dos montantes constantes do parecer da CMA número três, de dois mil e vinte e três, de vinte de janeiro e respetiva adenda de vinte e quatro de março, conforme quadro dos valores de venda, traduzindo-se nos seguintes valores: -----

----- Valor de cento e oitenta e um euros e setenta e um cêntimos por metro quadrado para a área de implantação da construção; -----

----- Valor de noventa euros e oitenta e seis cêntimos por metro quadrado para a área do logradouro; -----

----- Ambos os valores com um desconto de cinquenta por cento. -----

----- Em casos devidamente justificados e analisados casuisticamente, poderão ser estabelecidas condições especiais de pagamento, nomeadamente a prestações, o que implicará que as respetivas escrituras de compra e venda sejam celebradas com reserva de propriedade, ou sob o regime de venda resolúvel, como for entendido mais adequado; -----

----- A venda das mencionadas moradias será sujeita a um ónus de inalienabilidade, vigente pelo período de cinco anos, havendo lugar à devolução do desconto aplicado de cinquenta por cento, caso seja solicitada e autorizada a alienação antes de completado esse período. Excecionalmente, o referido ónus poderá vir a ser cancelado antecipadamente pelo Município alienante, a requerimento dos interessados, em caso de falecimento do ou dos adquirentes, conforme as circunstâncias aquisitivas, ou qualquer outra eventualidade a qual, mediante apreciação pelo Município, esteja reconhecidamente perante a necessidade de alienação e afastada a intenção especulativa, que se pretende acautelar.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo segundo, número um, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

67 - PROPOSTA Nº. 297/23 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023 DA TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Apesar de, mais uma vez, deixarmos a análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, tendo em conta a extensão dos documentos, o PSD vê com bons olhos a ambição da continuidade na aposta do desenvolvimento na estratégia de internalização do Taguspark assim como a consolidação da sua rede internacional já com aquele conceito conhecido por nós como cidade do conhecimento, bem como dar continuidade à aposta da renovação do interior dos edifícios que achamos importante, dado o tempo que o Taguspark vai tendo de vida e que vai necessitando deste carinho extra, digamos assim, pelo seu património.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** observou o seguinte: -----

-----“Da análise que fazemos também desta proposta destacamos a atualização que foi feita dos pontos fracos e é apresentada uma estratégia de suavização dos mesmos, mas esta estratégia não é desenvolvida convenientemente, por isso, destacamos os seguintes pontos fracos a título de exemplo: -----

----- - falta de movimento de vida no Parque fora dos dias e horários laborais;-----

----- - ausência de áreas potencialmente residenciais;-----

----- - reduzida oferta de transporte público e na estratégia de suavização dos pontos refere-se melhoria das condições de acessibilidade ao parque através de transporte público, mas não se indica o que é que está previsto para dois mil e vinte e três;-----

----- - desenvolvimento do conceito fora de horas perante os problemas de transporte identificados, como será feito o desenvolvimento deste conceito?-----

-----Depois, dá-se a indicação da conclusão do anel viário, conforme previsto no PDM para ligar a futura Avenida do Futuro e o SATUO, mas estes projetos não são expectáveis terem



Câmara Municipal
de Oeiras

resposta este ano.-----

----- Esta estratégia em dois mil e vinte e três passa então pela Carris Metropolitana? -----

----- Se sim o que está previsto ao nível do reforço de horários e rotas? -----

----- Quanto à eficiência dos recursos assinalamos de forma positiva o processo de Certificação Leed e Well, do edifício simulador dois em colaboração com o arrendatário, bem como os projetos dos novos edifícios simulador um e simulador dois, que permitirão atingir com as novas construções desempenhos energéticos com classificação A e Amais, respetivamente, esperando-se ainda a classificação Leed Gold e Well (Gold/Platinum) no segundo edifício, por iniciativa do cliente final em colaboração com a Taguspark.-----

----- Pergunto, estas certificações partem sempre da iniciativa do cliente final?-----

----- A Taguspark não tem num plano também para obtenção das mesmas? -----

----- No entanto, assinalamos também de forma positiva que em dois mil e vinte e três e nos anos seguintes pretende-se dar seguimento a estas e outras iniciativas com preocupações de eficiência de recursos: -----

----- - o reforço do parque fotovoltaico; -----

----- - recurso a coberturas de estacionamento exteriores; -----

----- - análise de soluções na segunda fase do Taguspark para armazenamento e aproveitamento de águas pluviais para a rega e eventual implementação em outras áreas do parque; -----

----- - analisar a viabilidade de implementar sistemas de certificação ambiental dos edifícios existentes que permitam mensurar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade e para se identificar eventuais oportunidades de melhoria; -----

----- - a qualificação das linhas de água nos espaços verdes a desenvolver no projeto a elaborar para os terrenos da segunda fase do Taguspark preservando a biodiversidade na área da qualidade e conforto ambiental.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Todas essas questões serão remetidas à Administração do Taguspark e eles procederão a esses esclarecimentos todos.”-----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente** a Câmara tomou conhecimento, do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três, da Taguspark - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, Sociedade Anónima.-----

-----Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Alíneas a), b) e d), do número um, do artigo quadragésimo segundo, alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Apesar de deixarmos uma análise mais detalhada para a Assembleia Municipal, contudo o PSD vê com bons olhos a ambição da continuada aposta no desenvolvimento da estratégia de internacionalização do Taguspark e na consolidação da sua rede internacional, nomeadamente com o conceito “Cidade do Conhecimento” assim como dar continuidade á aposta na renovação interior dos edifícios.” -----

68 - PROPOSTA Nº. 298/23 - DCS - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (POAPMC) - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO ALIMENTAR:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta e sete mil cento e cinquenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos, para apoio à operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - POAPMC, correspondente à diferença entre o custo anual do Programa e o financiamento do POAPMC e, concretamente: -----

----- União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de onze mil oitocentos e setenta e três euros e trinta e quatro cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Barcarena, no valor de doze mil oitocentos e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, no valor de dezasseis mil duzentos e dezassete euros e trinta e nove cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, no valor de seis mil oitocentos e vinte e três euros e noventa e oito cêntimos;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de nove mil quatrocentos e oito euros e trinta e dois cêntimos. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

69 - PROPOSTA Nº. 299/23 - DCS - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL DOS PROTOCOLOS ESTABELECIDOS PELO INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, (ISS, IP) COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE E COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu: -----

-----“De facto, este processo de descentralização de competências no domínio da ação social foi um processo longo que culmina agora e a Vereação do Partido Socialista envidou todos os esforços junto do Governo, de forma a que houvesse uma clarificação das dúvidas que permaneceram relativamente ao processo de descentralização na área social, nomeadamente em relação aos rácios do processo por trabalhador e ao número de processos ativos de RSI/SAS no Concelho de Oeiras e, foi também o esclarecimento destas questões, que permitiu avançar nesta descentralização, estando agora a operacionalização a ocorrer e a ser formalizada pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar e neste sentido e sendo esta proposta resultado deste necessária operacionalização o Partido Socialista vota favoravelmente e aguarda os passos seguintes.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, ratificar o



Câmara Municipal
de Oeiras

despacho do Senhor Vice-Presidente, datado de trinta de março de dois mil e vinte e três, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/seis mil setecentos e trinta e dois, de vinte e oito de março, proferido em regime de substituição, que aprovou a cessão da posição contratual nos Protocolos RSI estabelecidos pelo Instituto da Segurança Social, Instituto Público - ISS, IP com o Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide e com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo.-----

----- Os termos dos Contratos de Cessão da Posição Contratual nos Protocolos RSI estabelecidos pelo ISS, IP com o Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide e com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo para o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, assinados em trinta de março de dois mil e vinte e três. -----

----- A atribuição de comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, no montante global de sessenta e sete mil setecentos e oitenta e quatro euros e treze cêntimos, correspondentes a vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e setenta e um cêntimos mensais, relativos aos meses de abril, maio e junho de dois mil e vinte e três.-----

----- A atribuição de comparticipação financeira Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante global de sessenta e sete mil oitocentos e vinte e sete euros e oitenta e quatro cêntimos, correspondentes a vinte e dois mil seiscentos e nove euros e vinte e oito cêntimos mensais, relativos aos meses de abril, maio e junho de dois mil e vinte e três.-----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, número três, do artigo trigésimo quinto. ---

----- Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, de doze de agosto.-----

----- Portaria número sessenta e cinco, de dois mil e vinte e um.-----

-----Número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de setembro. Artigo quadragésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto.-----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

70 - PROPOSTA Nº. 266/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 37/2022:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, através de escrutínio secreto, em que se verificaram nove votos a favor e um voto contra, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, no sentido de ser aplicada ao trabalhador visado no processo disciplinar número trinta e sete, de dois mil e vinte e dois, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar.-----

-----Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

71 - PROPOSTA Nº. 279/23 - DGP - REQUERIMENTO DE REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 1/2022:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram dez votos a favor, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador**



Câmara Municipal
de Oeiras

Armando Soares, aprovar que o requerido seja indeferido, não sendo concedida a revisão do procedimento.-----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

72 - PROPOSTA Nº. 280/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 24/2022:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram dez votos a favor, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares** no sentido de ser aplicado ao trabalhador visado no processo disciplinar número vinte e quatro, de dois mil e vinte e dois, a sanção disciplinar de multa no valor de duzentos e cinquenta e três euros e noventa cêntimos. -----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

73 - PROPOSTA Nº. 293/23 - DE - APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS (CMEO) - MANDATO 2021/2025:-----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram, dez votos a favor, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras - mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco.-----

----- Nos termos do artigo quinquagésimo oitavo, do Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apesar do voto secreto, considero essencial deixar escrito que a eleição dos

membros para o Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) - mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco conforme o regulamento do Conselho. Considero que deveria ter sido realizada a eleição após as Autárquicas de dois mil e vinte e um para que os membros possam reunir conforme estipula o regulamento. A demora neste processo invalidou que o Conselho funcionasse no ano da aprovação da Carta Educativa de Oeiras, que foi aprovada sem que reunisse o Conselho”. -----

74 - PROPOSTA N.º. 301/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL MENSAL AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA O 2.º. TRIMESTRE DO ANO DE 2023 (ABRIL A JUNHO):-----

-----I - O **Senhor Vereador Armando Soares** disse o seguinte: -----

-----“Foi estabelecido um limite anual e dentro desse limite anual esgotamo-lo sempre.---

-----Qual é a divergência que pode haver quando definimos esse limite?-----

-----Mas ele já está definido, a partir desse momento temos que dividir esse valor que atribuímos ao Centro de Cultura e Desporto por várias rúbricas.-----

-----Ora, nos primeiros meses do ano e, normalmente isto só acontece no início, ainda se estão a fazer os cálculos e então o próprio CCD, que tem salários a pagar, tem iniciativas para fazer, subsídios para atribuir, mas a Autarquia deste lado tem que fazer as contas e têm que ser bem feitas, daí o atraso.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do subsídio social mensal ao Centro de Cultura e Desporto (CCD) - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, no montante de cento e onze mil trezentos e cinquenta e seis euros e noventa e um cêntimos,



Câmara Municipal
de Oeiras

referente ao segundo trimestre do ano de dois mil e vinte e três (abril a junho). -----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

75 - PROPOSTA N.º. 302/23 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À ESTRUTURA AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA O 2.º. TRIMESTRE DO ANO DE 2023 (ABRIL A JUNHO): -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

76 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JORGE VIEIRA ANJINHO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Armando Soares**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento de Jorge Vieira Anjinho, funcionário do Município desde mil novecentos e setenta e nove, desempenhava funções na Divisão de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo falecido no passado dia treze de março, o qual deverá ser transmitido à família enlutada. -----

77 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO ALMEIDA

LOPES: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Armando Soares**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento de João Almeida Lopes, funcionário do Município desde um de agosto de dois mil e dezassete, desempenhava funções na Divisão de Gestão de Estrutura Verde, tendo falecido no passado dia vinte e cinco de março, o qual deverá ser transmitido à família enlutada.-

78 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANA PAULA DE JESUS

VASCONCELOS NABAIS SANCHES: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Armando Soares**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento de Ana Paula de Jesus Vasconcelos Nabais Sanches, funcionária do Município desde um de novembro de dois mil e quinze, desempenhava funções na Escola Básica de São Julião da Barra, tendo falecido hoje, o qual deverá ser transmitido à família enlutada. -----

79 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:-----

-----Sob proposta verbal do **Senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia dez de abril, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Proposta número trezentos, de dois mil e vinte e três - GCAJ - Resolução fundamentada a apresentar nos autos de providência cautelar a correr termos no Tribunal



Câmara Municipal
de Oeiras

Administrativo e Fiscal de Sintra, com o número de processo trezentos e vinte e oito barra vinte e três ponto um BESNT; -----

----- Proposta número trezentos e dois, de dois mil e vinte e três - DPS - Atribuição de Subsídio de Apoio à Estrutura ao Centro de Cultura e Desporto (CCD) para o segundo Trimestre do ano de dois mil e vinte e três (abril a junho). -----

----- Considerar desde já convocados os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital.-----

80 - DESEJOS DE BOA PÁSCOA: -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Uma saudação muito especial meu nome e deste Executivo a todos os trabalhadores do Município, das empresas associadas, dos SIMAS, votos de uma Páscoa Feliz.” -----

81 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2023.05.15 10:23:03 +01'00'

(Vera Carvalho)